



Lamartine de Hollanda Cavalcanti Neto

**TEMAS DE
PSICOLOGIA
TOMISTA**

Instituto Lumen Sapientiae

Lamartine de Hollanda Cavalcanti Neto

**TEMAS DE
PSICOLOGIA TOMISTA**



Instituto Lumen Sapientiae

São Paulo

2017

TEMAS DE PSICOLOGIA TOMISTA

Ficha catalográfica

C 365t Cavalcanti Neto, Lamartine de Hollanda
Temas de Psicologia Tomista/Lamartine de
Hollanda Cavalcanti Neto. 1. ed. São Paulo: Instituto
Lumen Sapientiae, 2017.

ISBN (ed. impressa) 978-85-66894-18-9

ISBN (ed. on line) 978-85-66894-19-6

1. Psicologia Tomista. 2. Tomismo. 3. Plasticidade do
ethos.

270 p.

CDU 159.9 : 140.30

Capa: detalhes de vitrais da capela Lumen Maris, em Ubatuba –
SP, Brasil. Fotografia de David Ayusso.

Todos os direitos reservados, em todas as línguas. É permitida a reprodução e uso da edição desta obra disponibilizada na internet para fins exclusivamente educacionais, desde que sem alterações de conteúdo e sempre acompanhada da completa referência bibliográfica. Qualquer outro tipo de utilização ou reprodução, publicação impressa ou em sites, somente mediante prévia permissão escrita do autor.

INSTITUTO LUMEN SAPIENTIAE

Rua Dom Domingos de Silos, 238 – Jardim São Bento

CEP 02526 - 030 – São Paulo – SP

Telefones: 55 – 11 – 2256.9377 e 55 – 11 – 4485.0081.

Fax: 55 – 11 – 4419.2311.

SUMÁRIO

Introdução	5
Capítulo 1 - Um enfoque tomista sobre o estudo das emoções.....	11
Capítulo 2 - A introspeção como método de estudo na Psicologia Tomista	37
Capítulo 3 - Repercussões éticas do processo psicológico de formação de certezas: um enfoque tomista	61
Capítulo 4 - A Psicologia Tomista como instrumento de estudo da plasticidade do <i>ethos</i>	99
Capítulo 5 - Plasticidade do <i>ethos</i> e instinto de sociabilidade: um enfoque psicossocial tomista.....	133
Capítulo 6 - Princípios terapêuticos decorrentes do enfoque psicológico tomista.....	173
Capítulo 7 - Las emociones y su dinamismo, según el enfoque psicológico tomista.....	231

Coleção Psicologia Tomista

(do mesmo autor)

Contribuições de São Tomás de Aquino à Psicologia (2008)

Emoções e Psicologia Pastoral sob a óptica tomista (2009)

Psicologia geral sob o enfoque tomista (2010)

Pessoa, ética e educação sob o enfoque tomista (2011)*

Contribuições da Psicologia Tomista ao estudo da plasticidade do *ethos* (2012)*

Eficácia do belo na educação, segundo a Psicologia Tomista (2014)*

Temas de Psicologia Tomista (2017)*

* Disponíveis em <https://philpapers.org>.

INTRODUÇÃO

Este livro é uma compilação de alguns trabalhos apresentados pelo autor em congressos internacionais de Psiquiatria e saúde mental, realizados através da internet, entre os anos de 2008 e 2016.¹

Até o ano de 2016 tais congressos, sediados em Palma de Mallorca, Espanha, e conhecidos como Interpsiquis, incluíam estudos de Psiquiatria, Psicologia e Enfermagem em saúde mental, em todos os seus setores. As organizações promotoras dos mesmos decidiram, a partir de 2017, subdividi-los em congressos por especialidades, ficando o Interpsiquis restrito à Psiquiatria, e abrindo espaço para um congresso anual de Psicologia e outro de Enfermagem especializada.

Como nossos trabalhos geralmente eram classificados na área de Psicologia e provavelmente permanecerão nela, a mencionada segmentação pareceu-nos uma boa ocasião para reunir os textos até aqui apresentados em Interpsiquis e dar-lhes uma maior divulgação sob a forma de livro. Tanto mais que o acesso ao conteúdo dos referidos congressos é restrito aos participantes e facultado aos não inscritos apenas mediante aquisição do texto.

¹ Os originais desses trabalhos estão disponíveis on line no site mantido pelos organizadores dos mencionados congressos, cujo URL é: <<http://www.psiquiatria.com/bibliopsiquis/>>. Para os que se interessarem em visitá-lo, o modo mais prático de acessar cada trabalho é acionar o botão 'buscador' e digitar apenas o primeiro nome do autor (Lamartine) ou o sobrenome de referência bibliográfica (Cavalcanti Neto), com o que aparece a lista dos trabalhos disponíveis, com os seus respectivos hiperlinks.

Apresentada a proposta da realização deste livro aos promotores dos congressos, obtivemos a concordância e o apoio por parte dos mesmos.

A divulgação desses trabalhos tem vista, sobretudo, dar maior visibilidade e aprofundar o conhecimento da Psicologia Tomista, isto é, o enfoque das ciências psicológicas baseado nas contribuições que São Tomás de Aquino lhes oferece em várias de suas Obras. O valor intrínseco dessas contribuições poderá ser aquilatado pelo leitor ao longo das páginas que aqui têm início. Antes de começá-las, entretanto, convém apresentar algumas observações sobre aspectos práticos, metodológicos e ortográficos que poderão facilitar sua compreensão.

A ordem de apresentação dos trabalhos é meramente cronológica, pois os mesmos não foram redigidos com uma intenção metodológica e/ou didática predeterminada. Apesar disso, a sequência em que estão apresentados forma certa ordem lógica que traz consigo algum efeito didático na exploração dessa, entretanto, tão vasta quanto atraente matéria. O leitor não deve esperar, portanto, uma exposição concatenada, progressiva, exaustiva e metódica da Psicologia Tomista, embora, de modo fortuito e não programado, algo disso se possa extrair do conjunto dos trabalhos apresentados.

A exposição dos diversos assuntos forma, curiosamente, uma espécie de losango temático, iniciando-se pelo estudo das emoções, concluindo com um aprofundamento sobre as mesmas, e tendo no 4º capítulo, visualmente situado no meio do sumário, o trabalho de maior abrangência temática, uma vez que por resume nossa tese de doutorado, cujas pesquisas e conclusões serviram de matriz para os estudos aqui compendiados.

Como se trata de apresentações em congressos é natural que certos temas, argumentos, formulações e referências bibliográficas se repitam, ou, pelo menos, se assemelhem um tanto ao de trabalhos anteriores. Pois não se pode exigir dos participantes dos sucessivos congressos que tenham à mão todos os pressupostos e conteúdos apresentados em eventos anteriores – conteúdos estes necessários à compreensão da matéria específica tratada em cada estudo. Contudo, como em alguns dos trabalhos tais pressupostos ocupariam excessivo espaço no texto, foi forçoso remeter a outros estudos, reemissões estas devidamente referenciadas e que mantivemos neste livro.

Além disso, como já mencionado, trata-se de trabalhos que têm sua origem nas investigações realizadas em torno de nossa tese de doutorado em Bioética, defendida no ano de 2012, bem como em seus desenvolvimentos posteriores. Donde certa semelhança de enfoque, de forma e de conteúdo com o da mencionada tese, que desse modo foi sendo exposta por partes aos estudiosos de áreas afins.

Por outro lado, como parte dos trabalhos foi redigida antes da implementação do acordo ortográfico dos países de língua portuguesa, adotamos as regras do mencionado acordo para todos os textos, de modo a evitar discrepâncias ortográficas dentro de um mesmo volume. Foram corrigidos, ainda, alguns pequenos erros de datilografia e/ou de revisão que havia em alguns originais, além de realizados alguns ajustes de formatação.

Devemos excetuar, entretanto, o capítulo 6 (“Princípios terapêuticos decorrentes do enfoque psicológico tomista”), no qual fizemos uma revisão um pouco mais ampla. O motivo desta última foi duplo. De um lado, os promotores de Interpsiquis pediram-nos uma versão em

Espanhol do trabalho para publicarem em sua revista de Psicologia,² tradução esta que nos deu ocasião de revisar mais uma vez todo o texto em Português, incluindo nele as melhorias que nos pareceram oportunas. O outro motivo foi a importância prática do tema abordado no referido capítulo, o qual só teria a ganhar com os aprimoramentos introduzidos no artigo publicado em Espanhol.

Como as diretrizes metodológicas empregadas nos textos variaram um pouco ao longo dos anos, procuramos uniformizá-las tanto quanto possível neste livro. Assim, acrescentamos, quando não havia no original, as versões em Espanhol e em Inglês de todos os resumos de cada trabalho, bem como das respectivas palavras-chave.

Outro aspecto metodológico que pode alterar a apresentação visual, com relação aos originais, é a transformação de citações incorporadas ao texto em citações com recuo e tipos gráficos diferenciados, quando a diferença de paginações dos trabalhos em relação à deste livro assim o impunham. Porém, sem nenhum prejuízo para a compreensão do conteúdo, e antes, pelo contrário, talvez facilitando-a.

O leitor notará, ainda, uma completa mudança na metodologia de redação no último trabalho (capítulo 7) com relação aos anteriores, tanto no idioma empregado (Espanhol), quanto na utilização de referências bibliográficas em notas de rodapé, sem referências compiladas no final, e não mais do sistema autor-data, com as referências

² CAVALCANTI NETO, Lamartine de Hollanda. Principios terapéuticos derivados del enfoque psicológico tomista. *Psicologia.com* [on line], 19:18, 2015. Disponível em: <<https://www.psiquiatria.com/revistas/index.php/psicologiacom/articulo/view/1698>>.

agrupadas no término. Pareceu-nos que não valeria a pena modificar todo o texto ao incluí-lo neste livro, pois a metodologia redacional é um mero acidente que não interfere na compreensão da substância do trabalho.

A objetividade manda-nos salientar que não estamos apresentando ao leitor uma leitura fácil ou distensiva, embora tenhamos procurado torná-la tão clara e acessível quanto esteve ao nosso alcance. Temos esperança, contudo, que a lógica e a luminosidade inerentes aos ensinamentos de São Tomás, bem como o interesse que pode suscitar o conhecer o funcionamento da própria mente, da dos demais, e aspectos do dinamismo psicológico dos grupos sociais, possam compensar e temperar o que de complexo haja nos temas abordados.

Procuramos apresentar, assim, algo dessas luzes que São Tomás de Aquino difunde sobre a mente humana e temas afins, na confiança de que o fascínio que a matéria traz consigo possa servir de estímulo para muitos outros novos, mais completos e acurados estudos sobre o assunto.

São Paulo, 18 de maio de 2017.

Lamartine de Hollanda Cavalcanti Neto³

³ Médico psiquiatra, professor de Psicologia no Instituto Filosófico Aristotélico-Tomista e doutor em Bioética pelo Centro Universitário São Camilo (São Paulo-SP). E-mail: lamartine.cavalcanti@gmail.com

CAPÍTULO 1

UM ENFOQUE TOMISTA SOBRE O ESTUDO DAS EMOÇÕES

*Trabalho apresentado no 9º Congresso Virtual de
Psiquiatria – Interpsiquis, em fevereiro de 2008.*

Resumo

Este trabalho apresenta uma breve visão de conjunto do referencial teórico tomista atinente às emoções, expondo como ele vê o encaixe das mesmas no ciclo da vida consciente, sua gênese, classificação, encadeamento e dinamismo. Tece também considerações sobre o proveito que o mencionado referencial pode oferecer ao estudo das emoções, em particular quanto às suas relações com a consciência, à sua influência sobre o comportamento e ao desenvolvimento de estratégias de autocontrole.

Palavras-chave: Psicologia Tomista. Emoções.

Resumen

Este trabajo presenta una breve visión de conjunto del referencial teórico tomista respecto a las emociones, exponiendo cómo él ve su encaje en el ciclo de la vida consciente, su génesis, clasificación, encadenamiento y dinamismo. Y teje consideraciones sobre el provecho que dicho referencial puede ofrecer al estudio de las emociones, en particular cuanto a sus relaciones con la

consciencia, a su influencia sobre el comportamiento y al desenvolvimiento de estrategias de autocontrol.

Palabras-clave: Psicología Tomista. Emociones.

Abstract

This work presents a brief overview of the Thomistic theoretical reference on emotions, exposing how it sees the fit of the same in the cycle of conscious life, its genesis, classification, chaining and dynamism. It also makes considerations about the benefit that the aforementioned referential can offer to the study of emotions, in particular as regards its relations with consciousness, its influence on behavior and the development of strategies of self-control.

Keywords: Thomistic Psychology. Emotions.

Introdução

Abrangendo temas tão variados quanto a Teologia, a Filosofia, a Psicologia, a Antropologia, a Arte, a Sociologia e a Política, a obra de São Tomás de Aquino vem despertando interesse significativo nos meios acadêmicos.

Um breve levantamento bibliográfico da literatura anglo-saxã recente voltada para o Tomismo,¹ que está longe de ser exaustivo, traz nomes como os de Maurer (1983, 1990), Stump (1993), Kretzmann (1993, 2002),

¹ Realizado com a valiosa colaboração do Professor Fábio Luís Ferreira Nóbrega Franco.

Kenny (2002), Pasnau (2002, 2003), García-Valdecasas (2005),² O'Rourke (2005), McInerny (2006), Velde (1995, 2006),³ Wippel (2000, 2007), e indica o quanto o mesmo continua repercutindo no mundo universitário.

Diversos outros estudiosos têm oferecido colaboração à Psicologia com base no referencial tomista. Embora não tão contemporâneos quanto os acima referidos, dentro duma esfera de abrangência que inclui o século XX, podemos citar autores como: Farges e Barbedette (1923), Maritain (1923), Allers (1940), Mercier (1942), Barbado (1943), Barros (1945), Collin (1949), Bless (1957), Jolivet (1959), Brennan (1960, 1969a, 1969b), Gardeil (1967), Vernaux (1969), Sciascia (s.d.), Marín (1998), Menezes (2000), Cruz (2001), Gilson (2002) e outros.

A expressão Psicologia Tomista chegou mesmo a ser cunhada por Brennan (1960), como título de um de seus livros, e adquiriu foros de cidadania desde então.

A título de amostra do pensamento tomista aplicado ao campo psicológico, podemos focar nossa atenção no tema da vida afetiva ou emocional. Com este objetivo, analisaremos neste trabalho as linhas gerais da concepção tomista sobre as emoções, bem como as contribuições que a mesma pode oferecer ao seu estudo, dinamismo e manejo.

² Apesar do nome latino, o Prof. Miguel García-Valdecasas publica seus trabalhos também em Inglês, além de ter sido *academic visitor* em Oxford (UK) de 2004 a 2006.

³ O Prof. Rudi Te Velde, embora leciona nas Universidades de Amsterdam e Tilburg, na Holanda, publica habitualmente seus trabalhos também em Inglês, motivo pelo qual foi incluído nesta lista.

Noção de ciclo da vida humana consciente

As potências do homem⁴ se articulam entre si de modo a propiciar-lhe os atos necessários à vida que lhe é própria, ou seja, racional e consciente de si mesma. Cada potência tem, portanto, o seu papel peculiar. A doutrina tomista projeta uma luz notavelmente esclarecedora sobre o assunto, em particular sobre aquelas que ela chama de potências apetitivas.

Para facilitar a compreensão da sua natureza e do seu papel, convém recordar, ainda que sumariamente, a noção de ciclo da vida consciente que se depreende do ensinamento tomista.

Sobre ele, Brennan (1960) tece considerações que poderiam ser resumidas nos seguintes termos:

Por suas faculdades, o ser humano é levado a procurar, primeiramente, conhecer a realidade que o circunda. Conhecendo-a, propende para aquilo que lhe parece conveniente. E propendendo, põe-se em ação de modo a obter aquilo que desejou, ou a evitar o que rejeitou.

Na primeira etapa, a pessoa põe em movimento suas faculdades cognoscitivas. Seus sentidos externos, também chamados presentativos (visão, audição, etc.), captam o objeto e o apresentam aos sentidos representativos, ou internos (sentido comum, imaginação, memória e cogitativa).

Estes últimos o transformarão numa imagem, ou *phantasma* na linguagem tomista, da qual o intelecto extrairá as características que o singularizam para formar

⁴ Aqui consideradas segundo a terminologia aristotélico-tomista.

uma ideia abstrata. Voltando à imagem mental, o intelecto considerará as características peculiares do objeto, obtendo, dessa maneira, o conhecimento de sua singularidade.

É o que ocorre, por exemplo, quando um indivíduo vê uma casa. Seu sentido comum integra as informações dos sentidos externos. Com base nesta integração, sua imaginação produz uma representação mental dela, auxiliada pela memória e pela cogitativa (que lhe dá a avaliação da utilidade ou nocividade do objeto).

De tal representação, ou *phantasma*, o intelecto abstrai as características singulares, formulando a ideia abstrata e universal de "casa". Em seguida, se volta para a imagem mental e considera as características singulares da mesma, e assim conclui o processo do conhecimento.

Na etapa seguinte, suas potências apetitivas, tanto a natural, quanto as sensitivas e a racional, o moverão a desejar ou rejeitar o objeto, como veremos mais detalhadamente logo adiante.

Por fim, sua potência locomotora o induzirá a mover-se e agir em coerência com seu entendimento, seus apetites e sua vontade, fechando, dessa forma, o chamado ciclo da vida consciente.

Esse encadeamento aparentemente complexo pode ser constatado por qualquer pessoa, a cada momento. É o que ocorre, por exemplo, quando alguém vê um prato saboroso disposto para sua refeição, o deseja, tanto instintiva quanto racionalmente, e se locomove até ele para comê-lo. Ou, para retomar o exemplo da casa, após conhecê-la, decide comprá-la ou rejeitá-la, agindo em consequência.

O ciclo da vida consciente pode, portanto, ser esquematizado, com base em São Tomás (apud BRENAN, 1960, com adaptações nossas), como segue:

CONHECER [Faculdades cognoscitivas: sentidos presentativos (ou externos) – sentidos representativos (ou internos) - conhecimento racional] → PROPENDER [Faculdades apetitivas: 1) natural (comum a todos os seres vivos); 2) sensitiva (comum aos animais): apetite concupiscível e irascível; 3) intelectual (comum aos Anjos e homens): decisões voluntárias que procedem do conhecimento racional] → AGIR [Faculdade locomotora: ação, comportamento].

As potências apetitivas

Em seu conjunto, as potências apetitivas são as que proporcionam ao homem a capacidade de amar ou odiar, desejar ou rejeitar, e ter os demais movimentos consequentes.

Elas têm um papel fundamental por se encaixarem, no ciclo da vida humana consciente, como o elo entre as faculdades cognoscitivas e as executivas. Sem elas, de nada nos adiantaria conhecer a realidade, sua nocividade ou conveniência para a vida. Permaneceríamos impávidos e inertes como os minerais.

A Psicologia moderna detém sua atenção mais especialmente nos atos que tais potências propiciam, ou seja, nas emoções. Mas se temos por objetivo conhecer a natureza do que está por trás dessas últimas, nada melhor do que aprofundarmos o que São Tomás nos diz a respeito.

Ele começa por distinguir três grandes gêneros de potências apetitivas: o natural, o sensitivo e o racional. O apetite natural, no homem, está ligado à sua vida vegetativa. As potências apetitivas sensitivas o estão à sua vida animal. O apetite racional é também chamado de potência volitiva ou vontade, e é próprio ao ser humano e ao angélico. Examinemos cada gênero em particular.

O apetite natural e o sensitivo

Conforme Brennan (1969b), apetite ou *orexis* significa a tendência para algo motivada por um desejo. No caso do apetite natural, tal tendência é provocada pela potência vegetativa que propicia a capacidade de nutrir-se, desenvolver-se e reproduzir-se. No do apetite sensitivo, a tendência é motivada pelos sentidos externos e internos. Quando a tendência é movida pelo intelecto, temos o apetite racional, que integra e tende a coordenar a ação dos demais apetites.

A finalidade da potência apetitiva é a posse física do objeto, enquanto que a das potências cognoscitivas é sua posse pelo conhecimento. Este, porém, determina aquela, como ensina São Tomás:

O apetite sensitivo, de fato, pode ser movido naturalmente não somente pela estimativa nos animais e pela cogitativa no homem, que a razão universal dirige, mas ainda pela imaginação e pelos sentidos (AQUINO, Suma Teológica,⁵ P. I. q. 81, a. 3, r. a obj. 2. 2002, p. 474).

⁵ Doravante abreviada, neste capítulo, como S. T.

Tipos de apetite sensitivo

Há dois tipos de apetite sensitivo: o concupiscível, quando tende a obter bens necessários para a subsistência, e o irascível, quando busca bens difíceis de obter ou necessita lutar contra o que o ameaça.

Pressupondo a ação prévia dos sentidos (externos e internos), é de se notar aqui o papel da potência estimativa (no animal), ou cogitativa (no homem), que é a que lhe confere a noção da utilidade ou nocividade do objeto. Tal conhecimento, que ainda não é racional, mas apenas sensitivo, é o que desencadeará os apetites.

Atos realizados pelo apetite sensitivo

Os atos propiciados pelo apetite sensitivo são chamados por São Tomás de paixões. Ele as define como: "a atividade do apetite sensível que resulta do conhecimento e que se caracteriza pelas alterações corporais que produz" (AQUINO, S. T., P. I-II, q. 22, apud BRENNAN, 1969, p. 246). Paixão, neste sentido tomista, não é sinônimo, portanto, do que lhe dá a linguagem corrente.

Os psicólogos modernos também não costumam utilizar o termo paixão, mas emoções e/ou sentimentos. Sem embargo do que, o termo paixão nos parece muito apropriado, pois vem do Latim, *passio*, e indica as modificações orgânicas, aquilo pelo que passa, sofre, a pessoa submetida a uma emoção.

Brennan (1969b) faz notar que os autores seus contemporâneos distinguem os sentimentos das emoções. Aqueles seriam equivalentes às paixões que produzem menos alterações corporais, tais como algumas do apetite

concupiscível. As emoções o seriam às que produzem alterações mais intensas, como as do apetite irascível e algumas outras do concupiscível.

Haveria, portanto, entre elas uma diferença apenas de grau, e não qualitativa, baseada na intensidade das mudanças fisiológicas que as acompanham. Sua causa eficiente é sempre a mesma: o conhecimento fornecido pela sinergia dos sentidos e, especialmente, da potência cogitativa aliada, no homem, à intelectual. Pois os elementos e etapas constitutivos das paixões são: o conhecimento – o apetite ou desejo – as mudanças fisiológicas.

Esclarecimento terminológico

Antes de prosseguirmos, valeria a pena fazer alguns esclarecimentos terminológicos. Autores tomistas como Collin (1949) e Mercier (1942) fazem uso da expressão afetos para referir-se às paixões. Collin (1949), por exemplo, dedica três capítulos de seu livro ao estudo da "vida afetiva". O Cardeal Mercier (1942), inclusive, mostra que a expressão parece remontar a Santo Agostinho, que escreve:

Os movimentos da alma que os gregos chamam *páthe* são designados pelos latinos com frequência por afeições ou afetos; alguns traduzem de maneira mais expressiva dizendo paixões (MERCIER, 1942, p. 275. Sem referência ao texto original de Santo Agostinho).

É curioso notar que, embora todos saibam o que significam, existe certa dificuldade para definir afetos,

sentimentos e emoções em termos racionais. A explicação, porém, é simples. Trata-se de potências de ordens diferentes: a definição é um ato da potência intelectual e a paixão, da apetitiva.

Tentar uma definição intelectual de uma realidade apetitiva seria, portanto, como tentar explicar uma sinfonia com base apenas na leitura de sua partitura. Para compreendê-la, é necessário ouvi-la.

Contribui também para esta dificuldade o emprego da palavra "sentir" tanto para a senso-percepção quanto para se referir aos sentimentos ou paixões suaves. A senso-percepção está relacionada com os sentidos, com o conhecimento sensitivo, enquanto que o sentimento é o produto de um apetite, que pressupõe um conhecimento. O sentimento inclui, entretanto, uma sensação, em geral táctil proprioceptiva, ou seja, o indivíduo sente as alterações fisiológicas dentro de si, em especial as cardíacas, provocadas pela ação de seus apetites. Daí, aliás, a associação do termo "coração" às emoções.

Classificação tomista das emoções

São Tomás (S.T. P. I-II, qq. 23-25, 2003) baseia sua classificação na natureza do estímulo que dá origem ao apetite, e no modo como reage o apetite face ao estímulo. Mesclando a terminologia de autores modernos com a tomista, Brennan (1969b, p.251) apresenta o quadro que reproduzimos abaixo, com adaptações. Para distinguir, colocamos entre parêntesis a terminologia especificamente tomista, e entre colchetes algumas palavras de esclarecimento:

Reações Tranquilas (concupiscíveis)	{ Estímulo favorável (bom) }	{ 1 - Amor: prazer produzido por objeto bom. 2 - Desejo: inclinação afetiva ao bem. 3 - Alegria: posse afetiva do bem. }
Reações de Emergência (irascíveis)	{ Estímulo favorável de difícil obtenção (bem árduo) }	{ 7 - Esperança: inclinação afetiva a um bem obtenível [embora árduo]. 8 - Desespero: inclinação afetiva a um bem de difícil obtenção, considerado inalcançável. }

Fonte: BRENNAN, 1969b, p. 251.

São Tomás apresenta, portanto, os 11 tipos de paixões que os seres humanos são capazes de apresentar como a resultante da interação de um determinado estímulo com o modo pelo qual reage o apetite estimulado. Dessa forma, dentre os atos do apetite concupiscível (que os modernos chamariam de reações tranquilas ou sentimentos) encontramos o amor, quando um estímulo favorável produz no apetite concupiscível uma reação de

prazer, o desejo, quando o mesmo tipo de estímulo produz uma inclinação afetiva para o bem que lhe é apresentado, o ódio, quando um estímulo desfavorável lhe provoca um desprazer, e assim por diante.

O mesmo sucede com os atos do apetite irascível, ou reações de emergência, segundo certos autores modernos (BRENNAN, 1969). Assim, por exemplo, um estímulo favorável de difícil obtenção poderá produzir a esperança, quando leve o apetite irascível a uma inclinação afetiva para este bem árduo. Já um estímulo desfavorável e difícil de evitar poderia produzir o medo, quando produzisse a emoção correspondente à consciência de um mal do qual não se pode fugir.

Brennan (1969b) faz notar que, segundo São Tomás, a cada paixão corresponde uma antagônica (amor-ódio; desejo-aversão; esperança-desespero, etc.). A única exceção se observaria no caso da cólera (ou ira), pois esta se originaria da posse afetiva de um mal árduo ou difícil de evitar, e não existiria uma emoção específica oriunda da posse afetiva de um bem árduo, uma vez que a posse do bem, seja árduo ou não, de si já provoca a alegria, ou gozo.

Exemplificando, uma pessoa que acaba de ser agredida fisicamente pode sentir cólera. Mas essa mesma pessoa sentirá alegria ao ser aprovada num exame, tenha sido este difícil ou não. Embora a intensidade da alegria possa variar, o gênero de emoção permanece o mesmo.

Outro ponto digno de nota assinalado por Brennan (1969b) é que, segundo o Aquinate, não há paixão na alma do homem que não esteja fundada em algum tipo de amor. A razão disso, segundo São Tomás (S.T., P. I-II, q. 27, a. 4, 2003), é que toda outra paixão ou implica num

movimento em direção a um objeto ou no descanso nele. E isto provém de certa conaturalidade ou proporção que pertence à natureza do amor. Portanto, diz ele, é impossível que alguma outra paixão seja universalmente causa de todo amor, podendo acontecer, contudo, que uma outra paixão seja causa de um determinado amor, assim como um bem é causa de outro.

Respondendo às objeções na mesma questão, o Doutor Angélico (S.T., P. I-II, q. 27, a. 4, 2003) desenvolve este tópico demonstrando que, embora a paixão desejo possa parecer ser o primeiro movimento em relação a um objeto reconhecido como bom, tal desejo pressupõe o amor ao objeto, pois ninguém deseja aquilo que não ama, ainda que o desejo de um ser possa ser causa de que se ame outro. Ele exemplifica com o caso de alguém que deseja receber dinheiro, por essa razão amar aquele de quem o recebe.

Em outras palavras, a primazia do amor sobre as demais paixões se verifica pelo fato de que, no ciclo da vida consciente, ela é a primeira a ser mobilizada após o processo cognitivo estimular o apetite: quando o indivíduo percebe que algo lhe convém, ama-o. Percebendo que não lhe convém, porque ama o bem oposto, rejeita o objeto em questão. Esse amor, ou ódio (decorrente da rejeição) suscitado em contraposição a ele, é que desencadeará as demais paixões, conforme examinaremos mais detidamente logo adiante.

Alguém poderia objetar que tal classificação, embora muito lógica, pareceria carecer de fundamentação científica. Em seu artigo *The Mediaeval System of Emotions*, Gregory Schramm, O.S.B. (s.d., apud BRENNAN, 1969) reuniu uma série de pesquisas científicas que comprovaram esta classificação. Referimo-

lo rapidamente aqui, para não extrapolar os limites do presente estudo, remetendo para ele os que desejem aprofundar este ponto.

Papel da consciência no desencadeamento emocional

Um ponto importante da concepção tomista é destacado por Vernaux (1969, p. 81) quando diz que "as paixões são geradas na consciência". Para demonstrá-lo, ele exemplifica com o processo de encadeamento das paixões motivado pelo conhecimento de um bem árduo, separado do sujeito por um obstáculo.

O primeiro movimento emocional que se apresenta é o amor do bem considerado em si mesmo. Pois, como acabamos de ver, o amor é a mola propulsora do desencadeamento que se sucede.

Pelo fato do objeto ser amado, o obstáculo que impede de alcançá-lo apresenta-se como um mal, e, portanto, suscita o ódio. Ao mesmo tempo, surgem o desejo desse bem e a aversão ao obstáculo.

Caso o obstáculo seja transponível, nascerá a esperança. Caso intransponível, o desespero. A esperança desperta a audácia que impele a mover-se em direção ao obstáculo, e em seguida a cólera ou ira aparece no momento de enfrentá-lo. Por fim vem a deleitação ou alegria, após o obstáculo ser vencido e o bem ser possuído.

Caso contrário, se o obstáculo for identificado como intransponível, a paixão despertada será o desespero, este gerará o medo, que leva a recuar diante do obstáculo, e o medo acarreta a tristeza, pelo fato do objeto não ser possuído.

O exemplo é bem oportuno, pois nos permite avaliar a reversibilidade de todas as paixões ou emoções, como umas desencadeiam as outras e como, no final das contas, todas elas têm origem na paixão amor.

Assim, o ódio se funda sobre o amor, porque uma coisa não aparece como um mal a não ser por relação a um bem que é amado. Se não tendemos para um bem, não encontraremos nenhum obstáculo sobre a sua rota (VERNAUX, 1969, p. 82).

Uma vez que o desencadeamento emocional provém do amor, e que esta é uma das emoções de que mais facilmente se toma consciência, tal desencadeamento tem origem na consciência humana, ou ao menos, em dado momento, é evidenciado para ela, quando o indivíduo se dá conta de que está amando algum objeto. A chave do controle emocional consiste, portanto, no adequado manejo da paixão amor.

Contribuições tomistas ao estudo da vida afetiva

O tópico que acabamos de considerar projeta um foco de luz sobre o confuso tumultuar das paixões e sua relação com a consciência. Pois, se seu desencadeamento é no mínimo passível de tornar-se consciente, seu manejo torna-se muito mais acessível do que comumente se imagina.

Para melhor compreender esta contribuição da Psicologia Tomista, entretanto, convém levar em consideração que podemos analisá-la a partir de dois pontos de vista distintos: 1º) A relação das emoções com o comportamento, e 2º) a sua relação com o desempenho.

Quanto ao primeiro, registra Brennan (1969b) que o Doutor Angélico considera o papel do conhecimento como diretivo, o da emoção como imperativo (ou ditatorial, poderíamos dizer) e o do movimento muscular como executivo. Da preponderância, portanto, da ditadura dos impulsos emocionais sobre as diretrizes racionais da cognição advém, muitas vezes, a perda do controle emocional.

A consequência lógica é a adoção de um processo metódico de educação da inteligência e da vontade, aliada a um processo análogo, ainda que indireto, em relação ao apetite sensitivo, para prevenir tal descontrole, e mesmo aperfeiçoar o autodomínio. Pois, como vimos mais acima, o apetite sensitivo está por trás da paixão amor, a qual, por sua vez, desencadeia as demais.

Do ponto de vista da relação das emoções com o desempenho, Braghirolli et al. (2005) ressaltam que esta relação pode ser representada por uma curva em "U" invertido. Ou seja, que a emoção até determinado grau pode melhorar o desempenho. Ultrapassado este grau, a emoção começaria a piorar o desempenho.

Poder-se-ia exemplificar com o estudante que, devido a uma certa tensão, se aplicasse mais e tirasse uma boa nota, ou o executivo, que trabalhando mais obtivesse maior êxito profissional. Transposto o limite do ápice do "U" invertido, a emoção passaria a prejudicar o desempenho dos mesmos.

Resta saber se esta melhora do desempenho pontual sob o influxo de uma emoção qualquer representa uma autêntica melhora do ponto de vista global. O fracasso escolar de muitos estudantes-prodígio que interrompem o curso por crises de stress, ou os executivos

que enchem as salas de espera dos cardiologistas parecem falar em sentido contrário.

A coerência com os princípios tomistas leva-nos a crer que não basta a influência de qualquer emoção para melhorar globalmente o desempenho, mas apenas o adequado domínio da inteligência e da vontade sobre as emoções, e o benefício que estas, uma vez bem reguladas, são capazes de oferecer àquelas, pode favorecer o desempenho humano, quer pontual, quer global.

Nesse particular, Tanquerey (1932) destaca os benefícios propiciados pela boa ordenação das paixões sobre a inteligência e a vontade, e em decorrência, sobre o comportamento do indivíduo.

Com efeito, a inteligência ganha em capacidade de compreensão e dedicação, tanto no trabalho como no estudo, otimizando o desejo de conhecer a verdade, a facilidade em aprender e a utilização da memória. E a vontade multiplica suas energias e capacidade de decisão.

Atuando em conjunto, elas terão condições de conduzirem a paixão amor às suas devidas finalidades. E este amor bem ordenado, por sua vez, facilitará enormemente a atuação do entendimento e do apetite racional. Pois, como mostra a experiência, tudo que se faz com verdadeiro amor, se faz melhor, uma vez que ele é a paixão-mestra que desencadeará o dinamismo das demais.

A explicação desse fato, aliás, é simples. Corroborava o velho ditado: "a união faz a força". No caso, trata-se da união do apetite sensitivo, tanto concupiscível quanto irascível, conforme o caso, com o apetite racional, ou seja, a vontade. As faculdades superiores são, desse modo, diretamente recompensadas pelos seus esforços no autocontrole emocional.

As contribuições tomistas ao estudo das emoções podem ser consideradas ainda do ponto de vista da análise do seu desenvolvimento.

A Psicologia atual, retratada, por exemplo, pela compilação de Braghirolli et al. (2005), afirma que tal desenvolvimento depende tanto da aprendizagem, quanto da maturação das células, tecidos e órgãos. Dependendo da escola teórica, entretanto, o peso concedido a cada um desses fatores pode variar.

John Watson e sua corrente behaviorista (apud BRAGHIROLLI et al., 2005), por exemplo, sustentavam que existiriam apenas três tipos de reações emocionais inatas: medo, raiva e amor, e que as demais desenvolver-se-iam a partir destas, baseando-se em inúmeras experiências com cobaias, e até com bebês, realizadas em seus laboratórios.

Os que defendem um papel preponderante da aprendizagem apontam três processos de aquisição de respostas emocionais: imitação, condicionamento (associação de um estímulo neutro com um que provoca emoção) e compreensão (recepção e interpretação racional das informações).

Para as correntes que dão ênfase ao fator biológico, a maturação do sistema nervoso tem papel decisivo, especialmente a do Hipotálamo e a do Sistema Límbico, por estarem mais estreitamente ligados às emoções.

A literatura experimental neurobiológica é abundante. Braghirolli et al. (2005) referem que, para comprovar este ponto de vista, no ano de 1950 o psicólogo experimental espanhol José Delgado chegou a implantar eletrodos no Sistema Límbico do cérebro de um touro e o dominou numa arena com um rádio emissor portátil.

Entretanto, apoiados nos princípios enunciados por São Tomás, podemos chegar a conclusões semelhantes, partindo do pressuposto de que os animais em geral, e os seres humanos em particular, dispõem de uma potencialidade – por ele chamada de apetite sensitivo – que lhes confere a capacidade de sofrerem (*passio*) a ação dos agentes externos e internos que os movem (*emovere*) a se adaptarem à realidade e assim garantirem a homeostase.

Para desenvolver-se, este apetite necessita da adequada maturação da estrutura biológica do organismo, bem como da moderação propiciada pelo fator educacional, no caso do homem.

Em outros termos, essa potencialidade, radicada na alma, se atualiza na medida em que seu complemento hilemórfico,⁶ o corpo, esteja devidamente preparado para executar suas diretrizes. E que as outras potências que com ela interagem, como a inteligência e a vontade, estejam aptas, inclusive pela aprendizagem, a adequar suas reações ao conjunto das conveniências da realidade.

Tal processo de adequação, entretanto, reveste-se de um cunho teleológico, ou seja, tem em vista as reais finalidades do ser humano. Por essa razão, o papel da aprendizagem para o desenvolvimento da inteligência e da vontade, com sua repercussão sobre as emoções, é muito valorizado por São Tomás.

⁶ Referência à doutrina hilemórfica de Aristóteles, que diz serem todos os seres corpóreos dotados de *hylé*, ou matéria, e *morphe*, forma.

Referências bibliográficas

ALLERS, Rudolf. **The successfull error: a critical study of freudian psychoanalysis**. New York: Sheed & Ward, 1940.

AQUINO, São Tomás de. **Suma Teológica**. v. 2. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. _____. v. 3. São Paulo: Loyola, 2003.

BARBADO, Manuel, O. P. **Introducción a la psicología experimental**. 2. ed. Madrid: Instituto Luís Vives de Filosofia, 1943.

BARROS, Manuel Correia de. **Lições de filosofia tomista**. Porto: Figueirinhas, 1945.

BLESS, H. **Pastoral psiquiátrica**. Trads. P. M., S. I., e A. A. de L. (sic). 3. ed. espanhola ampliada. Madrid: Razón y Fé, 1957.

BRAGHIROLI, Elaine Maria; BISI, Guy Paulo; RIZZON, Luiz Antônio; NICOLETTO, Ugo. **Psicologia geral**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRENNAN, Robert Edward, O. P. **Historia de la**

psicología. Trad. Efren Villacorta, O. P., Revisão Marcos F. Manzanedo, O. P. 2. ed. Madrid: Morata, 1969a.

_____. **Psicología general.** Trad. Antonio Linares Maza. 2. ed. Madrid: Morata, 1969b.

_____. **Psicología tomista.** Trad. Efren Villacorta Saiz, O. P. Revisão José Fernandez Cajigal, O. P. Ed. atualizada pelo Autor. Barcelona: Editorial Científico Médica, 1960.

COLLIN, Henri. **Manuel de philosophie thomiste.** Vol. II - Psychologie. Re-edição do Pe. Robert Terribilini. Paris: P. Tequi, 1949.

CRUZ, Juan Cruz. Ontología del alma humana. In: Aquino, São Tomás de. **Cuestiones disputadas sobre el alma.** Trad. e notas Ezequiel Téllez Maqueo. 2. ed. Pamplona: EUNSA, 2001.

FARGES, A; BARBEDETTE, D. **Cours de philosophie scolastique.** 12. ed. Paris: Baston, Berche et Pagis Librairies, 1923.

GARCÍA-VALDECASAS, Miguel. Psychology and mind in Aquinas. **History of Psychiatry**, v. 16, n. 3, p. 291-310, 2005.

GARDEIL, Henri Dominique. **Iniciação à filosofia de**

São Tomás de Aquino. Trad. Wanda Figueiredo. São Paulo: Duas Cidades, 1967.

GILSON, Étienne. **El tomismo.** Introducción a la filosofía de Santo Tomás de Aquino. Trad. Fernando Múgica Martinema. 4. ed. corrigida. Pamplona: EUNSA, 2002.

JOLIVET, Régis. **Curso de filosofía.** Trad. Eduardo Prado de Mendonça. 18. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

KENNY, Anthony. **Aquinas on Being.** Oxford: Clarendon Press, 2002.

KRETZMANN, Norman. **The metaphysics of Theism: Aquinas's natural Theology in Summa Contra Gentiles I.** New York: Oxford University Press, 2002.

_____ ; STUMP, Eleonore. (org.). **The Cambridge Companion to Aquinas.** Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MARÍN, António Royo, O. P. **Somos hijos de Dios.** Misterio de la divina gracia. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1977.

_____. **Teología de la perfección cristiana.** 5. ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1968.

MARITAIN, Jacques. **Eléments de philosophie, II.** 4. ed. Paris: Téqui, 1923.

MAURER, Armand Augustine. **Being and knowing: studies in Thomas Aquinas and later medieval philosophers.** Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies, 1990.

_____. **About beauty: a thomistic interpretation.** Houston: University of St. Thomas, 1983.

McINERNY, Ralph M. **Praeambula Fidei: Thomism and the God of the philosophers.** Washington: Catholic University of America Press, 2006.

MENEZES, Paulo Gaspar de. **O conhecimento afetivo em Santo Tomás.** São Paulo: Loyola, 2000.

MERCIER, Desiré Joseph. **Curso de Filosofía - Psicología.** Buenos Aires: Anaconda, 1942.

O'ROURKE, Fran. **Pseudo-Dionysius and the metaphysics of Aquinas.** Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2005.

PASNAU, Robert. **Theories of Cognition in the Later**

Middle Ages. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

_____. **Thomas Aquinas on human nature.** Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SCHRAMM, Gregory, O.S.B. The mediaeval system of emotions. **Natural History Bulletin**, 7, v. IV, s.d., p. 275-281. In: BRENNAN, Robert Edward, O.P. *Psicología general.* Trad. Antonio Linares Maza. 2. ed. Madrid: Morata, 1969.

SCIASCIA, Ugo. **Psicologia dell'apostolato.** Roma: Coletti, s.d.

TANQUEREY, Adolphe. **Compêndio de teologia ascética e mística.** Trad. da 5. ed. francesa por J. Ferreira Fontes. 2 ed. Porto: Apostolado da Imprensa, 1932.

VELDE, Rudi Te. **Aquinas on God: the divine science of the Summa Theologiae.** Aldershot: Ashgate, 2006.

_____. **Participation and substantiality in Thomas Aquinas.** Trad. A. P. Runia. Leien: Brill, 1995.

VERNAUX, Roger. **Filosofia do homem.** Trad. Cristiano Maia e Roque de Aniz. São Paulo: Duas Cidades, 1969.

WIPPEL, John F. **Metaphysical themes in Thomas Aquinas II**: studies in philosophy and the history of philosophy. Ed. revisada. Washington: Catholic University of America Press, 2007.

_____. **The metaphysical thought of Thomas Aquinas**: from finite being to uncreated being. Washington: Catholic University of America Press, 2000.

CAPÍTULO 2

A INTROSPEÇÃO COMO MÉTODO DE ESTUDO NA PSICOLOGIA TOMISTA

*Trabalho apresentado no 10º Congresso Virtual de
Psiquiatria – Interpsiquis, em fevereiro de 2009.*

Resumo

Este estudo tem por objetivo apresentar uma contribuição da Psicologia Tomista à metodologia psicológica. Para isso, depois de recapitular o enfoque tomista sobre os tipos de conhecimento, sua consequente proposta de divisão da Psicologia Geral e o conceito de Psicologia Tomista dele decorrente, analisa o “direito de cidadania” desta no mundo acadêmico. Apresenta, em seguida, a metodologia tomista no estudo da Psicologia, como ela enfrenta e soluciona o problema da acessibilidade ao seu objeto, seu caráter científico, as refutações que propõe às objeções criteriológicas, e as perspectivas que o referido enfoque abre para novas investigações nessa área do conhecimento humano.

Palavras-chave: Metodologia psicológica. Introspecção. Psicologia Tomista.

Resumen

Este estudio tiene por fin presentar una contribución de la Psicología Tomista a la metodología psicológica. Para eso, después de recapitular el enfoque tomista sobre los tipos

de conocimiento, su consecuente propuesta de división de la Psicología General y el concepto de Psicología Tomista que de él proviene, analiza el “derecho de ciudadanía” de esta en el mundo académico. Presenta, a continuación, la metodología tomista en el estudio de la Psicología, cómo ella enfrenta y soluciona el problema de la accesibilidad a su objeto, su carácter científico, las contestaciones que propone a las objeciones criteriológicas, y las perspectivas que dicho enfoque abre para nuevas investigaciones en esa área del conocimiento humano.

Palabras-clave: Metodología psicológica. Introspección. Psicología Tomista.

Abstract

This study aims at presenting a contribution of the Thomistic Psychology to the psychological methodology. For this, after recapitulating the Thomistic approach on the types of knowledge, its consequent proposal of division of General Psychology and the concept of Tomist Psychology derived from it, this study analyzes its "right of citizenship" in the academic world. Then, it presents the Thomist methodology in the study of Psychology, how it confronts and solves the problem of accessibility to its object, its scientific character, the refutations it proposes to the criteriological objections, and the perspectives that this approach opens for further investigations in this area of human knowledge.

Keywords: Psychological methodology. Introspection. Thomist Psychology.

Importância da metodologia no enfoque tomista

Embora o conceito atual de Metodologia, como estudo dos métodos adotáveis para obter o conhecimento de uma determinada ciência, pudesse não existir na Idade Média, São Tomás já preconizava que se “deve conhecer o método de uma ciência antes de estudá-la” (*Expositio in Boetius - De Trinitate*,¹ q. 6, a. 1, ob. à seg. parte, r. 3, apud BRENNAN, 1969, p. 41). Em consonância com essa afirmação, o psicólogo tomista canadense Robert E. Brennan (1969, p. 40-41) assevera que: “a primeira preocupação que deve ter um estudante de Psicologia, aqui como em qualquer outro caso, é conhecer o método da matéria particular que vai estudar”.

Tipos de conhecimento

Para compreendermos melhor o enfoque metodológico tomista, convém antes tomar como pressuposto o modo pelo qual ele classifica os tipos de conhecimento. Alguns destes se buscam pelo afã de saber: são os especulativos. Outros se adquirem com o fim de atuar: são os práticos. Com base nisso, Brennan (1969) adota o conceito de Filosofia como ciência do conhecimento especulativo, e o de Ciência como o conhecimento de tipo experimental e prático.

Quanto aos seus objetos formais (fins), podemos observar que a Ciência se interessa mais pelos acidentes, no sentido filosófico do termo, enquanto que a Filosofia pela essência. Podemos dizer também que a Ciência se interessa pela(s) causa(s) que precede(m) mais imediatamente a qualquer efeito considerado, enquanto que a

¹ Doravante, neste capítulo, abreviaremos esta obra como E. B. T.

Filosofia está disposta a descobrir até a última de uma série de causas ou a razão final de qualquer efeito.

Ambas têm o mesmo objeto material: o conhecimento do universo em geral. Mas diferem quanto ao objeto formal: a Ciência visa aos seus acidentes, suas propriedades, a “periferia” do objeto, ou seja, seus aspectos chamados de fenomenológicos por certas correntes. A Filosofia, por sua vez, visa à substância, natureza ou aspectos ontológicos do objeto a ser estudado.

Como consequência, quanto ao método de estudo (meios), a Filosofia baseia-se mais na simples observação, utilizando os sentidos e o raciocínio para aproveitar e analisar os dados dela decorrentes, enquanto a Ciência lança mão de instrumentos que lhe permitem ampliar ou modificar a capacidade de observação, incluindo o chamado método experimental. Este possibilita criar condições para desenvolver e aprimorar as observações, de modo a poder repeti-las quando se considerar necessário, comprovar o resultado de suas predições, e empregar o raciocínio para processar suas informações.

Dependendo do objeto estudado, portanto, o enfoque mais adequado será ora o filosófico, ora o científico, ora o uso complementar de ambos.

Proposta tomista de divisão da Psicologia Geral

Existem várias correntes e opiniões quanto às divisões da Psicologia Geral. Conforme Brennan (1969), os que se baseiam na escola aristotélico-tomista dividem-na em dois grandes grupos: Psicologia Filosófica e Científica. Ambas têm o mesmo objeto material: o homem. Elas o estudam como uma criatura estruturada

materialmente, sujeita às mesmas leis de tempo, espaço e movimento que atuam sobre o resto das criaturas materiais.

Diferem, entretanto, quanto ao objeto formal (fins) e método de estudo. O da Psicologia Filosófica é estudar o homem (enquanto ser hilemórfico, ou seja, dotado de alma unida ao corpo) em sua natureza ou essência, e as leis que ordenam seu ser. Em tese se poderia estudar também a alma enquanto separada do corpo, mas isto seria mais propriamente objeto de estudo da Metafísica. Por sua vez, o objeto formal da Psicologia Científica é estudar o homem, ser hilemórfico, em seus acidentes, propriedades e leis que regulam a sua conduta, o seu comportamento.

Quanto ao método, como regra geral, o da Psicologia Filosófica é o dedutivo, baseando-se nos dados da inteligência, dos sentidos e da introspecção para deduzir suas conclusões. E o da Científica é o método indutivo, apoiando-se nas informações provenientes da observação aprimorada pelo instrumental científico, aliadas aos dados da experimentação, que induzem às conclusões.

Sem embargo, o cientista também usa o método dedutivo quando trata de idear suas leis gerais, especialmente quando lança mão da observação e da introspecção, e o filósofo usa o indutivo quando parte dos fatos observados, dados científicos ou de raciocínios prévios para chegar às suas conclusões.

Conceitos de Psicologia Filosófica e Científica

Baseando-nos na definição de Psicologia Geral adotada por Brennan (1969) podemos dizer que a

Psicologia Filosófica é o estudo do homem (enquanto ser dotado de alma e corpo) em sua essência ou substância, e que a Psicologia Científica é o estudo do homem em seu comportamento (atos) e propriedades.

O Aquinate ensina que um corpo doutrinário está subordinado a outro quando este último é capaz de dar-nos a razão última daquilo de que trata o primeiro (AQUINO, E. B. T., q. 5, a. 1, r. a. obj. 5, apud BRENNAN, 1969). Portanto, segundo a concepção tomista, a Psicologia Científica pode recorrer à Filosófica para aprofundar suas conclusões empíricas na busca da compreensão das razões pelas quais o homem é o que é, e age como age.

Conceito de Psicologia Tomista

Diante acima exposto, e para melhor clareza de conceitos, convém explicitar o que entendemos por Psicologia Tomista, com base em Brennan (1960), antes de analisarmos a metodologia que ela emprega.

A obra de São Tomás é vastíssima, abarcando inúmeros temas atinentes à Teologia, à Moral, à Liturgia, à Filosofia, à Política, entre outros. Estando a Psicologia relacionada direta ou indiretamente a quase todos esses temas, ele não poderia deixar de abordá-la. Como o fez?

Brennan (1969) destaca que, curiosamente, nem ele, nem Aristóteles, empregaram o termo “psicologia”, mesmo porque essa palavra não existia em suas respectivas épocas. Braghirolli et al. (2005), por exemplo, atribuem sua adoção a Philip Melanchthon (1497-1560), e sua difusão a Christian Von Wolff (1679-1754).

Contudo, em diversos trechos das inúmeras obras do Doutor Angélico, o assunto da alma humana e seu

funcionamento vem à tona. Baseando-se nas Sagradas Escrituras, em Santo Agostinho, Boécio, Aristóteles e outros autores, ele edificou um impressionante corpo doutrinário sobre o tema.

Desse modo, embora não seja fácil dar uma definição concisa do que chamamos de Psicologia Tomista, podemos entendê-la como sendo o estudo do homem em seus atos, propriedades e essência, segundo a cosmovisão de São Tomás de Aquino.

Os atos humanos podem ser entendidos como o comportamento, objeto unanimemente aceito para a ciência em questão. Coerente, entretanto, com o enfoque filosófico, a Psicologia Tomista interessa-se também pelas propriedades e até pela essência daquele ser que se manifesta através de seus atos. E aporta ricos esclarecimentos aos que se aprofundam em seu estudo.

“Cidadania” desse conceito

Habitado ao experimentalismo behaviorista ou pós-behaviorista, ou aos quadrantes filosóficos conexos com as teorias freudianas e pós ou para-freudianas, o psicólogo atual talvez se pergunte se uma Psicologia Tomista poderia encontrar direito de cidadania nessa, entretanto, tão aberta ciência.

O contato com os trabalhos de autores recentes como Maurer (1983, 1990), Rodríguez (1991), Stump (1993), Lobato (1994), Marín (1998), Fabro (1999), Menezes (2000), Cruz (2001), Kretzmann (1993, 2002), Kenny (2002), Pasnau (2002, 2003), Echevarría (2004), Andereggen (2005), García-Valdecasas (2005), O'Rourke (2005), Piñeda (2005), McInerny (2006), Velde (1995,

2006), Wippel (2000, 2007), Alarcón (2006, 2007), Faitanín (2008), Gallo (s.d), e outros ainda, poderia ajudar a dissipar tal indecisão.

Além desses, diversos outros estudiosos têm oferecido aportes, diretos ou indiretos, valiosos à Psicologia com base no referencial tomista. Embora não tão contemporâneos quanto os acima referidos, dentro duma esfera de abrangência que inclui o século XX, podemos citar autores como: Farges e Barbedette (1923), Maritain (1923), Bengoetxea (1925), Sertillanges (1940), Allers (1940), Mercier (1942), Barbado (1943), Barros (1945), Collin (1949), Garrigou-Lagrange (1950), Derisi (1956), Bless (1957), Jolivet (1959), Brennan (1960, 1969), Gardeil (1967), Vernaux (1969), Sciascia (s.d.), Gilson (2002, re-edição) entre muitos outros.

Os que se interessem em conhecer a vastíssima bibliografia sobre São Tomás e sua obra, indicativa do interesse e acatamento que suscitam no mundo acadêmico, poderão encontrar na *Bibliographia Thomistica*, compilada por Alarcón e disponível na internet no site <http://www.corpusthomisticum.org/zbiblia.html>, um manancial quase inesgotável de referências bibliográficas.

É compreensível, portanto, que a expressão Psicologia Tomista, cunhada por Brennan (1960) como título de um de seus livros, não tenha senão expandido seus foros de cidadania desde então.

Princípio e métodos básicos da metodologia

Delimitados os campos e conceitos que manusearemos, convém recordar agora alguns elementos básicos da ciência que pretendemos analisar.

Segundo Brennan (1969), uma lei básica da metodologia é partir do fato, aquilo que captamos por meio da experiência imediata, para o princípio que está por trás do fato. Ou seja, partir do mais conhecido e avançar gradualmente para o menos conhecido. Uma vez que consigamos estabelecer um princípio, podemos utilizá-lo como ponto de partida para novas deduções e aprofundamentos. É o processo da análise e síntese. Desse modo, existem dois métodos básicos de estudo:

a) método analítico

Que progride sucessivamente do particular para o geral visando chegar a uma definição sintética de princípios.

b) método sintético

Que utiliza o processo inverso, baseando-se nas leis ou princípios descobertos pelo método analítico para deduzir novos dados e novas conclusões.

Aplicação dos métodos básicos à Psicologia Tomista

Como vimos, a Filosofia, por sua natureza, se apoia mais no método sintético e a Ciência, no analítico. Porém, uma vez que ambos são mutuamente úteis, há um constante intercâmbio de aplicação entre os dois.

De acordo com Brennan (1969), a Psicologia de São Tomás é um feliz exemplo de equilíbrio na aplicação dos dois métodos. Pois quando trata dos aspectos materiais do objeto de seu estudo, tende mais a utilizar o método analítico-indutivo. E quando se ocupa dos aspectos formais, tende a servir-se do sintético-dedutivo, partindo do já conhecido para atingir novas explicitações.

O problema do objeto

O moderno critério de validade científica para o estudo de um determinado objeto é que o mesmo seja observável por qualquer pessoa que se disponha a fazê-lo adequadamente, e tanto quanto possível livre das inferências subjetivas do pesquisador e do sujeito que está sendo estudado (BRAGHIROLI et al., 2005).

O objeto da Psicologia, para a escola aristotélico-tomista, é aquele explicitado pela própria etimologia do termo: a *psyché*, a alma. Como, porém, aplicar o referido critério para um objeto de estudo que, por definição, não pode ser observado diretamente?

Diante do dilema, alguns estudiosos preferiram erigir como objeto da Psicologia o comportamento estritamente observável (WATSON, 1930; SKINNER, 1938, 1953, 1964), por ser suscetível de experimentação científica. A corrente predominante em nossos dias, entretanto, não é tão estrita, adotando o comportamento, num sentido mais amplo, como seu objeto (BRAGHIROLI et al., 2005).

Sem embargo, quando o estudioso se vê diante de situações incontornáveis, nas quais muitas informações só estão acessíveis por meio de descrições subjetivas, como as que envolvem os sentimentos, os afetos, os estados de humor, pode ser levado a aceitar a combinação dos dados de experiências subjetivas com elementos da observação objetiva.

É o que podemos notar em vários dos testes psicológicos existentes hoje em dia, especialmente nos chamados projetivos.

São Tomás, porém, não via necessidade de esquivar-se da questão. Pelo contrário, abordava-a de frente, aceitando como óbvio o fato de o objeto de estudo da Psicologia ser a alma. Como a investigava, contudo?

O método tomista

São Tomás estudava a alma principalmente por meio da introspecção.

Embora pouco considerada — ou mesmo contestada — por muitos dos psicólogos modernos, a introspecção foi o principal método de estudo adotado nos primórdios da Psicologia.

A metodologia moderna considera a observação como um dos métodos científicos válidos, dividindo-a em naturalista e controlada, juntamente com a experimentação, os levantamentos, os testes e os estudos de casos (BRAGHIROLI et al., 2005). A introspecção é uma variante da observação, consistindo na análise das próprias reações interiores, conscientes ou subconscientes (estas, após treinamento). Pode ser feita tanto de modo naturalista exclusivo, como misto ou controlado, segundo Barbado (1943). Não exclui a experimentação e pode ser validamente adotada tanto nos levantamentos e testes, quanto nos estudos de casos.

A razão da particularidade da introspecção é que se trata do único método em que o sujeito e o objeto coincidem. Sua desvantagem é a susceptibilidade às inferências subjetivas. Mas se utilizada com retidão, pode ser uma rica fonte de informações.

Oswald Külpe (1862-1915), considerado por Brennan (1969) como o primeiro psicólogo moderno a

fazer um estudo sobre metodologia, afirma que “o experimento não pode substituir a introspecção em Psicologia, do mesmo modo que não pode substituir a observação em Física” (KÜLPE, 1895, p. 10, apud BRENNAN, 1969, p. 43). Brennan (1969, p.42) chega a afirmar que, segundo São Tomás, “a introspecção é o meio mais seguro de acesso aos dados da Psicologia”, e “a ferramenta básica” para obtê-los.

De acordo com Collin (1949, p. 45), podemos definir a introspecção como “um olhar minucioso ao interior de si mesmo para examinar mentalmente um de seus atos e analisá-lo como um objeto distinto”. Não se trata, portanto, de uma tomada de consciência espontânea, mas de uma verdadeira reflexão ou um exame sobre os próprios atos mentais.

Naturalmente, nem São Tomás, nem os psicólogos que seguem a orientação tomista, desconsideram o valor da observação externa, como dos demais métodos científicos, tanto que vários deles se alinharam com a Psicologia Experimental, principalmente na primeira metade do século XX (cf. BARBADO, 1943). Mas, como assinala e resume Collin (1949, p. 48), o método objetivo (no sentido de ‘não-subjetivo’), apesar de “necessário e fecundo, mutila a Psicologia se pretende ser exclusivo”.

Cientificidade do método aristotélico-tomista

Contudo, não se pode tachar de pouco científico o método tomista, uma vez que ele não só se baseou no aristotélico, mas até o enriqueceu.

Como se sabe, Aristóteles de Estagira (384-322 a.C.) é considerado o primeiro filósofo a formular uma

doutrina sistemática sobre os processos da vida psíquica e sobre a alma propriamente dita, especialmente nos seus três livros *De Anima*. E é apontado como o primeiro a valorizar a observação, inclusive a introspecção, como metodologia de estudo.

Apesar de alguns autores o considerarem basicamente racionalista (cf. BARBADO, 1943), do ponto de vista metodológico, vários outros o veem não apenas como iniciador da Psicologia Filosófica, mas também como pai da Psicologia Empírica ou Experimental, embora esta só tenha surgido oficialmente no século XIX.

Com efeito, Barbado (1943) traz em favor dessa tese citações de vários autores, tais como: Soury, Baldwin, Stout, Hoffding, Villa, Dessoir, Dunlap, Ebbinghaus, Külpe, entre outros. Suas declarações vão na linha de que não se pode chamar a Psicologia Experimental de nova pela simples razão de que, como diz Myers (1911, p. 1, apud BARBADO, 1943, p. 99) “o experimento em Psicologia é pelo menos tão antigo quanto Aristóteles”, ou, como afirma Kiesow (1923, p. 214, apud BARBADO, 1943, p.101): “no sistema de Aristóteles encontramos o primeiro tratado científico dos fatos da alma”.

Objecções criteriológicas à introspecção

Em que pesem tantas e abalizadas opiniões, alguém poderia objetar que o método da observação, especialmente quando introspectiva, estará sempre condicionado pelo caráter subjetivo que lhe é intrínseco. Em outros termos, o indivíduo pode “observar” apenas aquilo que lhe convenha, quer por razões conscientes, quer subconscientes, principalmente quando o assunto diga respeito à sua subjetividade.

Tal objeção “objetivista”, entretanto, parece carecer de objetividade.

Com efeito, a mesma crítica poderia ser aplicada ao método experimental, ao estatístico ou a qualquer outro instrumental-científico. Pois onde está o ser humano, aí está a subjetividade, revista-se ela do aparato tecnológico que se revestir. Nesse sentido, consta que Churchill teria chegado a comentar, jocosamente, que só acreditava nas estatísticas que ele mesmo falsificava (MANSEL, 2003)...

A exceção, portanto, não invalida a regra. A utilização fraudulenta ou inadequada de um método científico, seja ele qual for, não é pretexto suficiente para invalidar o esforço do conhecimento humano.

Encontram-se ainda outras objeções à introspecção como metodologia de trabalho em Psicologia. Há quem a critique, por exemplo, por não poder ser utilizada em experiências com animais de laboratório, ou com pessoas mentalmente enfermas.

Os que esposam tais ressalvas, entretanto, poderiam levar em conta que a motivação principal da Psicologia Tomista é conhecer a psicologia do ser humano diretamente, tal como ela é. E que os experimentos com animais são realizados, em geral, tendo em vista encontrar evidências que possam servir ao conhecimento da psicologia humana, ainda que por analogia. Como a introspecção é uma via de indiscutível valor para chegar diretamente a este conhecimento, não há porque desprezá-la em privilégio de vias indiretas e analógicas, ainda que estas também possam ter o seu papel.

Por outro lado, conhecendo-se com clareza o funcionamento normal e saudável da mente, pode-se compreender melhor os seus processos patológicos. Não

há, portanto, porque pressupor que o conhecimento oferecido pela adequada introspecção possa ser de pouca utilidade ao estudo da psicopatologia.

Neste particular, talvez alguns dos objetantes do seu uso em pessoas mentalmente enfermas não cheguem a se dar conta de que a empregam em sua prática clínica psiquiátrica ou psicológica quotidiana. Pois uma boa parte, ou quiçá a maioria das escolas psicoterapêuticas, lança mão de técnicas introspectivas, ainda que com outros nomes, seja nas fases diagnósticas, seja no acompanhamento, seja na avaliação de suas diversas estratégias terapêuticas.

Controvérsias à parte, o fato histórico é que São Tomás se serviu da introspecção, além do raciocínio especulativo, indutivo e dedutivo, como método de trabalho. Se foi feliz ou não em sua escolha, o estudo de suas contribuições à Psicologia poderá ajudar a julgar.

Contribuição da Psicologia Tomista à metodologia psicológica

O fim do presente estudo é analisar apenas uma dessas contribuições, a primeira de uma longa série de outras. No que consiste ela? Com antecipação de séculos, São Tomás enfrentou o problema da acessibilidade ao objeto da Psicologia acima referido, e o solucionou magistralmente ao adotar como “instrumento de pesquisa” o único disponível e capaz de observar a alma, ou seja, a própria alma.

E não se limitou simplesmente a observá-la. Empregando também o único “instrumental” com capacidade para analisar os dados dessa observação, que é

o raciocínio, desenvolveu todo um conjunto de juízos e inferências com base nos dados que coletou.

Embora utilizando um método caracteristicamente medieval, ele empregou a melhor “tecnologia de ponta” disponível para esse estudo específico, ou seja, a própria mente humana, nunca superada, nem mesmo superável, pelos mais avançados computadores.

A introspecção serviu-lhe, portanto, como base e instrumento para a edificação de toda uma estrutura conceitual, hoje conhecida como Psicologia Tomista (BRENNAN, 1960), vastíssimo campo que convida, aos que se interessam pelo comportamento e pela natureza humana que lhe é subjacente, a novas e instigantes investigações.

Referências

ALARCÓN, Enrique et al. **Thomistica 2006: an international yearbook of Thomistic bibliography**. Bonn: Nova et Vetera, 2007.

_____. Bibliographia thomistica 2005. **Doctor Angelicus** 6, 301-410. 2006.

ALLERS, Rudolf. **The successful error: a critical study of freudian psychoanalysis**. New York: Sheed & Ward, 1940.

ANDEREGGEN, I. E. Santo Tomás, psicólogo. **E-aquinas** 3/2 (2005) 24-36.

BARBADO, Manuel. **Introducción a la psicología experimental**. 2. ed. Madrid: Instituto Luís Vives de Filosofía, 1943.

BENGOETXEA, Juan Zaragüeta. **Los rasgos fundamentales de la psicología tomista**. Madrid: 1925.

BLESS, H. **Pastoral psiquiátrica**. Tradução P.M. e A.A. [sic]. 3. ed. espanhola ampliada. Madrid: Razón y Fé, 1957.

BRAGHIROLI, Elaine Maria; BISI, Guy Paulo; RIZZON, Luiz Antônio; NICOLETTO, Ugo. **Psicología geral**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRENNAN, Robert Edward. **Psicología general**. Trad. Antonio Linares Maza. 2. ed. Madrid: Morata, 1969.

_____. **Psicología tomista**. Trad. Efren Villacorta Saiz. Revisão José Fernandez Cajigal. Ed. atualizada pelo Autor. Barcelona: Editorial Científico Médica, 1960.

CRUZ, Juan Cruz. Ontología del alma humana. In: AQUINO, São Tomás de. **Cuestiones disputadas sobre el alma**. Tradução e notas Ezequiel Téllez Maqueo. 2. ed.

Pamplona: EUNSA, 2001.

DERISI, Octavio N. **Tratado de existencialismo y Tomismo**. Buenos Aires: Emecé, 1956.

ECHEVARRÍA, Martín. F. **Memoria e identidad según Santo Tomás**. 2004. Disponível em: <http://www.rudolfallers.info/echevarria4.html>. Acesso em: 17 nov. 2008.

FABRO, Cornelio. **Introducción al Tomismo**. Madrid: Rialp, 1999.

FAITANÍN, Paulo S. O papel dos sentidos internos na teoria do conhecimento de Tomás de Aquino. **Aquinate**, n. 6, p. 234-241, 2008.

_____. Os sentidos como portas de acesso ao ser, segundo Tomás de Aquino. **Aquinate**, n. 6, p. 223-233, 2008.

FARGES, A.; BARBEDETTE, D. **Cours de philosophie scolastique**. 12. ed. Paris: Baston, Berche et Pagis Librairies, 1923.

GALLO, Jorge Herrera. **La psicología tomista en la actualidad**. Sem data. Disponível em: <http://www.enduc.org.ar/comisfin/ponencia/102-06.doc>.

Acesso em: 17 nov. 2008.

GARCÍA-VALDECASAS, Miguel. Psychology and mind in Aquinas. **History of Psychiatry**, v. 16, n. 3, p. 291-310, 2005.

GARDEIL, Henri Dominique. **Iniciação à filosofia de São Tomás de Aquino**. Trad Wanda Figueiredo. São Paulo: Duas Cidades, 1967.

GARRIGOU-LAGRANGE, Réginald, O.P. **La synthèse thomiste**. Paris: Desclée de Brouwer, 1950.

GILSON, Étienne. **El tomismo. Introducción a la filosofía de Santo Tomás de Aquino**. Trad. Fernando Múgica Martinema. 4. ed. corrigida. Pamplona: EUNSA, 2002.

JOLIVET, Régis. **Curso de filosofia**. Trad. Eduardo Prado de Mendonça. 18. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

KENNY, Anthony. **Aquinas on being**. Oxford: Clarendon Press, 2002.

KRETZMANN, Norman. **The metaphysics of Theism: Aquinas's natural Theology in Summa Contra Gentiles I**. New York: Oxford University Press, 2002.

_____ ; STUMP, Eleonore. (orgs.). **The Cambridge Companion to Aquinas**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LOBATO, Abelardo. **El hombre en cuerpo y alma**. Valencia: Edicep, 1994.

MANSEL, Bernd. **Enjeux pour la défense des intérêts syndicaux**. Nyon, 2003. Disponível em: [http://www.union-network.org/UNIIBITSn.nsf/0b216cc03f4649f6c125710f0044be29/\\$FILE/FromManufToServF.pdf](http://www.union-network.org/UNIIBITSn.nsf/0b216cc03f4649f6c125710f0044be29/$FILE/FromManufToServF.pdf). Acesso em: 18 set. 2008.

MARÍN, António Royo, O. P. **Somos hijos de Dios**. Misterio de la divina gracia. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1977.

_____. **Teología de la perfección cristiana**. 5. ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1968.

MARITAIN, Jacques. **Eléments de philosophie, II**. 4. ed. Paris: Téqui, 1923.

MAURER, Armand Augustine. **Being and knowing: studies in Thomas Aquinas and later medieval philosophers**. Toronto: Pontifical Institute of Medieval Studies, 1990.

_____. **About beauty:** a thomistic interpretation. Houston: University of St. Thomas, 1983.

McINERNEY, Ralph M. **Praeambula Fidei:** Thomism and the God of the philosophers. Washington: Catholic University of America Press, 2006.

MENEZES, Paulo Gaspar de. **O conhecimento afetivo em Santo Tomás.** São Paulo: Loyola, 2000.

MERCIER, Desiré Joseph. **Curso de filosofía – psicología.** Buenos Aires: Anaconda, 1942.

O'ROURKE, Fran. **Pseudo-Dionysius and the metaphysics of Aquinas.** Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2005.

PASNAU, Robert. **Theories of Cognition in the Later Middle Ages.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

_____. **Thomas Aquinas on human nature.** Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

PIÑEDA, María Andrea. **El impacto de la Psicología Neoescolástica Experimental en Argentina, a través de**

libros de psicología de circulación en el país: 1935-1965. 2005. Disponível em: <http://fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos08/pineda02.htm>. Acesso em: 17 nov. 2008.

SERTILLANGES, Antonin-Gilbert, O. P. **La philosophie de S. Thomas d'Aquin.** Paris: Aubier, 1940.

SKINNER, Burrhus Frederic. Psychology: a behavioral reinterpretation – 'man'. **Proceedings of the American Philosophical Society**, n. 108, p. 482-485, 1964.

_____. **Science and human behavior.** New York: MacMillan, 1953.

_____. **The behavior of organisms:** an experimental analysis. New York: Appleton-Century-Crofts, 1938.

SCIASCIA, Ugo. **Psicologia dell'apostolato.** Roma: Coletti, s.d.

RODRÍGUEZ, Victorino, O.P. **Los sentidos internos.** Barcelona: PPU, 1993.

VELDE, Rudi Te. **Aquinas on God:** the divine science of the Summa Theologiae. Aldershot: Ashgate, 2006.

_____. **Participation and substantiality in Thomas Aquinas.** Trad A. P. Runia. Leien: Brill, 1995.

VERNAUX, Roger. **Filosofia do homem.** Trad. Cristiano Maia e Roque de Aniz. São Paulo: Duas Cidades, 1969.

WATSON, John Broadus. **Behaviorism.** Ed. revisada. Chicago: University of Chicago Press, 1930.

WIPPEL, John F. **Metaphysical themes in Thomas Aquinas II:** studies in philosophy and the history of philosophy. Ed. revisada. Washington: Catholic University of America Press, 2007.

_____. **The metaphysical thought of Thomas Aquinas:** from finite being to uncreated being. Washington: Catholic University of America Press, 2000.

CAPÍTULO 3

REPERCUSSÕES ÉTICAS DO PROCESSO PSICOLÓGICO DE FORMAÇÃO DE CERTEZAS: UM ENFOQUE TOMISTA

*Trabalho apresentado no 12º Congresso Virtual de
Psiquiatria – Interpsiquis, em fevereiro de 2011.*

Resumo

O papel do processo psicológico de formação de certezas e suas repercussões nas decisões de cunho ético relacionadas com as atividades clínico-diagnósticas são investigados à luz da Psicologia Tomista no presente estudo. Para isso, são analisadas sumariamente as atitudes básicas face aos juízos de valor, as cosmovisões que lhes dão sustentação, o papel da cogitativa, do senso do ser, do conhecimento por conaturalidade e dos primeiros princípios no conhecimento humano, bem como sua relação, seja para o êxito, seja para o fracasso, com a consolidação das convicções. A conclusão ressalta a utilidade desses conhecimentos teóricos e de sua utilização prática para os diversos tipos de atividade judicativo-valorativa, especialmente no âmbito da saúde.

Palavras-chave: Psicologia Tomista. Ética. Bioética.

Resumen

El papel del proceso psicológico de formación de las certezas y sus repercusiones éticas en las actividades clínico-diagnósticas son investigadas a la luz de la Psicología Tomista en el presente estudio. Para eso, son analizadas sumariamente las actitudes básicas frente a los juicios de valor, las cosmovisiones que les dan sustentación, el papel de la cogitativa, del sentido del ser, del conocimiento por connaturalidad y de los primeros principios en el conocimiento humano, bien cómo su relación, sea para el éxito, sea para el fracaso, con la consolidación de las convicciones. La conclusión resalta la utilidad de esos conocimientos teóricos y de su utilización práctica para los diversos tipos de actividad valorativa, especialmente en el ámbito de la salud.

Palabras-clave: Psicología Tomista. Ética. Bioética.

Abstract

In the present study, the role of the psychological process of certainty formation and its repercussions on ethical decisions related to clinical-diagnostic activities are investigated in the light of Thomistic Psychology. This is done by means of a concise analysis of basic attitudes in face of value judgements, the worldview that supports them, the role of the cogitative faculty, the sense of being, knowledge by connaturality and the first principles in human knowledge, as well as their relationship, whether in success or failure, with the consolidation of convictions. The conclusion highlights the usefulness of these theoretical bodies of knowledge and their practical use for various types of judicial evaluation activity, especially in the ambit of health.

Keywords: Thomistic Psychology. Ethic. Bioethics.

Introdução

Para o profissional de saúde, o estudo da atividade judicativo-valorativa do ser humano é de especial interesse, uma vez que ela se manifesta nas mais diversas atividades do nosso cotidiano, tendo repercussões em todas as fases do acompanhamento do processo saúde-doença.

Dado que somos dotados de livre-arbítrio, nossos atos são passíveis de avaliação, podendo ser considerados acertados ou falhos. A grande dificuldade consiste, porém, na seleção dos critérios segundo os quais esses mesmos atos serão avaliados.

Não é outro o motivo pelo qual, desde os primórdios da História, o interesse dos estudiosos, legisladores e administradores volta-se para o assunto, constituindo, com o passar dos séculos, todo um acervo doutrinário que inclui a Ética, a Moral e, mais recentemente, a Bioética (PEGORARO, 2006).

Os critérios de avaliação ético-moral são dotados de elementos objetivos e subjetivos, e variam conforme as diversas escolas teóricas. Por mais que variem, contudo, alguns desses elementos tendem a ser perenes.

Embora possa parecer paradoxal à primeira vista, tal perenidade pode ser considerada maior em alguns dos seus elementos subjetivos, no sentido de que são inerentes à natureza humana. Dentre esses, destaca-se o processo psicológico de formação de certezas que acompanha os julgamentos ético-morais.

Tal processo é ontologicamente o mesmo, seja qual for a faixa etária, o sexo, as condições socioculturais, as características étnicas ou ambientais daqueles em quem

ele ocorre, pressupondo a preservação do seu estado de saúde mental e física, dado que a natureza humana continua sendo a mesma em todos.

Enriquecendo os esforços promovidos por outros enfoques ou escolas teóricas empenhadas na sincera procura do conhecimento, a Psicologia Tomista (ALIBERT, 1903; CANTIN, 1948; BRENNAN, 1960; FAITANIN, s.d.; GALLO, s. d.) oferece elucidacões significativas sobre o assunto. Tais aportes serão tanto mais importantes quanto mais especialmente estiverem ligados a tomadas de decisões, com suas respectivas repercussões éticas, relacionadas com atividades próprias ao âmbito da atenção à saúde.

Um profissional de saúde poderia estranhar, entretanto, a referência a um teólogo e filósofo medieval como São Tomás de Aquino, ao tratarmos do assunto. Contudo, as repercussões dos seus ensinamentos aplicados à presente temática são tão relevantes que, apesar de declarar não defender nenhuma tese “por meio de um apelo à autoridade de qualquer pessoa ou grupo”, Finnis (2007, p. 12) introduz um de seus trabalhos mais apreciados reconhecendo que se refere com frequência a São Tomás “por ele ocupar, de qualquer ponto de vista, um lugar estratégico singular na história da teorização sobre a lei natural”, base para toda espécie de julgamento ou ação valorativa. Seus “direitos de cidadania” no mundo acadêmico já foram objeto de outros comentários nossos, motivo pelo qual seria supérfluo repeti-los aqui.¹

É para essas elucidacões tomistas que se volta o presente estudo, no intuito de contribuir para sua

¹ O leitor interessado poderá encontrá-los, por exemplo, em Cavalcanti Neto (2010, 2009, 2008).

utilização prática na atividade clínica, em suas diversas especialidades, mas mais especialmente naquelas ligadas aos dilemas e deliberações da esfera bioética.

Contextualização do enfoque tomista

Uma análise das diversas correntes teóricas que versam sobre o tema nos permite identificar, ainda que em linhas gerais, pelo menos dois grandes eixos atitudinais em torno dos quais giram as cosmovisões ético-morais que precedem os processos judicativos, propiciando-lhes maior ou menor grau de certeza. Um se baseia no predomínio da razão, e o outro, embora sem negar o papel desta, se deixa mover mais pelos sentimentos e/ou emoções.

Um exemplo paradigmático desta última corrente poderia ser encontrado na opinião de Segre (2001) sobre o assunto:

Toda discussão ética, a partir de Descartes, utiliza apenas a razão como instrumento. (...) De fato, a racionalidade de uma discussão é indispensável, considerando que essa característica tem aspectos semelhantes nos diversos indivíduos humanos, e, para que haja comunicação, é necessário que os 'pensares' tenham traços comuns. (...) Se, entretanto, pudermos perceber que é a *razão do coração*, isto é, o sentimento, muitas vezes não percebido e menos ainda declarado, que condiciona esses enfoques opostos com relação à abreviação da vida, uns *sentindo-a* como um *dever do qual não se pode abrir mão*, e outros percebendo-a como algo pertencente ao *sujeito humano* (...), ainda que a divergência se mantenha, defensores e opositores saberão por que estão

discordando. Dentro dessa ótica, já se distingue uma visão ética *autonomista*, opondo-se ao pensar deontológico tradicional, que é *heteronomista*. A valorização da individualidade, já por definição impregnada de subjetivismo, é o suporte da Bioética autonomista. (...) É mais uma vez um sentimento (o qual, enquanto sentimento, não é ético nem antiético, simplesmente existe, não estando sujeito a qualquer juízo apriorístico de valores). (...) É nesse sentido que a percepção das emoções (principalmente das próprias) – e a vivência psicanalítica oferece um excelente instrumental para esse exercício – aprofunda e enriquece a análise bioética (SEGRE, 2001, p. 20-21, *itálicos do original*).

Outro exemplo, ainda do mesmo autor, ajuda a explicitar tal cosmovisão. Em colaboração com Cohen, Segre (2002, p. 22) afirma que “a moral é imposta, a ética é percebida”. Em outros termos, ético seria aquilo que cada indivíduo percebesse como tal, que lhe provocasse emoções afins ao que lhe parece bom; e moral, aquilo que a sociedade, sob suas diversas facetas, lhe imporia.

Alguns autores alinhados com essa tendência procuram apoiar-se em Freud para compor suas concepções ético-morais, tais como Segre (2001, 2002) e Cohen (2002), La Taille, Souza e Vizioli (2004), ou Marcolino e Cohen (2008). Cohen (2002) recua mesmo sua distinção entre Moral e Ética às origens do indivíduo e à sua relação com a sociedade:

Entendo que a ética é um problema pelo simples fato de que não nascemos éticos, nascemos aéticos. Nos tornaremos éticos ou não, com a possibilidade do nosso desenvol-

vimento psicossocial. Dito de outra maneira, é a construção do nosso desen-volvimento humano que tem no seu interior a possibilidade de virmos a ser éticos. Já a moral nos antecede enquanto indivíduos, ela é uma opção da sociedade, que é imposta ao indivíduo. A moral nos ensina que devemos aceitar as funções sociais, com suas regras e suas instituições, sendo que esses princípios deverão ser introjetados pelo indivíduo (COHEN, 2002, p. 56).

Segre (2002), entretanto, parece explicitar melhor a fundamentação psicanalítica em que se baseia, juntamente com seu coautor, quando diz:

Fizemos considerações quanto a esse descentramento só poder ser tentado (produzindo certa capacidade individual de abstração quanto às influências afetivas do ambiente em que se vive, e à cultura prevalente) através da experiência psicanalítica – mediante a qual se obtém acesso às próprias emoções, oferecendo-se a possibilidade de, percebendo-as, valorá-las (hierarquizando-as, portanto, pelo seu ‘peso’ social) e se estabelecendo para cada indivíduo uma ‘self-ética’ ou ética resultante do desenvolvimento do Ego.

Esse conceito de Ética se contrapõe ao que chamamos de Moral, conforme já se expôs em capítulo anterior, que resulta de juízos de valores impostos (pela família, pela sociedade, pela religião, pelos códigos, escritos ou não) e que exclui a autonomia (crítica) do indivíduo, trazendo embutida a idéia de prêmio (pelo ato ‘bom’) ou de castigo (pelo ato ‘mau’). A Moral

é o resultado da obediência (o oposto da autonomia), sendo representada, na pessoa, essencialmente pelo Superego.

A utilização da teoria e da vivência psicanalíticas para a nossa conceituação de Ética pretende oferecer um instrumental psíquico, a cada pessoa, para discutir, questionar e mesmo contestar todo ordenamento moral ou legal vigente, com o fim de obter uma dinamização, na sociedade, do julgamento de valores das diferentes situações. Sem o que, conforme tem ocorrido em muitas comunidades, a moral se torna imutável, estanque, calcificada (SEGRE, 2002, p. 27-28).

Para alguns autores de orientação freudiana, portanto, a Ética seria *egoica*, enquanto que a Moral, “superegoica” (MARCOLINO & COHEN, 2008, p. 364). As correntes teóricas que dão primazia às emoções nas atitudes ético-morais não se restringem, contudo, à orientação psicanalítica. Porém, nesta, a propensão para enfatizar o papel dos sentimentos aparece de modo mais explícito, razão pela qual é destacada aqui.

Já os estudiosos que dão primazia à sinergia da razão com a vontade ao tratar de temas morais, como Santo Agostinho (2001, 2002), São Tomás de Aquino (2001, 2002, 2003, 2005), Santo Afonso de Ligório (1905), Royo Marín (1968), Boulenger (1950), Tanquerey (1932) e tantos outros, são em geral tendentes a não fazer uma especial distinção entre Moral e Ética. Eles veem-nas como o conjunto objetivo de critérios nos quais devem pautar-se a inteligência e a vontade para operarem em coerência com a essência e finalidades ontológicas do homem.

Há também um amplo espectro de autores mais contemporâneos, como Baertschi (2009), Brito (2004), Vasquez (1998), Beauchamp e Childress (1994) ou Kohlberg (1992), que consideram Moral e Ética quase como sinônimos, ou ao menos não se empenham em delimitar especiais distinções, embora estejam longe de lastrear suas opiniões na Psicologia Tomista ou de se orientarem pela predominância da razão sobre as emoções.

Mesmo os que, como Garrafa e Porto (2009, p. 9), se empenham em estabelecer distinções conceituais, reconhecem que “representativo número de filósofos identifica as ideias de ética e moral como sinônimas”. Na realidade, alguns autores, como La Taille, Souza e Vizioli (2004), Bruguès (1994) ou Ricoeur (1990, 1995), assinalam que tais distinções importam, muitas vezes, mais em aspectos semânticos do que propriamente substanciais.

O fato é que, se considerarmos o assunto de modo linear, encontraremos, num dos polos, autores que se fundamentam no predomínio da razão e da vontade, nas decisões e atitudes de cunho ético-moral; no outro, os que se fundamentam na primazia das emoções, e, entre eles, uma vasta gama intermediária.

Coincidência ou não, quanto mais os autores se aproximam do primeiro polo, menos são tendentes a fazer distinções entre Moral e Ética, e vice-versa quanto ao outro polo, embora tais tendências não possam ser consideradas como absolutas.

Sob certo aspecto, portanto, o enfoque tomista está no polo racional-voluntarista. Uma análise mais acurada, contudo, revela que sua contextualização comporta maior riqueza de aspectos do que uma abordagem superficial

poderia fazer crer. Em outros termos, ela leva em consideração de modo singular o papel dos sentidos, tanto externos, quanto internos, e nestes, um em particular, a cogitativa, como examinaremos mais adiante.

O papel da sensação do ser e do não-ser no enfoque tomista

Como comprova o exercício cotidiano da introspecção, um indivíduo pode “sentir” que uma tendência ou uma ação é boa ou má, certa ou errada, mesmo que chegue a agir de modo contrário a esse sentimento. No que consiste esse “sentir” que acompanha toda percepção moral? Será ele sempre subjetivo, “relativístico”, ou poderá, se retamente utilizado, conduzir a convicções ético-morais objetivas? Qual sua relação com o processo de formação de certezas, necessário para toda tomada de decisões, especialmente nas atividades relacionadas com a saúde?

O exame da concepção aritotélico-tomista nos ajudará a responder tais questões. Tal exame terá a vantagem de, ao mesmo tempo, ajudar-nos a entender a essência de cada uma das duas cosmovisões acima enunciadas, e de já nos introduzir no conhecimento do processo psicológico de formação das certezas.

São Tomás (2005, *Summa Theol.*, I-II, q. 94, a. 2) concebe o conceito de ser como anterior a qualquer outro, razão pela qual a primeira proposição que a mente humana formula ao tomar contato com a realidade é: “algo existe”.

Ainda sem uso da razão, a criança não é capaz de dar um nome para esse algo que ela percebe, nem definir o ato de existir que lhe é inerente como o ato de ser, mas

suas potências cognoscitivas já são capazes de percebê-los. Tal presença ou ausência não precisam de demonstração. O recém-nascido é capaz de captá-las: chora quando está sozinho e acalma-se quando no regaço da mãe. Essa evidência inicial funciona como um primeiro princípio baseado no qual toda a futura atividade intelectual se desenvolverá.

São Tomás ensina, portanto, que existe um primeiro princípio a partir do qual se desenvolverá todo processo intelectual-volitivo humano, e que o ente é o primeiro conceito que cai na apreensão desse intelecto ainda em formação:

Com efeito, o que primeiro cai na apreensão é o ente, cuja intelecção está inclusa em todas aquelas coisas que alguém apreende. E assim o primeiro princípio indemonstrável é que ‘não se pode afirmar e negar ao mesmo tempo’, que se funda sobre a razão de ente e não ente, e sobre esse princípio todas as outras coisas se fundam, como se diz no livro 4 da *Metafísica* [de Aristóteles] (AQUINO, 2005, p. 562. *Summa Theol.*, I-II, q. 94, a. 2).

O Doutor Angélico (1980, *De Veritate*, q. 10 a. 6 ad 6) esclarece que o conhecimento desse princípio é inato, assim como o dos demais primeiros princípios. Eles estão na natureza humana como

princípios das demonstrações evidentes por si, as quais são sementes da contemplação da sabedoria, e os princípios de direito natural, que são sementes de virtudes morais (AQUINO, 1980, p. 92. *De Veritate*, q. 14 a. 2, tradução nossa).

A capacidade de dar-se conta do ser, ou da sua ausência, ocorre juntamente com o que Garrigou-Lagrange (1944, p. 330) chama de “primeiro olhar” de nossas faculdades cognoscitivas, que no caso do recém-nascido praticamente se limitam aos sentidos.

Por essa razão, ao chegar aos primeiros lampejos do uso da razão, em função desse princípio fundamental, a criança é capaz de formular, ainda que de modo muito incipiente, a ideia de que uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo. Nisso consiste a formulação do princípio de não-contradição, que São Tomás (2005, *Summa Theol.*, I-II, q. 94, a. 2) considera o mais básico, dependente da apreensão do ser e das noções de ser e de não-ser, primitivas e não derivadas de nenhuma outra.

Os tomistas chamam de princípio de identidade a formulação positiva do princípio de não-contradição. Ele pode ser enunciado nos seguintes termos: o que é, é; o que não é, não é. Ou, todo ser é aquilo que é, e, na sua existência, cada ser é separado dos outros seres.

Apoiada nesses dois princípios básicos, a razão especulativa formula espontaneamente um terceiro, chamado de princípio do terceiro excluído. Dado que não se pode admitir simultaneamente o ser e o não-ser para um mesmo objeto num mesmo intervalo de tempo, a mente humana constata que não há uma terceira posição: todo ser, ou é ou não é. Não existe um semi-ser.

Com base nas explicitações de São Tomás sobre os primeiros princípios fundamentais, os tomistas deduzem ainda outros, como o da razão suficiente, o da contingência, o da finalidade e os da causalidade. Ultrapassaria, porém, os limites do presente estudo um maior aprofundamento sobre os mesmos. Remetemos o leitor

interessado a autores especializados, como Clá Dias (2009), Derisi (1979), Garrigou-Lagrange (1944) ou Webert (1927).

O que nos interessa no momento é verificar que, com base na Filosofia aristotélico-tomista, pode-se comprovar que o ser humano é capaz de captar, “sentir” a presença ou ausência do ser mesmo antes do uso da razão. E que, como próximo passo, ele pode relacionar esta presença com o bem, e sua ausência com o mal.

Relação entre conhecimento do ser e conhecimento do bem

Encontramos na Obra do Doutor Angélico diversas referências à razão especulativa e à prática, divisão didática de que ele se serve para delinear o funcionamento da potência intelectual: a primeira voltada para a consideração de objetos teórico-abstratos, e a segunda dos concretos.

Vem ao nosso propósito averiguar as consequências do funcionamento do primeiro princípio fundamental, o da não-contradição, que São Tomás situa dentre os da razão especulativa, como fonte para o primeiro princípio da razão prática. A esse respeito o Aquinate ensina que

Assim como o ente é o primeiro que cai na apreensão de modo absoluto, assim o bem é o primeiro que cai na apreensão da razão prática, que se ordena à obra: todo agente, com efeito, age por causa de um fim, que tem razão de bem. E assim, o primeiro princípio na razão prática é o que se funda sobre a razão de bem que é ‘Bem é aquilo que todas as coisas desejam’. Este é, pois, o primeiro princípio da lei, que o

bem deve ser feito e procurado, e o mal, evitado. E sobre isto se fundam todos os outros preceitos da lei da natureza (AQUINO, 2005, p. 562. *Summa Theol.*, I-II, q. 94, a. 2.).

Em outros termos, “assim como o *primeiro olhar* da *inteligência* tem como objeto o *ser*, e leva à *verdade*, o *primeiro olhar* da *vontade* leva ao *bem* — ou àquilo que convém ao *ser*” (CLÁ DIAS, 2009, p. 83, itálicos do original). Isto significa que o ser humano, por sua própria natureza, tenderá a identificar como bom tudo aquilo que favorece o ser, e como mau, tudo o que possa prejudicar o ser. Nasce daqui toda sua atividade judicativa moral.

Garrigou-Lagrange (1944), porém, ressalta que, no contexto da Obra de São Tomás, deve-se entender o bem não apenas como um bem deleitável ou útil, mas aquele que se pode chamar de bem racional ou moral, ou seja, ao qual estão ordenadas nossas potências intelectivas e volitivas. É por esse motivo que o deleite de uma droga alucinógena não pode ser considerado um bem verdadeiro, dado que acarreta uma série de “ausências de ser” na saúde mental e física, no relacionamento social e profissional, bem como nos respectivos desempenhos e desenvolvimentos.

A potência cogitativa e o conhecimento pré-racional

Como é possível que a criança ainda sem o uso da razão seja capaz de dar-se conta do ser ou do não-ser, dado que seu desenvolvimento neurológico não lhe permite ainda fazer uso da potência intelectual?

A questão é resolvida por São Tomás (apud BRENNAN, 1960, 1969) sem dificuldade. Ele subdivide a faculdade cognoscitiva humana em dois grandes gêneros:

o das potências cognoscitivas intelectivas e o das sensitivas. Estas últimas englobam os sentidos externos (visão, audição, olfação, paladar e tato) e os internos (sentido comum, imaginação, memória e cogitativa).

A noção de sentidos internos lança um jorro de luz no equacionamento da questão. Sua existência pode ser comprovada pelo mero exercício da introspecção – acessível a qualquer pessoa no uso normal de suas faculdades – bem como pelos seus efeitos. Brennan (1960, 1969) e Faitanin (2008), por exemplo, oferecem informações abundantes sobre os mesmos. Por amor à brevidade, deter-nos-emos aqui mais especificamente sobre o último e mais elevado desses sentidos internos, que é a cogitativa.

Segundo São Tomás (*Summa Theol.*, I, q. 78, a. 4 apud BRENNAN, 1969, p. 233) ela “é a faculdade de perceber, sem exercício ou experiência prévia, tanto as coisas úteis como as nocivas para o organismo”. Ele a chama de cogitativa por duas razões: para distinguir da potência análoga existente nos animais irracionais, que denomina de estimativa, e porque, no ser humano, ela atua em estreita colaboração com a inteligência.

Esta é a razão, aliás, pela qual este sentido tem um papel muito mais importante para a sobrevivência do animal do que para a do homem. Sem embargo, antes do uso da razão, ela tem um papel tão vital para a criança em desenvolvimento quanto para os animais, dada a analogia de situações. Tanto os sentidos externos quanto os internos contribuem para o funcionamento da estimativa/cogitativa, já que elas utilizam dados provenientes de todos eles. Sem deixar de ser um sentido, seu funcionamento é parecido com uma compreensão, e isto até mesmo, em grau menor e não-racional, nos animais.

Vale distinguir, entretanto, que função da mente é captar as relações abstratas existentes entre os seres, enquanto que a da estimativa/cogitativa é captar as relações concretas existentes entre os objetos, avaliando sua utilidade ou nocividade, em outros termos, seu valor biológico.

A atividade instintiva baseia-se, primordialmente, na potência estimativa/cogitativa. Conforme Brennan (1969) tal atividade tem três elementos: 1º) Elemento cognoscitivo, que é aquele fornecido primariamente pela cogitativa, relacionado com a utilidade ou nocividade de um objeto. 2º) Elemento afetivo ou emotivo, que é a experiência de uma emoção como resultante desse conhecimento. 3º) Elemento cinético ou motor, que é a conduta motora decorrente da natureza do conhecimento e das emoções que a originam.

Esse conhecimento propiciado pela cogitativa é chamado de conhecimento por conaturalidade (CLÁ DIAS, 2009), porque identifica aquilo que é de acordo com nosso ser, com nossa natureza, como bom, e o que lhe é contrário, como mau. Trata-se, portanto, de uma espécie de conhecimento instintivo, muitas vezes chamado de *sexto sentido* pela linguagem popular.

Ele não é incompatível com o conhecimento racional, embora normalmente o preceda. Pelo contrário, a partir do uso da razão, será um dos elementos fundamentais para o processo cognoscitivo humano, bem como para o seu ciclo de vida consciente (BRENNAN, 1969): conhecer, apetecer (ou rejeitar), e agir.

A cogitativa nos dá, portanto, o senso do ser. Tal senso nos é dado, primordialmente, pelas informações que lhe chegam através dos demais sentidos, e será comple-

mentado pela luz da razão, quando esta raiar no horizonte mental da criança. Assim ela se tornará capaz de explicitar os primeiros princípios especulativos acima referidos, e de empregar o primeiro princípio da razão prática, que a levará a desejar o bem moral e a rejeitar o mal.

O senso do ser será tanto mais vivo quanto mais inocente seja a criança, ou quanto mais ele esteja preservado no adulto (CLÁ DIAS, 2009). Ele lhe dará uma evidência primeira do que é bom ou do que é mau, porque conatural com seu ser ou adverso a ele. Eis aqui a base psicológica do processo de formação de certezas.

É apoiado nesse processo que qualquer ser humano, no uso normal de suas faculdades físicas e mentais, será capaz de perceber, como que instintivamente, o acerto ou o erro de uma concepção, proposição ou ação.

Mesmo quando em contradição com essa percepção primeira, no mais fundo de seu psiquismo, sua consciência moral continua a funcionar em conformidade com esta sua constituição ontológica, como tanto a introspecção individual quanto a experiência social e histórica o podem comprovar. Antes de analisarmos o desenvolvimento desse processo, entretanto, examinemos uma objeção metodológica que se poderia apresentar.

Objeção metodológica

Os modernos critérios de metodologia científica requerem a comprovação experimental para validar uma teoria. Ora, os argumentos até aqui apresentados são de cunho primordialmente especulativo-filosófico. Como pretender sua validação acadêmica?

A escolha de uma argumentação prevalentemente teórica deve-se, antes de tudo, a uma questão de fato: a literatura experimental relacionada ao tema não é muito vasta, ao menos aquela a que pudemos ter acesso. Isso talvez se deva, entre outras razões, a outra questão de fato: a mesma criteriologia experimental hodierna é tendente a não levar em conta os temas filosóficos quando da escolha de suas questões de pesquisa.

Estabelece-se, assim, uma espécie de círculo vicioso. Como não se dá preferência a temas filosóficos, não existem muitos trabalhos de cunho experimental relacionados com eles. E como estes não são abundantes, conclui-se que aqueles não são cientificamente validáveis...

Porém, se a lógica é válida para a metodologia experimental, ela também o será para a teórica. E, portanto, uma metodologia baseada na análise e no raciocínio teórico lógico pode ser tão válida quando aquela que se baseia na mesma lógica para avaliar resultados experimentais.

Tanto mais que a teoria objeto de nossa atenção é baseada, remotamente, numa metodologia experimental de reconhecido valor, denominada introspecção. Ou seja, São Tomás e Aristóteles desenvolveram o que chamamos de Psicologia Tomista apoiados na metodologia da observação introspectiva, como o demonstra Brennan (1960, 1969).

O próprio leitor poderá fazer, se desejar, uma experiência muito simples e acessível com a metodologia introspectiva. Para constatar a existência e a veracidade desses primeiros princípios no espírito humano, basta tentar excluí-los ou negá-los em qualquer raciocínio que tente fazer, especialmente o de não-contradição. O maior

dos cientistas ou o mais rude lavrador ver-se-ia refutado por suas próprias palavras se tentasse persuadir alguém afirmando teses contraditórias em si mesmas.

Dado que a validade científica da introspecção já foi objeto de outro estudo nosso (CAVALCANTI NETO, 2009), dispensamo-nos de maiores comentários, remetendo para ele o leitor interessado. Entretanto, além do referencial teórico, foi-nos dado encontrar alguma literatura de cunho experimental relacionada ao tema. Apesar de não ser tão vasta quanto seria de desejar, ela fornece elementos dignos de atenção.

Um desses trabalhos relata os experimentos levados a cabo em 2007 pela equipe de Paul Bloom, psicólogo do *Infant Cognition Center* da Universidade de Yale, em Connecticut (EUA). Nele, expuseram-se bebês, com idades variáveis entre seis e dez meses de idade, a uma representação com marionetes de madeira nas quais uns figurantes ajudavam e outros prejudicavam os demais personagens.

No final se lhes oferecia escolher entre os figurantes. Apesar de ainda não disporem do uso da razão, 80% das crianças participantes do estudo escolheram os que ajudavam, associados, portanto, ao conceito de bem ou de bons. E quando estimuladas a optar entre personagens neutros ou que prejudicavam, preferiam os neutros.

Os pesquisadores, Hamlin, Wynn e Bloom (2007, p. 557), concluíram que tais resultados “constituem evidências de que crianças pré-verbais avaliam indivíduos com base no seu comportamento em relação aos outros”, e que esta capacidade

pode servir como base para o pensamento e a

ação moral, e seu aparecimento precoce no desenvolvimento apoia a ideia de que a avaliação social é uma adaptação biológica (HAMLIN, WYNN e BLOOM, 2007, p. 557).

Em outro experimento, Victoria Talwar, da *McGill University* (em Montréal), e Kang Lee, da *University of Toronto*, examinaram a capacidade de mentir em crianças de 3 a 8 anos de idade, bem como sua relação com o desenvolvimento cognitivo e social delas.

Entre outras observações, Talwar e Lee (2008) constataram que quanto mais novas as crianças, menor sua tendência para mentir ou para sustentar a mentira.

Convém ressaltar que o teste era muito simples: pedia-se à criança que não olhasse para um brinquedo enquanto o examinador estava fora, registrava-se seu comportamento através de uma câmara oculta de TV enquanto este último saía, e avaliavam-se suas respostas quando ele voltava.

Embora o desenvolvimento neurológico das mais novas fosse inferior ao das mais velhas, era mais que suficiente para obedecer ou desobedecer ao pedido, e para responder sim ou não à pergunta sobre se olhou para o brinquedo enquanto estava sozinha.

Transpondo para a terminologia tomista, podemos concluir que, quanto mais próximas do seu senso do ser original, menos as crianças examinadas eram tendentes a um comportamento incompatível com o primeiro princípio da razão prática. Ou seja, que, também nesse caso, nossa fundamentação teórica encontra comprovação experimental.

Como o conhecimento por conaturalidade contribui para e formação das certezas

Examinada a sobredita objeção, analisemos um pouco mais o processo de formação de certezas, procurando discernir como o conhecimento por conaturalidade se relaciona com ele.

Brennan (1969) recorda que a potência cogitativa está na base da atividade instintiva e que esta é de cunho psicossomático. Em seu componente psíquico, encontramos o sentido estimativo ou cogitativo, que dá um primeiro conhecimento (complementado, no homem, com a razão), acompanhado de imagens, sobre o que pode ou deve fazer. Encontramos também o apetite sensitivo, que dá origem às emoções, e a potência locomotora, que dá origem ao comportamento motor instintivo.²

Seu elemento somático se verifica pela necessidade da existência e maturação dos sistemas receptor-efetor-conector, que garantem o componente biológico do comportamento (BRAGHIROLI et al., 2005). Como exemplo, podemos lembrar que um pássaro não voa nem um cão ataca senão depois de suficientemente crescidos.

Caso ambos os elementos, o psíquico e o somático, estejam normais e saudáveis, o instinto tende a funcionar sem falhas. É por isso que um castor faz sua represa como se conhecesse os princípios hidráulicos, uma aranha tece sua teia sob um modelo de espiral logarítmica, ou um pássaro compõe seu ninho como se fosse capaz de escolher entre os materiais adequados e os impróprios.

² Vide maiores informações sobre os apetites e a potência locomotora na nota de número 3 deste capítulo.

Aos seres humanos, o senso do ser dará um primeiro movimento para perceber o que é bom, belo e verdadeiro, ou seja, inteiramente conatural com o ser, e para optar por isto. Levar-nos-á também a rejeitar o que lhe é contrário, ou incompletamente conatural com o ser, ainda que lhe forneça algum prazer. Este primeiro movimento poderá ser seguido ou não, pois ele não invalida o livre-arbítrio, mas ocorrerá sempre que encontre as referidas condições de saúde e equilíbrio.

Também como via de regra, tal conhecimento cogitativo deve ser reforçado pelo intelectivo. O que não significa, contudo, que nossa inteligência não possa forjar argumentos contrários ao que lhe indica seu senso do ser. E tanto mais ela o fará quanto mais sua vontade tenha se habituado a não desejar aquilo que é plenamente conatural com o bem, mas aquilo que apenas contente alguns de seus apetites, sejam concupiscíveis, sejam irascíveis (BRENAN, 1969).³

Quanto mais estes últimos predominarem sobre o que lhe indica sua reta razão, e a sua vontade, ou apetite racional, ceder a essas injunções apetitivas inferiores,

³ O referido autor esclarece que, segundo São Tomás, o ser humano possui as potências cognitivas, já descritas, as apetitivas, a locomotora e a vegetativa. As apetitivas dividem-se em três: 1º) apetite racional ou vontade livre; 2º) apetite sensitivo, que se subdivide em concupiscível (quando se volta para bens de fácil obtenção) e irascível (quando de difícil obtenção); e 3º) apetite natural, que está relacionado com as funções vegetativas. A experiência quotidiana mostra que os apetites inferiores com frequência colidem com o racional, e é a esse choque que se faz referência aqui. A potência locomotora faculta as atividades motoras, inclusive ao nível instintivo, e a vegetativa, as relacionadas com a nutrição, o desenvolvimento e reprodução, em seu nível vegetativo.

tanto mais a evidência do bem original, oferecida pelo seu senso do ser, tenderá a desaparecer ou ofuscar-se. Em outras palavras, quando tomamos conhecimento de algum fato ou objeto que tenha alguma implicação ou consequência moral, nosso senso do ser, movido pela cogitativa, nos fará “sentir” o que devemos fazer como que instintivamente.

Competirá ao nosso intelecto analisar esse primeiro movimento para ver se de fato ele é conforme com a reta razão, ou seja, se de fato levará ao pleno favorecimento do ser (tanto nosso quanto dos demais). Pois por mais que, em seu funcionamento normal, ele tenda ao acerto, a confluência de outras variáveis, tanto internas quanto externas, poderá condicioná-lo de modo desfavorável.

Essa análise racional procede da potência intelectiva. Os atos que ela propicia são a simples apreensão, ou formação de ideias, o juízo, que compara duas ideias, e a inferência, que compara os juízos entre si para chegar às conclusões (BRENNAN, 1969). O conhecimento por conaturalidade, referendado pela análise racional, reforçará o hábito da vontade de agir em consonância com a razão, e isto propiciará uma sensação interna de harmonia e segurança, também ela formada por conaturalidade, que costumamos chamar de certeza.

Acepção completa e falhas do processo de formação de certezas

Segundo São Tomás (apud BRENNAN, 1960, 1969) a ideogênese ou simples apreensão é o primeiro dos atos da potência intelectiva, e resulta de uma cadeia de atos cognoscitivos sensitivos, propiciados por suas respectivas potências.

Assim, os sentidos externos oferecem os diversos tipos de sensações, e o sentido comum (que é o primeiro dos internos) os sintetiza produzindo a percepção. Baseadas nesta, a imaginação e a memória formam as imagens ou representações mentais dos objetos, e o mais elevado dos sentidos internos, que é a cogitativa, dá o “acabamento” dessas imagens associando-lhes a avaliação da sua nocividade ou utilidade ao ser.

Sobre essa imagem atuará a inteligência, abstraindo suas características singulares para formar a ideia abstrata correspondente à essência do objeto percebido, voltando, em seguida à mesma imagem, para conhecer também suas características singulares e assim formar a primeira apreensão do objeto conhecido.

Em seu funcionamento normal, essa primeira apreensão tenderá a ser inequívoca. Ao ver e ouvir um cão que ladra, uma pessoa saudável não formará a ideia de um peixe ou de um elefante.

Os erros do conhecimento sensitivo se darão apenas nos portadores de alguma enfermidade sensitiva (cegueira, surdez, etc.), ou do conhecimento perceptivo (ilusões) ou do imaginativo (alucinações).

É por essa razão que São Tomás (1980, *De Veritate*, I, 11) ensina que tanto a verdade quanto o erro podem se encontrar nos sentidos, pelo menos enquanto a percepção concreta das qualidades sensíveis imita o juízo da inteligência. Acrescentando que tanto uma quanto o outro não podem ser conhecidos apenas pelos próprios sentidos, pois estes são incapazes de reflexão sobre si mesmos devido à sua materialidade, ao contrário da inteligência (*ibidem*, I, 9).

O segundo gênero de atos da potência intelectiva é a formação dos juízos, que consiste na comparação das ideias assim produzidas. No momento de formar juízos, entretanto, o ser humano é mais passível de erro. E esse erro tenderá a ser tanto maior e mais frequente, conforme analisamos acima, quanto mais a inteligência e a vontade estejam habituadas a ceder às injunções do apetite sensitivo.

Na medida em que os juízos sejam formados com base no devido funcionamento hierárquico das potências, ou seja, com a inteligência governando a vontade, e esta, o apetite sensitivo, os sentidos e as emoções, tais juízos tenderão a ser conaturais com a propensão ao acerto inerente ao seu saudável funcionamento.

A certeza, em sua acepção completa, é, portanto, um assentimento firme dado a um juízo. Ela será ou não legítima na medida em que “os motivos intelectuais em que se funda sejam ou não realmente suficientes, conduzam ou não realmente o espírito à verdade”, como assevera Collin (1951, p. 14), não sem antes ter recordado que verdade, na formulação de Isaac Israeli⁴ (apud COLLIN, 1951, p. 8) é a “*adequatio rei et intellectus*”, a adequação entre a coisa e a inteligência que a conhece.

Collin (1951) distingue a certeza absoluta, ou metafísica, da hipotética. Ela será absoluta quando o motivo que temos para prestar o assentimento da razão se apoia numa necessidade metafísica, como ocorre quando se afirma que o todo é maior do que a parte.

E será hipotética quando o motivo do assentimento é uma lei necessária, mas que admite possíveis exceções.

⁴ Médico e filósofo judeu que viveu no Egito, no século X (MORA, 2001).

Essa lei poderá ser física ou moral. No primeiro caso se fundamenta a certeza física, como, por exemplo, a que temos de que os corpos sofrem os efeitos da gravidade, embora esta possa admitir exceções, como a de um pesado avião que decola.

A lei será moral quando, além de admitir exceções, expressar a atividade natural dos seres inteligentes e livres. Nela se funda a chamada certeza moral. É assim que, de modo geral, não precisamos nos preocupar com que uma mãe vá assassinar seu filho, dada a lei moral e natural que as leva a amá-los, embora trágicas e monstruosas exceções possam se verificar.

Tais exceções não destroem a certeza legítima, embora hipotética, que se pode ter quando um fato ou objeto está submetido a uma lei física ou moral, embora deva-se contar com a possibilidade circunstancial de uma exceção.

Collin (1951) ressalta ainda que, embora o primeiro sentimento procedente do conhecimento por conaturalidade tenda a ser verdadeiro, desde que o indivíduo não esteja previamente habituado a falseá-lo, ele não é suficiente para a aquisição plena da certeza, seja ela metafísica ou moral.

Ela só será legítima quando determinada não apenas por uma impressão afetiva pessoal, senão por um motivo procedente do próprio objeto para o qual ela se volta, e que possa, em consequência, impor-se a qualquer outra inteligência capaz de compreendê-la. Esse motivo ou condição necessária é que o objeto se faça ver com evidência, apareça como o juízo racional diz que ele é.

A evidência do objeto poderá ser de dois tipos: intrínseca ou extrínseca. Será intrínseca:

Se a conveniência dos termos da proposição aparece por si mesma, sem nenhum intermediário lógico, à luz da experiência concreta ou de uma simples comparação do predicado com o sujeito (evidência imediata), ou ainda em sua relação de consequência com certos princípios (evidência mediata das conclusões do raciocínio) (COLLIN, 1951, p. 17, tradução nossa).

E será extrínseca, ou de credibilidade, “quando o objeto inevidente em si mesmo se faz evidentemente crível em razão da autoridade de testemunhas dignas de crédito” (ibidem).

Embora as certezas, em sua acepção completa, já se estabeleçam na formação dos juízos, elas podem ou não estar presentes também no terceiro gênero de atos da potência intelectual, que são as inferências ou raciocínios.

Assim como os juízos consistem na comparação dos conceitos, os raciocínios são o fruto da comparação de juízos para chegar a uma ou mais conclusões. Naturalmente, quanto maior o grau de certeza de cada juízo individualmente considerado, tanto maior será o da inferência a que se chega por meio da comparação entre eles.

Considerações finais

As vias de reflexão e de pesquisa que se abrem com base nas precedentes considerações são, a bem dizer, incontáveis. Pois, assim como se pode falar de uma epistemologia dialética,⁵ baseada, com maior ou menor

⁵ Vide, por exemplo, Borges e Dalberio (2007), Brennan (s.d.), Hartmann (2004), Hegel (1983), Ianni (1984), Severino (2001).

consciência, na negação do princípio de não-contradição, poder-se-ia falar de uma epistemologia ontológica.⁶

O desenvolvimento desta última precisaria ser feito com base na validade ontológica dos primeiros princípios da razão especulativa, como critério para uma teoria do conhecimento, e na equivalente legitimidade do primeiro princípio da razão prática, como fundamento de um corpo doutrinário ético-moral. Essa temática daria lugar para várias teses de natureza doutoral, tanto no campo teórico quanto no experimental.

De momento, e com base nos tópicos acima analisados, podemos limitar-nos à constatação de que o ser humano é capaz, por sua própria estrutura ontológica, de discernir o acerto e o erro nas diversas alternativas ético-morais que se lhe apresentam em suas atividades quotidianas, sejam elas quais forem, embora tal capacidade comporte limitações.

Podemos constatar também que tal discernimento tem as condições necessárias para ser objetivo e adequado à realidade dos fatos. E que tais condições se apoiam na capacidade humana de perceber – até mesmo antes do uso da razão, ainda que imperfeitamente – aquilo que favorece ou prejudica o ser, associando o primeiro com o bem, e o segundo com o mal.

No caso dos profissionais de saúde, onde tais dilemas se põem com uma frequência e dificuldade cada vez maior em nossos dias, a consciência de tal capacidade

⁶ Compreendida, naturalmente, dentro do contexto aristotélico-tomista e não nos sentidos que lhe dão Fichte (1980), Berkerley (1979), ou Kant (1965), por exemplo, nem como pode ser entendida em trabalhos mais recentes e menos conhecidos, como os de Castro (2006), Ferreira (2003), Freire (2001) ou Martins (1999).

é fator de segurança e equilíbrio, os quais, por sua vez, podem favorecer de modo retroativo essa mesma capacidade.

A transposição das constatações acima referidas para nossas atividades clínico-diagnósticas reforça a convicção do acerto das decisões que favorecem o ser, ou seja, a existência, a vida, seu desenvolvimento, sua plenitude. Elas podem servir-nos, portanto, como matriz de sólida fundamentação filosófica para a análise dos mais diversos tipos de questões éticas que a prática clínica nos apresenta quotidianamente.

O exame dessa casuística se apresenta, ademais, como instigante campo de pesquisa para os que se interessam pelos aportes da Psicologia Tomista à análise das referidas questões, ficando assim aberto o convite para o debate e aprofundamento dos mesmos.

Referências

AGOSTINHO, Santo Aurélio. **Confissões**. Trad. Maria Luiza Jardim Amarante. São Paulo: Paulus, 2002.

_____. **Diálogo sobre o livre arbítrio**. Trad. Paulo Oliveira e Silva. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2001.

ALIBERT, Charles. **La psychologie thomiste et les théories modernes**. Paris: Beauchesne, 1903.

AQUINO, São Tomás de. **Suma Teológica**. Vol. IV. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. _____. Vol. III. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. _____. Vol. II. São Paulo: Loyola, 2002

_____. **Comentario a la Ética a Nicómaco de Aristóteles**. 2. ed. rev. y corr. Trad. Ana Mallea. Pamplona: EUNSA, 2001.

_____. *De Veritate*. In: **Sancte Thomae Aquinatis Opera Omnia**. Coord. Roberto Busa. t. 3. Torino: Aloisianum, 1980.

BAERTSCHI, Bernard. **Ensaio filosófico sobre a dignidade**. Antropologia e ética das biotecnologias. Trad. Paula Silva Rodrigues Coelho da Silva. São Paulo: Loyola, 2009.

BEAUCHAMP, Tom L.; CHILDRESS, James F. **Principles of Biomedical Ethics**. 5. ed. Oxford: Oxford University Press, 2001.

BERKELEY, George. **The works of George Berkeley Bishop of Cloyne**. 9 vols. Editado por A. A. Luce e T. E.

Jessop. Nendeln/Liechtenstein: Kraus Reprint, 1979.

BORGES, Maria; DALBERIO, Osvaldo. Aspectos metodológicos e filosóficos que orientam as pesquisas em educação. **Rev. Iberoamericana de Educación**, n. 43/5, 2007. Disponível em: <http://www.rieoei.org/deloslectores/1645Borges.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2010.

BOULENGER, Auguste. **Manual de Apologética**. 2. ed. Porto: Apostolado da Imprensa, 1950.

BRAGHIROLI, Elaine Maria; BISI, Guy Paulo; RIZZON, Luiz Antônio; NICOLETTO, Ugo. **Psicologia geral**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRENNAN, Robert Edward, O. P. **Psicología general**. Trad. Antonio Linares Maza. 2. ed. Madrid: Morata, 1969.

_____. **Psicología tomista**. Trad. Efren Villacorta Saiz, O. P. Revisão José Fernandez Cajigal, O. P. Ed. atualizada pelo Autor. Barcelona: Editorial Científico Médica, 1960.

BRENNAND, Edna. Buscando em Paulo Freire as concepções de indivíduo e mundo. Biblioteca digital Paulo Freire, sem data. Disponível em: [http://www.paulofreire.ufpb.br/paulofreire/Files/revista/Buscando em Paulo Freire as concepcoes de individuo e mundo.pdf](http://www.paulofreire.ufpb.br/paulofreire/Files/revista/Buscando_em_Paulo_Freire_as_concepcoes_de_individuo_e_mundo.pdf). Acesso em 14 jun. 2010.

BRITO, J. A ética e a autonomia da pessoa. In: R. Nunes, M. Ricou e C. Nunes (Eds.) **Dependências individuais e valores sociais**. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2004. p. 43-51.

BRUGUÈS, Jean-Louis, O. P. **Dizionario di morale cattolica**. Trad. equipe de redação da Edizioni Studio Domenicano. Bolonha: Edizioni Studio Domenicano, 1994.

CANTIN, Stanislas. **Précis de psychologie thomiste**. Québec: Université Laval, 1948.

CASTRO, José Renato Gomes. **Discussão epistemológica da produção de teses de programas de pós-graduação na área de saúde reprodutiva**. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2006. Disponível em: http://ged1.capes.gov.br/CapesProcessos/927232-ARQ/927232_6.PDF. Acesso em: 31 dez. 2010.

CAVALCANTI NETO, Lamartine de Hollanda. **Psicologia geral sob o enfoque tomista**. São Paulo: Instituto Lumen Sapientiae, 2010.

_____. **La introspección cómo método de estudio en la psicología tomista**. 2009. Disponível em: <http://www.psiquiatria.com/congreso/2009/otras/articulos/39155/>. Acesso em: 25 fev. 2009.

_____. Metodologia tomista no estudo da Psicologia. **Lumen Veritatis**, n. 4, p. 111-119, Jul-set /2008. Disponível em: <http://www.arautos.org/view/show/6002-metodologia-tomista-no-estudo-da-psicologia>. Acesso em: 28 dez. 2010.

CLÁ DIAS, João Scognamiglio. **La ‘primera mirada’ del conocimiento y la educación**: un estudio de casos. Dissertação de Mestrado em Psicologia, ainda não publicada. Bogotá: Universidade Católica de Colômbia, 2009.

COHEN, Cláudio. Bioética: pesquisa e deficiência. In: SEGRE, Marco; COHEN, Cláudio (Orgs.). **Bioética**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 55-62.

COLLIN, Henri. **Manual de filosofia tomista**. 2. ed. v. II. Barcelona: Luis Gili, 1951.

DERISI, Octavio N. **Los fundamentos metafísicos del orden moral**. 4. ed. Buenos Aires: El Derecho, 1979.

FAITANIN, Paulo Sérgio. O papel dos sentidos internos na teoria do conhecimento de Tomás de Aquino. **Aquinate**, n. 6, p. 234-241, 2008.

_____. A psicologia tomista. **Aquinate**, sem data. Disponível em:

<<http://www.aquinate.net/portal/Tomismo/Filosofia/tomismo-filosofia-a-psicologia-tomista.htm>>. Acesso em: 2 abr. 2008.

FERREIRA, Pedro Peixoto. **Algumas reflexões sobre as conseqüências epistemológicas do uso do conceito de ‘natureza humana’**. Seminário Teórico- Metodológico em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual de Campinas, IFCH/UNICAMP, 1º. Semestre, 2003.

FICHTE, Johann Gottlieb. **A doutrina da ciência de 1794 e outros escritos**. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Abril, 1980 (Coleção Os Pensadores).

FINNIS, John Mitchell. **Lei natural e direitos naturais**. Trad. Leila Mendes. São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. **Interface** (Botucatu) v. 5 n. 8, p. 147-152, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832001000100016&script=sci_arttext. Acesso em: 16 jun. 2010.

GALLO, Jorge Herrera. **La psicología tomista en la actualidad**. Sem data. Disponível em: <http://www.enduc.org.ar/comisfin/ponencia/102-06.doc>. Acesso em: 17 nov. 2008.

GARRAFA, Volnei. PORTO, Dora. **Bioética, poder e injustiça**: por uma ética de intervenção. Subsídio para o VI Congresso Internacional de Bioética [2009]. Disponível em: http://ava.ead.ftc.br/conteudo/circuito1/biologia/periodo5/03-estagio_supervisionado_2/bloco1/tema1/anexos/ANEXO%2014%20-%20Bio%20ética,%20poder%20e%20injusti%20a%20por%20uma%20ética%20de%20interven%20E7%E3o.pdf. Acesso em: 3 jun. 2010.

GARRIGOU-LAGRANGE, Réginald, O. P. **El Sentido Común**. La filosofía del ser y las fórmulas dogmáticas. Buenos Aires: Desclée de Brouwer, 1944.

HAMLIN, J. Kiley; WYNN, Karen, BLOOM, Paul. Social evaluation by preverbal infants. **Nature**, v. 450, n. 22, p. 557-600, 2007. Disponível em: <http://pantheon.yale.edu/~kw77/HamlinWynnBloomNature2007.pdf>. Acesso em: 15 maio 2010.

HARTMANN, Hélio R. Movimentos do pensamento educacional de Paulo freire. **Rev. Profissão Docente** [on line], v. 2, n. 5, 2004. Disponível em: <http://www.revistajuridica.uniube.br/index.php/rpd/article/viewFile/52/59>. Acesso em: 14 jun. 2010.

HEGEL, Georg Wilhelm F. **La dialettica**. Trad., introd. e notas de Cornelio Fabro. 4. ed. Brescia: La scuola, 1983.

IANNI, Otávio. **Epistemologia das ciências sociais**. São Paulo: PUC/EDUC, Série Cadernos, n. 19, 1984.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 4. ed. São Paulo: Brasil Editora, 1965.

KOHLBERG, Lawrence. **Psicología del desarrollo moral**. Bilbao: Desclée de Brower, 1992.

LA TAILLE, Yves de; SOUZA, Lucimara Silva de; VIZIOLI, Letícia. Ética e educação: uma revisão da literatura educacional de 1990 a 2003. **Educ. Pesqui.** [online], v.30, n.1, p. 91-108. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000100006&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 6 maio 2010.

LIGÓRIO, Santo Afonso Maria. **Theologia Moralis**. Roma: Leonard Gaudé, 1905.

MARCOLINO, José Álvaro M.; COHEN, Cláudio. Sobre a correlação entre a bioética e a psicologia médica. **Rev. Assoc. Med. Bras.** v. 54, n. 4, p. 363-368, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-42302008000400024&script=sci_arttext>. Acesso em: 14 jun. 2010.

MARTINS, André. Novos paradigmas e saúde. **Physis** [online], v. 9, n. 1, p. 83-112, 1999. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/physis/v9n1/04.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2010.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de filosofia**. v. 2. São Paulo: Loyola, 2001.

PEGORARO, Olinto Antônio. **Ética dos maiores mestres através da história**. Petrópolis: Vozes, 2006.

RICOEUR, Paul. **Da metafísica à moral**. Lisboa: Piaget, 1995.

_____. **Soi-même comme un autre**. Paris: Seuil, 1990.

ROYO MARÍN, António. **Teología de la perfección cristiana**. 5. ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1968.

SEGRE, Marco. In: PALÁCIOS, Marisa; MARTINS, André; PEGORARO, Olinto Antônio (Orgs.). **Ética, ciência e saúde: desafios da bioética**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Definição de bioética e sua relação com a ética, deontologia e diceologia. In: SEGRE, Marco; COHEN, Cláudio (Orgs.). **Bioética**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. p. 27-34.

SEGRE, Marco; COHEN, Cláudio (Orgs.). **Bioética**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SEVERINO, Antônio J. A pesquisa em educação: a abordagem crítico-dialética e suas implicações na formação do educador. **Contra Pontos**, ano 1, n. 1, p. 11-22, 2001. Disponível em: <<https://www6.univali.br/seer/index.php/rc/article/viewFile/14/6>>. Acesso em 14 jun. 2010.

TALWAR, Victoria; LEE, Kang. Social and Cognitive Correlates of Children's Lying Behavior. **Child Development**, v. 79, n. 4, p. 866-881, 2008. Disponível em: <<http://www.srce.org/journals/cdev/0-0/Talwar.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2010.

TANQUEREY, Adolphe. **Compêndio de teologia ascética e mística**. Trad. da 5. ed. francesa por J. Ferreira Fontes. 2 ed. Porto: Apostolado da Imprensa, 1932.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

WEBERT, Jordan. **Essai de métaphysique thomiste**. Paris: Desclée de Brouwer, 1927.

CAPÍTULO 4

A PSICOLOGIA TOMISTA COMO INSTRUMENTO DE ESTUDO DA PLASTICIDADE DO *ETHOS*

Trabalho apresentado no 14º Congresso Virtual de Psiquiatria – Interpsiquis, em fevereiro de 2013.

Resumo

A plasticidade do *ethos* é um tema interdisciplinar que, devido à escassez de estudos diretamente voltados para ele, parece situar-se ainda numa fase de definição metodológica. O presente artigo procura sintetizar nossas investigações sobre se a Psicologia Tomista pode ser considerada um instrumento de estudo válido para o referido tema, bem como sobre alguns dos aportes que ela pode oferecer ao mesmo. Ele resume um trabalho mais amplo que apresentamos sob a forma de tese de doutorado em bioética junto ao Centro Universitário São Camilo, em São Paulo, Brasil, em agosto de 2012.

Palavras-chave: Psicologia Tomista. *Ethos*. Plasticidade do *ethos*.

Resumen

La plasticidad del *ethos* es un tema interdisciplinario que, debido a la escasez de estudios dirigidos directamente hacia él, parece estar todavía en fase de definición metodológica. Este artículo trata de sintetizar nuestras investigaciones sobre si la Psicología Tomista puede ser considerada como una herramienta válida para el estudio

de esa materia, así como sobre algunas de las contribuciones que ella puede ofrecer a dicho estudio. É l resome una obra más amplia que presentamos bajo la forma de una tesis doctoral en bioética en el Centro Universitario Sao Camilo, en Sao Paulo, Brasil, em agosto de 2012.

Palabras-clave: Psicología Tomista. *Ethos*. Plasticidad del *ethos*.

Abstract

The plasticity of *ethos* is an interdisciplinary topic that, due to the lack of studies related directly to the subject, still appears to be in its phase of methodological definition. This article attempts to summarize my research on the possibility of considering Thomistic Psychology as a valid study tool for the aforementioned theme, as well as some of the contributions it can offer to the study itself. It summarizes a broader work that I presented in the form of a doctoral thesis in Bioethics at the Centro Universitario São Camilo, in São Paulo, Brazil, in August, 2012.

Keywords: Thomistic Psychology. *Ethos*. Plasticity of *ethos*.

Introdução

É fato de observação corrente que as questões, dúvidas ou dilemas de cunho ético-moral¹ fazem parte do cotidiano de grande número de pessoas. Uma primeira

¹ Associamos intencionalmente, neste artigo, os vocábulos “ético” e “moral”, para não termos de entrar na discussão sobre a univocidade ou heterogeneidade de seus respectivos conceitos. Fazemo-lo, por um lado, por amor à brevidade, e por outro, porque já estudamos a questão em outro trabalho (CAVALCANTI NETO, 2011), para o qual remetemos o leitor interessado.

indagação a que elas podem dar ocasião é sobre o porquê de sua ocorrência e frequência. O que haveria, na natureza humana, que lhe tornaria capaz de desejar, propor, aceitar ou rejeitar mudanças dessa natureza, as quais, por sua vez, dariam origem às referidas questões?

Foi diante de tal indagação que surgiu o esboço de tema e de problema de pesquisa para os quais voltamos nossa atenção. A aquisição de informações procedentes das mais diversas fontes, desde as rigorosamente científicas, como as de diversos níveis de rigor metodológico, as literárias ou até as do noticiário informativo, bem como a reflexão baseada nas regras do raciocínio lógico, ajudaram-nos a delineá-los melhor.

A estruturação de nossas investigações e reflexões sobre o assunto deu origem a um trabalho que apresentamos, sob a forma de tese de doutorado em Bioética, junto ao Centro Universitário São Camilo, em São Paulo – SP, em agosto de 2012. O objetivo do presente artigo é resumir, em breves palavras, a metodologia que empregamos em tais estudos, seus resultados e suas conclusões.

Delimitação do tema e do problema

Existiria uma potencialidade humana capaz de reunir seus critérios ético-morais, seus valores pessoais e comportamentais, os quais nortearão seus atos, hábitos e costumes? Muito antes de nós, diversas ciências já se ocuparam de seu estudo, tais como a Antropologia, a Ética, a Filosofia, a Psicologia, a Sociologia, dentre outras, e deram-lhe o nome de *ethos*.

O que vem a ser este *ethos*? Como é sua natureza? Quais as suas propriedades? Dentre estas últimas, tem ele, de fato, a capacidade de modificar-se? Por que a tem? Como a exerce? Por que tais mudanças dão origem a questões de natureza ética? Como denominar tal capacidade? Haveria estudos prévios sobre este tema?

O investigador habituado ao método científico começaria sua atividade, naturalmente, tendo em vista a última pergunta. Foi o que procuramos fazer. Entretanto, quanto mais pesquisávamos, mais nos dávamos conta de uma surpreendente escassez de estudos direta ou expressamente voltados para o tema.

Não encontramos, sequer, um nome ou qualificativo cientificamente estabelecido para a referida mutabilidade. À falta de melhor, servindo-nos do raciocínio e da linguagem analógica, começamos a estudá-la sob o nome de plasticidade do *ethos*. E, com isso, conseguimos definir o nosso tema.

Todo pesquisador, ao debruçar-se sobre um assunto, procura verificar qual a metodologia mais adequada para investigá-lo. Deparamo-nos, também aqui, com outra dificuldade singular. Assim como não encontramos trabalhos diretamente voltados para o tema, muito menos descobrimos métodos previamente validados para estudá-lo. Concluímos que ele parecia se encontrar ainda numa fase de definição metodológica, e nos propusemos a validar um instrumento de pesquisa.

Dada a nossa formação pessoal na área, e os estudos que temos desenvolvido sobre a Psicologia Tomista, pareceu-nos que ela poderia se prestar adequadamente para este fim. Onde surgiu nosso problema ou questão de pesquisa, isto é, se a Psicologia Tomista pode

ser considerada um instrumento válido para o estudo da plasticidade do *ethos*.

Bioeticidade do tema e do problema

Outra questão, contudo, poderia se apresentar no póstico desse estudo. Em que âmbito situar a discussão? Qual enfoque disciplinar seria o mais adequado? O antropológico, o filosófico, o político, o psicológico, o sociológico?

A análise das informações obtidas nos levantamentos bibliográficos, bem como das reflexões a que elas deram ocasião, nos levaram à convicção de que se tratava de um tema caracteristicamente inter-multi-transdisciplinar, dado que compreendia tanto as disciplinas mencionadas, como outras ainda, tais como a literatura, as ciências da saúde, as artes plásticas, a música, a economia, a administração ou a ética. Donde nos parecer apropriado enfocá-lo no âmbito bioético, por se constituir numa espécie de interseção de todos os anteriores.

Por outro lado, é preciso lembrar que a Ética é “a ciência do *ethos*” (LIMA VAZ, 1999, p. 17 e p. 35), e que a Bioética pode ser considerada, segundo Potter (1970), como uma ética da vida e do ser vivo. Em consequência, o estudo do *ethos* está na raiz de todos os temas que dizem respeito à Bioética, dado que ele é o objeto específico de sua ciência-mãe, a Ética, e, por isso, extensivo às questões específicas do campo bioético. Assim, se dentre as propriedades deste objeto está a de ser mutável, plástico, influenciável, o estudo desta plasticidade também diz respeito à Bioética, vez que esta há de se interessar pela natureza e por todas as propriedades do *ethos*.

Na realidade, desde os seus primórdios, a Bioética leva em conta a plasticidade do *ethos*, pois todas as questões e dilemas éticos só existem porque o *ethos* humano é modificável. Donde decorre o especial interesse que seu estudo e aprofundamento devem suscitar, ainda que o tema possa ser considerado como em fase de definição metodológica.

E exatamente porque ele parece estar nessa fase, a investigação sobre a utilidade da Psicologia Tomista para o seu estudo é também do interesse da Bioética, dado que a devida avaliação dos instrumentos de investigação é de fundamental importância para o aprofundamento de qualquer pesquisa.

Objetivos de investigação

Em vista disso, pareceu-nos conveniente adotar, como objetivo geral dos nossos esforços, avaliar, no plano teórico, se a Psicologia Tomista é, de fato, um instrumento válido para a investigação sobre a plasticidade do *ethos*.

Em função da metodologia de estudo que se nos afigurou como adequada, e sobre a qual nos estenderemos no próximo tópico, adotamos como objetivos específicos formar uma visão de conjunto da Psicologia Tomista, incluindo uma análise crítica de sua validade científica; examinar a natureza da plasticidade do *ethos*, incluindo uma análise sobre se é ou não um tema bioético; e deduzir contribuições da Psicologia Tomista para o estudo da plasticidade do *ethos*, tendo em vista responder à questão formulada no objetivo geral.

Metodologia de estudo

Além da dificuldade metodológica acima mencionada, deparamo-nos com outras ainda. Embora os conceitos de método ou de metodologia propostos, por exemplo, por Abbagnano (2007), Ferrater Mora (2004), Lalande (1999) ou Mondin (2000) sejam muito claros, em que pese algumas divergências formais, sua aplicação para o tema em questão não nos pareceu tão simples.

A característica de inter-multi-transdisciplinaridade da Bioética, apesar de aportar vantagens ao seu estudo, pode comportar também uma séria dificuldade em termos metodológicos. Com efeito, quanto maior a abrangência de um objeto de pesquisa, em termos de disciplinas concernidas, tanto maior será tal dificuldade, pois um método adequado para uma delas pode não ser o mais indicado para as outras. Por outro lado, o cunho filosófico do nosso enfoque nos colocou diante de diversas alternativas metodológico-filosóficas, como as apresentadas por Chauí (2006), Ferrater Mora (2004) ou Folscheid e Wunenburger (2006).

Em vista dessas e de outras dificuldades metodológicas, vimo-nos obrigados a recorrer ao auxílio de especialistas experimentados, além de procurar respostas em considerável número de autores, tais como Abbagnano (2007), Alvesson e Sköldbberg (2009), Anderson (1966), Bardin (2002), Barros e Leffeld (1990), Becker (1993), Campos (2008), Campos e Costa (2007), Chauí (2006), Chizzotti (2008), Demo (1995), Descartes (2000), Eco (2007), Ferrater Mora (2004), Flick (2004), Folscheid e Wunenburger (2006), Feyerabend (1977), Gil (1999), Goldenberg (1999), Günther (2006, 2011), Hernández Sampieri, Fernández-Collado e Baptista Lucio (2008), Kant (2009), Kaplan (1969), Kuhn (1957, 1996),

Lakatos e Marconi (2010), Lalande (1999), Marconi e Lakatos (2007), May (2004), Meltzoff (1998), Mondin (1980, 2000), Moral (1960), Popper (1975), Rea e Parker (2000), Ribeiro Neto (2009), Ruiz (2006), Salomon (2004), Severino (2007), Tomazette (2008), Vieira (2008, 2009), Vieira e Hossne (2001), Weber (1992) ou Woods e Rosales (2010).

A solução epistemo-metodológica que encontramos, depois de analisar a questão sob o prisma do conflito de paradigmas, foi a de adotar um paradigma epistemológico e uma metodologia consonantes com nosso referencial teórico básico, que é o aristotélico-tomista, além de adequar a metodologia empregada à questão e aos objetivos de pesquisa.

No que fomos confirmados por Campos (2008, p. 59), que sustenta ser de “fundamental importância que se observe a coerência entre o problema e o método escolhido”, bem como por Ferrater Mora (2004), quando afirma que e as questões relativas ao método referem-se não somente aos problemas lógicos, mas também aos epistemológicos e até aos metafísicos.

Servindo-nos da distinção entre método de abordagem e métodos de procedimento, apresentada por Marconi e Lakatos (2007, p. 110), pareceu-nos mais conveniente adotar, como método de abordagem, o hipotético-dedutivo, por tentarmos “preencher uma lacuna nos conhecimentos” referentes ao nosso tema, e por testarmos nossa hipótese “pelo processo da inferência dedutiva”.

Quanto ao de procedimento, optamos por uma investigação descritiva, que nos permitiu explicar as informações que levantamos sobre o tema, e por uma

apresentação de resultados dedutivo-propositiva. Por fim, como técnica ou estratégia, lançamos mão da pesquisa bibliográfica, quando buscamos informações naqueles que já se interessaram pelo tema, e da documental, quando recorreremos a fontes originais.

Procuramos, ademais, adequar nosso método de estudo aos critérios de validade investigativa, tais como os propõem Alvesson e Sköldberg (2009), Campos (2008), Campos e Costa (2007), Goldenberg (1999), Kaplan (1969), Meltzoff (1998) ou Selltiz, Wrightsman e Cook (1987).

Sinteticamente, e em coerência com este delineamento de pesquisa, propusemo-nos a apresentar o que outros autores já trataram sobre a Psicologia Tomista, bem como sobre o *ethos* e sua plasticidade, de modo a permitir a análise e a dedução de contribuições da primeira ao estudo da segunda. E, com base nessas deduções, responder afirmativamente à nossa questão de pesquisa, caso tais contribuições possam ser identificadas, ou negativamente, caso contrário.

Por fim, para garantir essa nossa opção metodológica, buscamos respaldos em especialistas, e os encontramos em trechos de autores como, por exemplo, Abbagnano (2007), Campos (2008), Campos e Costa (2007), Chaui (2006), Folscheid e Wunenburger (2006), Günther (2006) ou Severino (2007).

A Psicologia Tomista

A vastidão da Obra de São Tomás de Aquino constituiu, em certo sentido, outra dificuldade, tanto mais que ele não escreveu tratados ou capítulos especificamente

dedicados ao tema em epígrafe. Aliás, o Padre Robert Brennan (1969), uma das maiores autoridades na matéria, assegura que nem o Doutor Angélico, nem Aristóteles, empregavam o termo Psicologia, no sentido em que se usa hoje em dia. No que é indiretamente corroborado por Braghirolli et al. (2005), que atribuem a origem do termo a Philip Melanchthon, e sua difusão inicial a Christian Von Wolff.

Os estudos de São Tomás de Aquino (1935, 1946, 1959, 1992, 2001a, 2001b, 2002, 2003, 2005, 2007, 2011) sobre a alma estão disseminados em vários trechos de suas obras, embora possam ser encontrados com mais facilidade em alguns da Suma Teológica. Brennan (1960, 1969) realizou uma síntese feliz sobre o tema, cujo mérito pode ser estendido a outros autores, tais como Alibert (1903), Barbado (1943), Butera (2010a, 2010b), Cantin (1948), Derisi (1956, 1978), Farges e Barbedette (1923), Gardeil (1967), Lindworsky (1931), Mercier (1942), Royo Marín (1968, 1977) ou Zaragüeta Bengoechea (1925), entre muitos outros.

Parece-nos, contudo, tarefa literalmente impossível resumir, em um só artigo, toda a Psicologia Tomista, e mesmo apresentar uma síntese dos resumos já realizados. A perda de conteúdo seria tal, que desqualificaria o trabalho. Tanto mais que ela requer o conhecimento de alguns pressupostos da metafísica aristotélica. Os leitores interessados poderão encontrá-la amplamente descrita nas fontes que acabamos de referir, ou sistematizada e comentada em nossa tese.²

² O texto da tese, intitulada “Contribuições da Psicologia Tomista ao estudo da plasticidade do ethos”, está disponibilizado na internet em <<https://philpapers.org/rec/CAVCDP-2>>.

Apenas para tornar compreensíveis os resultados a que chegamos, recordamos aqui que a Psicologia Tomista estuda o homem em sua essência, propriedades, atos e hábitos. Para isso, São Tomás se baseia no conceito de pessoa de Boécio, que a entende como “a substância individual de natureza racional” (BOETHIUS, MPL, v. 64, c. 3, 1847, col. 1343).³

Ele retoma e desenvolve o conceito aristotélico de potências do ser humano, que, junto com sua materialidade corporal, formam o que chama de um composto hilemórfico.⁴ Tais potências viabilizam os atos cognoscitivos, apetitivos, locomotores e vegetativos de que dispomos.

Ele divide as potências cognoscitivas em intelectual e sensitivas. A primeira se identifica com a inteligência, e a segunda é subdividida em sentidos internos e externos. As apetitivas se subdividem em natural, sensitivas e racional, sendo esta última o mesmo que a vontade. Os outros dois gêneros de potências não têm subdivisões.

São Tomás mostra como processo do conhecimento humano tem origem nos sentidos externos, que passam suas informações aos internos. O papel destes é transformar a realidade captada, que é um misto de matéria e de forma, numa realidade apenas formal, ou, na linguagem moderna, numa informação. Por ser a inteligência uma realidade puramente formal, ela precisa ter

³ Esta edição da Patrologia de Migne, disponível na internet, atém-se à publicação impressa, que não utiliza numeração de páginas, mas de colunas. Donde referirmos a col. 1343 como equivalente ao número da página.

⁴ Do grego *hylé*, matéria, e *morphe*, forma.

diante de si objetos formais para poder entendê-los, ou seja, para captar sua essência ontológica.

Dessa simples apreensão da realidade, ou formação das ideias, o entendimento passa à dos juízos, quando compara ideias entre si, e depois à das inferências, quando compara juízos, no processo que conhecemos como raciocínio.

Conhecido um objeto, nossos apetites desejá-lo-ão ou o rejeitarão, seja no simples nível vegetativo, através do apetite natural, no sensitivo, através dos apetites sensitivos, ou no racional, que é a vontade livre. Ou, melhor dizendo, através da interação de todos eles. O ciclo da vida consciente (BRENNAN, 1969) completa-se quando o indivíduo põe-se em movimento para executar o que esse processo prévio lhe indicou como mais adequado ao seu ser.

São Tomás dá especial atenção ao mais alto dos sentidos internos, que é a cogitativa, a qual propicia os instintos e as matrizes para o conhecimento intelectual, bem como os atos produzidos pelos apetites sensitivos, que ele denomina de paixões, hodiernamente conhecidas como emoções e sentimentos.

Com base nessas noções, aqui tão sumariamente expostas, a Psicologia Tomista permite desenvolver toda uma série de aportes relativos à interação das potências entre si, gerando processos como a atenção, o desenvolvimento, a motivação, a aprendizagem e a personalidade.

Embora São Tomás não tenha tratado expressamente do que hoje se chama Psicologia Social, os pressupostos que oferece também propiciam o desenvolvimento de várias aplicações a este ramo do conhe-

cimento, em especial no tocante ao estudo da opinião pública. Nossos estudos permitiram reunir vários desses contributos, que parecem ser de muita utilidade para a compreensão do *ethos* e de suas propriedades.

Interessante notar que, concomitantemente com nossas pesquisas sobre a Psicologia Tomista, e na intenção de examinar sua validade intrínseca, fomos encontrando vários estudos empíricos recentes que corroboram, no mais alto nível científico, ora mais diretamente, ora menos, o acerto de seus ensinamentos. Como ultrapassaria os limites do presente texto apresentá-los aqui, remetemos o leitor interessado à nossa tese, onde poderá encontrá-los com facilidade, ao longo da exposição da Psicologia Tomista.

A plasticidade do *ethos*

Se na temática anterior o problema talvez estivesse na riqueza e na abundância de conteúdo e de referências, nesta, a dificuldade se apresentou de inverso modo. Não que não haja estudos sobre o *ethos*. Pelo contrário, são abundantes, sob diversos aspectos. Menos, porém, sob o de sua plasticidade. Tanto a pesquisa em bibliotecas, quanto a consulta a especialistas, quanto o recurso a bases de dados informatizadas internacionais, resultaram quase infrutíferos.

Tal resultado, entretanto, era apenas aparente. Servindo-nos de uma linguagem analógica, podemos dizer que a abordagem de um tema pode ser perpendicular, quando direta e expressamente voltada para ele, ou tangencial, com graus diversos de incidência, quando apenas indiretamente.

Procurando-o sob esse ângulo de visão, encontramos uma tão grande quantidade de estudos, produções ou outras manifestações da presença do tema ao longo da História, que o problema da escassez bibliográfica se inverteu.

Em nossa tese, pudemos compilar, ainda que em traços gerais, um longo percurso do tema, sob diversas formas de presença ou de expressão, desde os tempos mais remotos até os presentes dias, comprovando-os com citações, referências e alusões a fatos concretos indiscutíveis.

Pudemos identificá-lo, inclusive, em incontáveis estudos na área da Bioética, desde seus primórdios até os dias atuais. Dispensamo-nos de referenciá-los aqui, bem como de detalhar a referida presença do tema ao longo da História, para evitar uma extensão incompatível com as dimensões deste artigo.

Esse conjunto de fatos nos conduziu à convicção de que a plasticidade do *ethos* é um tema pouco estudado, e, ao mesmo tempo, paradoxalmente muito disseminado. Pouco estudado porque nem a pesquisa, em vários idiomas, realizada em onze bases de dados informatizadas internacionais diferentes, permitiu identificar títulos ou conteúdos expressamente voltados para ele.

E disseminado, porque foi possível identificar sua presença ou manifestações, ainda que de forma indireta ou tangencial, nos mais diversos ramos do conhecimento e do acontecer humano ao longo da História. E não poderia ser de outro modo, pois sua evidência não poderia passar despercebida.

Para estudá-lo convenientemente, porém, convinha fazer um levantamento prévio sobre o *ethos*, procurando

desambiguar os muitos sentidos que o vocábulo, marcadamente polissêmico, possui. O recurso a obras de referência em matéria de etimologia foi de especial auxílio nessa matéria.

Apesar disso, foi preciso estudá-lo ainda sob vários outros enfoques, tais como o antropológico, o bioético, o epistemológico, o filosófico, o histórico, o metodológico, o psicológico e o sociológico, para ensaiar, com algum grau de segurança, uma terminologia apropriada, tanto para *ethos*, quanto para plasticidade do *ethos*, que nos servisse de baliza em nossas pesquisas e raciocínios.

Ademais, convinha investigá-lo do ponto de vista da sua natureza, propriedades e relações, para o que foram de muita utilidade trabalhos como os de Lima Vaz (1999, 2000a, 2000b) e Vergnières (2003), ou outros de menor expressão, como os de Brochado (2009), Rego (1995) ou Santana (2010). Dentre os autores nacionais, talvez o Padre Lima Vaz tenha sido o que mais detidamente se voltou para o tema.

Ele o aborda, contudo, com um enfoque assumidamente fenomenológico e dialético-hegeliano que, a nosso ver, dificulta o aprofundamento do assunto por estar em contraposição com o enfoque realista-moderado de Aristóteles, no qual ele também se baseia, como quase todos os autores que se propuseram a estudar o *ethos*. O próprio Lima Vaz parece reconhecer a lacuna quando comenta que:

A fenomenologia apresenta-se, pois, aqui como um *método* (caminho) propedêutico à Ética. Não é o método do discurso ético especificamente tal, pois esse se constrói através de uma conceptualidade *filosófica* cujo alcance gnosiológico transcende os limites da descrição

fenomenológica. De fato, a idéia de uma Ética rigorosamente *fenomenológica* viu-se em face de dificuldades que, nos casos mais significativos, tornaram inevitável o recurso a uma *ontologia* do sujeito ético. (LIMA VAZ, 1999, p. 38-39, itálicos do original).

Ora, o recurso a essa “ontologia do sujeito ético” (ibidem) é justamente o que procuramos na Psicologia Tomista, com base na sua fundamentação gnosiológica realista-moderada, e esta foi uma das razões que nos motivaram a procurar validá-la enquanto instrumento de estudo para o nosso tema.

Dada a complexidade e a extensão da obra de Lima Vaz, não podemos afirmar que ele não aborde questões como o que daria suporte ontológico ao *ethos* na pessoa humana, ou quais as suas potências, no sentido tomista da palavra, que propiciam o aparecimento do mesmo, ou quais suas relações com o intelecto dos princípios e a sindérese, e as repercussões desta sobre ele. Dizemos apenas que não as encontramos naquelas de suas obras a que tivemos acesso.

Apesar da dificuldade epistemo-gnosiológica⁵ há pouco mencionada, Lima Vaz (1999, 2000a, 2000b) nos permitiu coligir informações significativas sobre a natureza do *ethos*, seu sujeito, objeto e propriedades. Ele

⁵ Adotamos aqui a distinção apresentada por autores como Gomes (2009) ou Faitanin ([20--]), por exemplo, que entendem a gnosiologia como o estudo da capacidade humana de conhecer, e a epistemologia como o estudo da validação daquilo que se conhece. Tais autores esclarecem que alguns textos filosóficos, por confusões oriundas de diferenças linguísticas e das respectivas traduções, têm utilizado o termo epistemologia em ambos os sentidos, embora com ênfase no segundo, dando margem para novas confusões conceituais.

enumera sete, quanto a estas últimas: a dualidade estrutural (individualidade e socialidade), a de morada e abrigo simbólico, a tendência para a estabilidade, a assimilatividade, a transmissibilidade, a historicidade e, por fim, a plasticidade.

Permitiu-nos ainda coligir ou deduzir aportes quanto ao dinamismo do *ethos* e da sua plasticidade, tanto a nível individual, notadamente das propriedades entre si, quanto no plano social. Neste particular, com consequências sobre a formação e o dinamismo dos costumes, da cultura, das civilizações e dos conflitos éticos.

Identificação de aportes da Psicologia Tomista ao estudo da plasticidade do *ethos*

Na etapa do nosso estudo que hodiernamente se chama de discussão, isto é, a confrontação dos dados obtidos nos levantamentos bibliográficos tendo em vista a obtenção dos resultados e das conclusões, deparamo-nos, novamente, com uma riqueza de dados significativa, oriunda da identificação dos referidos aportes.

Tanto que, por razões metodológicas, tivemos de limitá-los ao plano teórico, deixando suas aplicações práticas ou operacionais para um estudo ou ocasião mais oportunos. E mesmo no nível teórico, reduzindo o número de explicitações de contributos, tendo em vista a extensão assumida pelo texto de nossa tese.

A explanação de tais aportes, neste artigo, esbarraria na ausência ou carência da devida exposição dos pressupostos, que não pudemos apresentar aqui porque necessitamos de 458 páginas para expô-los em nossa tese.

Limitamo-nos a enunciá-los, remetendo ao texto integral o leitor que sinta atração pela matéria.

A Psicologia Tomista nos permite deduzir tais aportes teóricos em pelo menos quatro grandes grupos: teórico-conceituais; metodológicos; relativos à natureza do *ethos* e da sua plasticidade; e atinentes a categorias de relação dos mesmos.

Quanto ao primeiro grupo, ela nos permite precisar o conceito de *ethos* e de plasticidade do *ethos*, aprofundando-os até suas raízes ontológicas, bem como o de critério moral, noção que serve de eixo para ambos.

Quanto aos metodológicos, ela nos oferece contributos concretos decorrentes do seu enfoque gnosiológico, bem como do ontológico, além de viabilizar a adaptação do estudo a que nos referimos na explanação da nossa metodologia. Pois tal adaptação foi totalmente realizada com base nos pressupostos tomistas que adotamos, bem como na própria metodologia empregada pelo Aquinate.

Os contributos quanto à natureza do *ethos* e da sua plasticidade são numerosos. A Psicologia Tomista nos permitiu identificar seu suporte ontológico, as raízes de sua psicogênese, o papel da cogitativa e dos instintos, da imaginação e das emoções nesta última, a explicação para a aparente contradição entre a tendência para a estabilidade e para a plasticidade no *ethos*, bem como a compreensão da natureza da sua sociogênese.

No tocante ao estudo das suas relações, pudemos deduzir aportes referentes ao seu sujeito e objeto, às relações e interações das suas propriedades, em particular, quanto ao papel da plasticidade nessa interação. Também contributos relativos ao seu papel no dinamismo social,

notadamente no da opinião pública, e, por fim, quanto à sua regulação.

A importância da regulação da plasticidade do *ethos* pode ser avaliada pelos resultados históricos da sua carência, que muitas vezes terminaram motivando guerras, revoluções sangrentas, crises financeiras ou eventos do gênero. Como pressuposto para esta regulação, o Doutor Angélico (AQUINO, Suma Teol., P. I-II, q. 18., a. 1. 2003) demonstra que o bem se associa com a perfeição do ato de ser, e o mal, com a sua deficiência. Deste princípio ontológico, decorrem todas as suas consequências ético-morais.

Em outros termos, ele mostra que a regulação da plasticidade do *ethos* dispõe de um critério objetivo para efetivar-se. E não somente ela, mas todo o dinamismo do *ethos* e de suas demais propriedades, a nível individual e social. Tal critério é esta correlação entre o ser e o bem, nos termos em que São Tomás a formula.⁶ Assim considerados, tudo o que favorece o ser, está associado ao bem. Tudo o que o prejudica, está associado ao mal.

Nisso consiste o que talvez seja o principal aporte da Psicologia Tomista ao estudo da plasticidade do *ethos*, pois permite identificar o que dá direcionalidade ético-moral a esta modificabilidade.

Este contributo consiste, em primeiro lugar, na identificação da conveniência ontológica do ser com o bem. E, em consequência, na dedução de que tal plasticidade será boa quando levar o *ethos* a modificar-se

⁶ Isto é, levando em conta a totalidade e as finalidades próximas e remotas do ser. É nesse sentido que, por exemplo, a amputação de um membro gangrenado não é um prejuízo ao ser de um indivíduo, mas um benefício, se consideradas sua totalidade e suas finalidades.

para favorecer o ser, e má quando o prejudicar ou debilitar.

Conclusão

Uma vez que nossos estudos tomaram como questão de pesquisa se a Psicologia Tomista poderia ser considerada um instrumento de investigação válido para a plasticidade do *ethos*, e que nossa metodologia adota como evidente pressuposto que a identificação de aportes da primeira ao estudo da segunda nos permite concluir afirmativamente, só nos resta assumir esta conclusão.

Ainda que o número e as aplicações desses contributos pudessem ser significativamente maiores, a quantidade que nos foi possível deduzir pareceu já suficiente para responder afirmativamente à referida questão. Naturalmente, concedemos que esta resposta possa ser considerada aberta, dada a complexidade do tema e as novas questões que seu aprofundamento possa aportar. Ao que se pode acrescentar que a diversidade de critérios epistemo-gnosiológicos contemporânea possa levar alguns de nossos leitores a questionarem pressupostos integrantes dos nossos silogismos.

Porém, a nosso ver, o verdadeiro espírito científico consiste na busca desinteressada da verdade objetiva, para o que a colaboração entre os que se dedicam a estudá-la é de fundamental importância. Por isso, convidamos aos que se sentirem atraídos pelo tema que procurem desenvolver seus próprios estudos sobre o mesmo, e nos ajudem a aperfeiçoar os nossos enviando-nos suas valiosas contribuições, sejam elas sob a forma de críticas, objeções, complementações ou sugestões.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Tradução Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 1210 p.

ALIBERT, Charles. **La psychologie thomiste et les théories modernes**. Paris: Beauchesne, 1903. 417 p.

ALVESSON, Mats; SKÖLDBERG, Kaj. **Reflexive methodology: new vistas for qualitative research**. 2. ed. London: Sage, 2009. 360 p.

ANDERSON, Barry F. **Psychology experiment: an introduction to the scientific method**. Belmont: Wadsworth, 1966. 162 p.

AQUINO, São Tomás de. **Suma Teológica**. Tradução Aldo Vannuchi et al. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2011. v. 5. 682 p.

_____. **Suma contra los gentiles**. Libros 1º y 2º. Ed. Bilingüe dirigida por Laureano Robles Carcedo e Adolfo Robles Sierra. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2007. v. 1. 670 p.

_____. **Suma Teológica**. Tradução Aldo Vannuchi et al. São Paulo: Loyola, 2005. v. 4. 938 p.

_____. _____. Tradução Aldo Vannuchi et al. São Paulo: Loyola, 2003. v. 3. 543 p.

_____. _____. Tradução Aldo Vannuchi et al. São Paulo: Loyola, 2002. v. 2. 894 p.

_____. **Cuestiones disputadas sobre el alma.** Tradução Ezequiel Téllez Maqueo. 2. ed. Pamplona: EUNSA, 2001a. 309 p.

_____. **Suma Teológica.** Tradução Aldo Vannuchi et al. São Paulo: Loyola, 2001b. v. 1. 693 p.

_____. **Le questioni disputate.** La verità (De Veritate), questioni 10-20. Testo latino dell'Edizione Leonina e traduzione italiana. Tradução Roberto Coggi. Bologna: Studio Domenicano, 1992. v. 2. 890 p.

_____. **Sentencia in Aristotelis libri De Anima.** Textum Taurini, 1959. Disponível em: <<http://www.corpusthomisticum.org/can2.html>>. Acesso em: 3 ago. 2011.

_____. **Do governo dos príncipes, ao rei de Cipro, e do governo dos judeus, à duquesa de Brabante.** Tradução Armando Veiga dos Santos. São Paulo: Anchieta, 1946. 277 p.

_____. De magistro. Tradução e notas Leonardo Van Acker. In: MAYER, Mary Hellen; FITZPATRICK, Edward. **Filosofia da educação de Santo Tomás de Aquino**. Tradução Maria Ignez de Moraes Cardim. São Paulo: Odeon, 1935. p. 45-123.

BARBADO, Manuel. **Introducción a la psicología experimental**. 2. ed. Madrid: Instituto Luís Vives de Filosofía, 1943. 675 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002. 225 p.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1990. 127 p.

BECKER, Howard Saul. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4. ed. Tradução Marco Estêvão e Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1999. 178 p.

BRENNAN, Robert Edward, O. P. **Psicología general**. Trad. Antonio Linares Maza. 2. ed. Madrid: Morata, 1969.

_____. **Psicología tomista**. Trad. Efren Villacorta Saiz, O. P. Revisão José Fernandez Cajigal, O. P. Ed. atualizada pelo Autor. Barcelona: Editorial Científico Médica, 1960.

BOETHIUS, Anicius Manlius Torquatus Severinus. Liber de persona et duabus naturis contra Eutychem et Nestorium, ad Joannem Diaconum Ecclesiae Romanae. In: MIGNE, Jacques Paul. **Patrologia Latina**. Paris: Migne, 1847. col. 1337-1354. 1628 col. Disponível em: <http://www.documentacatholicaomnia.eu/02m/0480-0524,_Boethius._Severinus,_Liber_De_Persona_Et_Duabus_Naturis_Contra_Eutychem_Et_Nestorium,_MLT.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2012.

BROCHADO, Maria. Prolegômenos à ética ocidental. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, v. 73, n. 4, p. 61-73, 2009. Disponível em: <<http://revista.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/637.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

BUTERA, Giuseppe. Second harvest: further reflections on the promise of the Thomistic Psychology. **Philosophy, Psychiatry, & Psychology**, v. 17, n. 4, p. 377-383, Dec. 2010a.

_____. Thomas Aquinas and cognitive therapy: an exploration of the promise of the Thomistic Psychology. **Philosophy, Psychiatry, & Psychology**, v. 17, n. 4, p. 347-366, Dec. 2010b.

CAMPOS, Luiz Fernando de Lara. **Métodos e técnicas de pesquisa em psicologia**. 4. ed. Campinas: Alínea, 2008. 154 p.

CAMPOS, Anna Maria de Souza Monteiro; COSTA, Isabel de Sá Affonso da. Espaços e caminhos para a pesquisa em administração: estimulando a prática da reflexividade. **Revista de Administração Pública** [online]. Rio de Janeiro, v. 41, p. 37-48, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v41nspe/a03v41sp.pdf>>. Acesso em 16 maio 2011.

CANTIN, Stanislas. **Précis de psychologie thomiste**. Québec: Université Laval, 1948. 173 p.

CAVALCANTI NETO, Lamartine de Hollanda. Repercussões éticas do processo psicológico de formação de certezas: um enfoque tomista. In: CONGRESSO INTERNACIONAL VIRTUAL DE PSIQUIATRIA E NEUROCIÊNCIAS – INTERPSIQUIS, 12, fev. 2011. Disponível em: <<http://www.bibliopsiquis.com/bibliopsiquis/bitstream/10401/2472/1/14conf949961.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2011.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2006. 424 p.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2008. 164 p.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. (12ª tiragem). São Paulo: Atlas, 1995. 294 p.

DERISI, Octavio Nicolás. **La palabra**. Buenos Aires: Emecé, 1978. 292 p.

_____. **Tratado de existencialismo y Tomismo**. Buenos Aires: Emecé, 1956. 501 p.

DESCARTES, René. **Discurso do método e regras para a direção do espírito**. Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2000. 144 p.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução Gilson César Cardoso de Souza. Rev. Rosane Scoss Nicolai e Saulo Alencastre. 21. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. 174 p.

FAITANIN, Paulo Sérgio. **A gnosiologia tomista**. [20--]. Disponível em: <http://www.aquinate.net/portal/Tomismo/Filosofia/a-gnosiologia-tomista.php>. Acesso em: 15 jun. 2012.

FARGES, Albert; BARBEDETTE, Désiré. **Cours de philosophie scolastique**. 12. ed. Paris: Baston, Berche et Pagis, 1923. 554 p.

FERRATER MORA, José. **Dicionário de Filosofia**. 2. ed. Tradução Maria Stela Gonçalves et al. Rev. Renato da Rocha Carlos. São Paulo: Loyola, 2004. v. 3, 796 p.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. Tradução Octanny S. da Mota e Leônidas Hegenberg. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977. 488 p.

FLICK, Ume. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Sandra Netz. Rev. téc. Teniza da Silveira. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004. 312 p.

FOLSCHEID, Dominique; WUNENBURGER, Jean-Jacques. **Metodologia filosófica**. Tradução Paulo Neves. Rev. Eduardo Brandão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. 394 p.

GARDEIL, Henri Dominique. **Iniciação à filosofia de São Tomás de Aquino**. Tradução Wanda Figueiredo. São Paulo: Duas Cidades, 1967. 2 v.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206 p.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa em ciências sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999. 107 p.

GOMES, William B. Gnosiologia versus epistemologia: distinção entre os fundamentos psicológicos para o conhecimento individual e os fundamentos filosóficos para o conhecimento universal. **Temas em Psicologia**, v.17, n.1, p. 37-46 2009. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X2009000100005&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 jun. 2012.

GÜNTHER, Hartmut. Métodos de pesquisa em psicologia social. In: TORRES, Cláudio Vaz; NEIVA, Elaine Rabelo. (Orgs.). **Psicologia social: principais temas e vertentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 58-76.

_____. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio-ago. 2006.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNANDEZ-COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, Pilar. **Metodología de la investigación**. 4. ed. Mexico DF: McGraw-Hill, 2008. 501 p.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Tradução Lucimar A. Coghi Anselmi e Fúlvio Lubisco. São Paulo: Martin Claret, 2009. 540 p.

KAPLAN, Abraham. **A conduta na pesquisa: metodologia para as ciências do comportamento**. Tradução Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Herder, 1969. 440 p.

KUHN, Thomas Samuel. **The structure of scientific revolutions**. 3. ed. Chicago: University of Chicago Press,

1996. 212 p.

_____. **The copernican revolution**: planetary astronomy in the development of Western thought. Cambridge: Harvard University Press, 1957. 297 p.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia**. 3. ed. Tradução Fátima Sá Correia et al. Rev. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 1336 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 320 p.

LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. **Escritos de filosofia II**. Ética e cultura. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2000a. 295 p.

_____. **Escritos de filosofia V**. Introdução à ética filosófica 2. São Paulo: Loyola, 2000b. 246 p.

_____. **Escritos de filosofia IV**. Introdução à ética filosófica 1. São Paulo: Loyola, 1999. 488 p.

LINDWORSKY, Johannes. **Experimental psychology**. Tradução Harry R. de Silva. New York: Macmillan, 1931. 406 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 225 p.

MAY, Tim. **Pesquisa social**. Questões, métodos e processos. Tradução Carlos Alberto Silveira Netto Soares. Rev. téc. Soraya Maria Vargas Cortes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004. 288 p.

MELTZOFF, Julian. **Critical thinking about research: psychology and related fields**. Washington: American Psychological Association, 1998. 297 p.

MERCIER, Desiré Joseph. **Curso de filosofia**. Psicología. Buenos Aires: Anaconda, 1942. 718 p.

MONDIN, Battista. **La metafisica de S. Tommaso d'Aquino e i suoi interpreti**. Bologna: Studio Domenicano, 2002. 544 p.

_____. **Dizionario enciclopedico del pensiero di San Tommaso d'Aquino**. 2. ed. Bologna: Studio Domenicano, 2000. 764 p.

_____. **O homem: quem é ele?** Elementos de antropologia filosófica. 5. ed. Tradução R. Leal Ferreira e M. A. S. Ferrari. Rev. Danilo Morales. São Paulo: Paulinas, 1980. 319 p.

MORAL, Irineo Gonzalez. **Metodología**. Santander: Sal Terrae, 1960. 241 p.

POPPER, Karl Raimund. **A lógica da pesquisa científica**. Tradução Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1972. 567 p.

POTTER, Van Rensselaer. Getting to the year 3000: can global bioethics overcome evolution's fatal flaw? **Perspectives in biology and medicine**, v. 34, n. 1, p. 89-98. 1990.

REA, Louis M.; PARKER, Richard A. **Metodologia de pesquisa**: do planejamento à execução. Tradução Nivaldo Montigelli Jr. Rev. téc. Otto Nogami. São Paulo: Pioneira, 2000. 262 p.

REGO, Pedro Costa. Hábito e liberdade. Algumas considerações sobre a natureza do ethos. **Síntese**, v. 22, n. 69, p. 179-192, 1995. Disponível em: <<http://faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/viewFile/1461/1827>>. Acesso em: 9 jun. 2012.

RIBEIRO NETO, Francisco Borba. Conhecimento e bioética. In: RAMOS, Dalton Luiz de Paula. (Org.). **Bioética**: pessoa e vida. São Caetano do Sul: Difusão, 2009. p. 73-85.

ROYO MARÍN, Antónío. **Somos hijos de Dios**. Misterio

de la divina gracia. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1977. 214 p.

_____. **Teología de la perfección cristiana**. 5. reimpressão da 1. ed. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1968. 991 p.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica**: guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 180 p.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 425 p.

SANTANA, Ildevagno Caetano. A resposta de Paul Ricoeur ao contratualismo hobbesiano e a impossibilidade de uma ética sem metafísica. **Pensar - Revista Eletrônica da FAJE**, v. 1, n. 1, p. 31-38, 2010. Disponível em: <http://faje.edu.br/periodicos/index.php/pensar/article/view/975/1408>>. Acesso em 21 jun. 2012.

SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence Samuel; COOK, Stuart Wellford. Explorando o mundo social. In: KIDDER, Louise H. (Org.). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**: delineamentos de pesquisa. Tradução José Roberto Malufe e Bernardete A. Gatti. 2. ed. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1987. v. 1, p. 1-10.

SEVERINO, Joaquim Antônio. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

TOMAZETTE, Marlon. A contribuição metodológica de Max Weber para a pesquisa em ciências sociais. **Universitas Jus**, Brasília, v. 17, jul./dez. 2008. Disponível em:

<<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/jus/article/viewFile/614/545>>. Acesso em: 12 maio 2011.

VERGNIÈRES, Solange. **Ética e política em Aristóteles: physis, ethos, nomos**. Tradução Constança Marcondes Cesar. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2003. 301 p.

VIEIRA, Sônia. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009. 162 p.

_____. **Como escrever uma tese**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 138 p.

_____.; HOSSNE, William Saad. **Metodologia científica para a área de saúde**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001. 192 p.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. Tradução Augustin Wernet. Introdução à ed. brasileira de Maurício Tragtenberg. São Paulo/Campinas: Cortez/EDUNICAMP, 1992. 2 v.

WOODS, John; ROSALES, Alirio. Virtuous distortion: abstraction and idealization in model-based science. In: MAGNANI, Lorenzo; CARNIELLI, Walter; PIZZI, Claudio. (Eds.). **Model-based reasoning in science and technology**: abduction, logic, and computational discovery. Berlim/Heidelberg: Springer-Verlag, 2010, p. 3-30. (Studies in Computational Intelligence, v. 314, 2010). Disponível em: <http://www.springerlink.com/content/978-3-642-15222-1/#section=786012&page=1&locus=0>. Acesso em: 4 dez. 2011.

ZARAGÜETA BENGOETXEA, Juan. **Los rasgos fundamentales de la psicología tomista**. Madrid: La Enseñanza, 1925. 39 p.

CAPÍTULO 5

PLASTICIDADE DO *ETHOS* E INSTINTO DE SOCIABILIDADE: UM ENFOQUE PSICOSSOCIAL TOMISTA

Trabalho apresentado no 15º Congresso Virtual de Psiquiatria – Interpsiquis, em fevereiro de 2014.

Resumo

A plasticidade do *ethos* é um tema interdisciplinar que, sob o prisma psicossocial, se apresenta ao mesmo tempo como um objeto de estudo novo e antigo. Novo, porque pesquisas que realizamos em onze bases de dados internacionais diferentes não foram capazes de identificar trabalhos diretamente voltados para o assunto. E antigo, porque atrai a atenção dos estudiosos, ao menos de forma tangencial, desde tempos remotos. Seu exame, entretanto, pode ajudar a aprofundar a compreensão de vários processos que são do interesse da Psicologia Social, tanto por suas repercussões sobre o psiquismo individual, quanto sobre a vida em sociedade. O presente trabalho tem por meta dar sequência a anteriores estudos nossos sobre a matéria, enfocando mais especificamente o papel do instinto de sociabilidade na formação, no desenvolvimento e nas modificações do *ethos*. Servimo-nos da Psicologia Tomista como instrumento de estudo, dada a utilidade que ela tem apresentado em nossas anteriores investigações.

Palavras-chave: Psicologia Social. Psicologia Tomista. Plasticidade do *ethos*. Instinto de sociabilidade.

Resumen

La plasticidad del *ethos* es un tema interdisciplinario que, bajo el prisma psicosocial, se presenta al mismo tiempo como un objeto de estudio nuevo y antiguo. Nuevo, porque encuestas que realizamos en once bases de datos internacionales diferentes no fueron capaces de identificar trabajos directamente vueltos para el asunto. Y antiguo, ya que atrae la atención de los estudiosos, al menos tangencialmente, desde tiempos remotos. Su análisis, sin embargo, puede ayudar a profundizar la comprensión de diversos procesos que son de interés para la Psicología Social, tanto por su impacto en la psique individual, como sobre la vida en sociedad. El objetivo de este trabajo es dar continuidad a anteriores estudios nuestros sobre el tema, centrándose más concretamente en el papel del instinto de la sociabilidad en la formación, en el desarrollo y en el cambio del *ethos*. Empleamos la Psicología Tomista como herramienta de estudio, dada la utilidad que ella ha demostrado en nuestras anteriores investigaciones.

Palabras-clave: Psicología social. Psicología Tomista. Plasticidad del *ethos*. Instinto de la sociabilidad.

Abstract

The plasticity of *ethos* is an interdisciplinary topic that, under the psychosocial prism, presents itself simultaneously as an object of study new and old. New, because surveys I conducted in eleven different international databases were not able to identify works directly facing the theme. And old, because it attracts the attention of scholars, at least tangentially, since ancient times. Its examination, however, can help deepen the understanding of several processes that are of interest to Social

Psychology, for its impact on the individual psyche, and on the life in society as well. This work is aimed at following up my previous studies on the subject, focusing more specifically the role of the instinct of sociability in the formation, development and changes of *ethos*. I use the Thomistic Psychology as a tool of study, given the usefulness it has shown in my aforementioned previous investigations.

Keywords: Social Psychology. Thomistic Psychology. Plasticity of *ethos*. Instinct of sociability.

Introdução

Desde os primórdios da História pode-se observar que os indivíduos e os grupos sociais constituem um conjunto de valores, opiniões e critérios que condicionam¹ decisivamente seu comportamento, suas escolhas, seus hábitos e costumes, a ponto de formar uma espécie de “ambiente” psicossocial para si mesmos.

As ciências que se ocupam com o ser e o acontecer humano não tardaram em dar um nome para esse processo: chamam-no de *ethos*. Seu conceito, entretanto, não é unívoco. Termo polissêmico desde sua origem na antiguidade clássica, sua precisa definição é motivo de discussões teóricas até hoje.²

¹ Para efeitos de desambiguação, convém esclarecer que empregamos o verbo “condicionar”, neste texto, sempre na acepção com que é usado na linguagem corrente, e não no sentido técnico que lhe pode ser atribuído no Behaviorismo clássico ou no skinneriano, por exemplo.

² Para não desviar o foco do presente artigo, remetemos o leitor interessado no estudo do conceito do *ethos* à tese de doutorado em bioética que tivemos ocasião de defender em agosto de 2012,

O *ethos* humano, seja enquanto fenômeno individual, seja enquanto fato social, é uma realidade complexa, que pode ser mais bem entendido quando consideramos suas propriedades. Um dos estudos nacionais mais referenciados sobre estas últimas é-nos oferecidos por Lima Vaz (1999).

Ele propõe a existência das seguintes propriedades do *ethos*: dualidade estrutural; moradia ou ambiente simbólico; tendência (básica) para a estabilidade; assimilatividade; transmissibilidade; historicidade; e, por fim, plasticidade, sobre a qual deteremos mais especialmente a nossa atenção.

Não é preciso ser muito observador para constatar que as pessoas e os grupos sociais variam constantemente de opiniões, atitudes, valores, de *ethos* enfim, ainda que com intensidades, frequências e periodicidades diferentes. Tais mudanças apresentam consequências de maior ou menor monta, podendo variar desde simples substituições de hábitos musicais ou indumentários, por exemplo, até grandes transformações sociais, culturais e políticas, nem sempre pacíficas. Donde se depreende a importância do seu estudo.

A plasticidade do *ethos* é, entretanto, um tema muito amplo. Esta vastidão nos obriga a focalizar neste trabalho, de modo predominantemente teórico, apenas um de seus principais aspectos que é o papel do instinto de sociabilidade na sua gênese e desenvolvimento.

intitulada “Contribuições da Psicologia Tomista ao estudo da plasticidade do *ethos*”, na qual examinamos mais detidamente a questão (CAVALCANTI NETO, 2012). Outros tópicos tratados mais adiante também poderão ser aprofundados mediante a consulta ao referido estudo. A íntegra da mencionada tese está disponível na internet em: <<https://philpapers.org/rec/CAVCDP-2>>.

Originalidade e paradoxal antiguidade do tema

Dada a importância e as repercussões da matéria, seria de esperar que houvesse um considerável número de estudos acadêmicos sobre a mesma. Entretanto, o levantamento bibliográfico que tivemos ocasião de realizar a respeito revelou uma surpreendente escassez de estudos diretamente voltados para ela.

Consultamos 11 bases de dados informatizadas internacionais,³ servindo-nos do unitermo “plasticidade do *ethos*”, e repetimos a busca em 7 dessas bases de dados com vários unitermos conexos (tais como metamorfoses do *ethos*, transformações no *ethos*, mutabilidade do *ethos*, transformabilidade do *ethos* e outros, ambas as pesquisas realizadas utilizando os principais idiomas vivos). Tal levantamento, contudo, não nos permitiu identificar nenhum estudo expressamente voltado para o processo que aqui nos interessa.

Essas buscas foram realizadas em diversos momentos de nossa investigação, ao longo do ano de 2011. Para efeitos de registro e documentação, foram renovadas no final de março de 2012, com exceção das pesquisas nas bases de dados da USA Library of Congress e da Japanese Institutional Repositories On Line, que foram realizadas em junho de 2012 com o fim de ampliar o levantamento. Levamos em conta, ainda, peculiaridades

³ As bases de dados consultadas foram as seguintes: *American Anthropological Association (AAANET)*, *American Psychological Association (APA)*, *Cognitive Sciences Eprint Archive (COGPRINTS)*, *Japanese Institutional Repositories On Line (JAIRO)*, *Journal Storage (JSTOR)*, *United States Library of Congress*, *Science Direct*, *Scopus*, *Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (REDALYC)*, *Philosophers' Index*, *Scientific Eletronic Library Online (SCIELO.ORG)*.

gramaticais da língua inglesa que nos obrigaram a consultar vários tradutores e a adaptar a pesquisa com vistas a assegurar a sua abrangência.⁴

O resultado dessa extensa pesquisa, embora não nos permita concluir que não existam, em absoluto, estudos específicos sobre o tema, facultou-nos, pelo menos, constatar a sua originalidade enquanto objeto de estudo direto ou explícito.

Um assunto pode ser enfocado, entretanto, de diversos modos. Uma maneira básica seria, para servir-nos de uma linguagem analógica, a abordagem “perpendicular” da questão, que é a que tivemos em vista no mencionado levantamento bibliográfico. Outra forma de abordagem poderia ser chamada de “tangencial”, isto é, a análise de um tema que perpassa por outros tangencialmente, com “ângulos de incidência” diversos, ainda que de modo indireto, conexo ou apenas relacionado com eles, em diferentes níveis.

Vista sob esse aspecto “tangencial”, a plasticidade do *ethos* é um tema que se faz presente numa quantidade incomensurável de outros. Mais ainda, ela se revela objeto da atenção humana desde tempos imemoriais. Podemos observá-la desde os primórdios do registro historiográfico, como, por exemplo, na descrição bíblica das mudanças ético-comportamentais dos primeiros seres humanos, e em quase todas as outras consignadas ao longo dos diversos livros do Antigo Testamento.

Ou ainda nos primeiros códigos legislativos de que se tem notícias, como o de Ur Nammu (cerca de 2050 a.C.), o de Eshnunna (c. 1930 a.C.), ou o de Hamurabi

⁴ Os resultados dessas pesquisas estão registrados na tese de doutorado a que nos referimos na nota de nº 2 deste capítulo.

(1700 a.C.), pois não seria necessário haver códigos de conduta se esta não estivesse sujeita a mudanças, em geral precedidas por modificações do *ethos*.

Na remota Antiguidade grega, podemos encontrar o tema em trechos ou na estrutura da *Ilíada* e da *Odisseia*, de Homero, quando retrata a mutabilidade de critérios éticos muitas vezes subjacentes aos conflitos humanos, militares ou não. Pois, como assevera Vergnières (2003, p. 15), “não deixa de ser verdade que a ideia de ‘ética’ entendida no sentido de conjunto de costumes coletivos não é estranha a Homero”. Observamo-lo em obras posteriores, como *Édipo Rei*, ou *Prometeu*, ou nas tragédias em que Eurípedes (cerca de 480-406 a.C.) procurava representar as mudanças de valores e tradições dos gregos.

Caso passemos da literatura para os filósofos helênicos, também podemos notar a presença do tema desde os mais remotos pré-socráticos, apesar de sua filosofia ter sido “dominada pelo problema cosmológico” (ABBAGNANO, 2006, v. 1, p. 27). Como ressalta este mesmo autor:

Ao lado dos primeiros lampejos da filosofia na cosmologia do mito e nos mistérios está a primeira apresentação da reflexão moral na lenda dos Sete Sábios [...] A eles se atribuem breves sentenças morais (de aí terem sido chamados Gnomas), algumas das quais se tornaram famosas. [...] Como se vê, essas frases são todas de natureza prática ou moral e demonstram que a primeira reflexão filosófica na Grécia foi direta à sageza da vida mais que à pura contemplação. (ABBAGNANO, 2006, v.1, p. 21).

A partir de Sócrates (cerca de 469 a.C. – 399 a.C.), cujo pensamento foi registrado nas obras de seus discípulos, a consideração do assunto passa a se tornar cada vez mais evidente entre os filósofos gregos. Vemo-lo, por exemplo, na alegoria da caverna, na metáfora dos fantoches ou nos escritos sobre a ética de Platão (c. 428 ou 427 a.C. – 348 ou 347 a.C.) e, muito mais ainda, em diversas passagens da vastíssima obra de Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.), em especial na *Ética a Nicômaco*, nos seus livros sobre a Política, a Retórica ou a Alma. Encontramo-lo ainda nos diversos sofistas, pois toda a sua atividade persuasiva tomava como pressuposto a mutabilidade de critérios conceituais e éticos dos seus interlocutores.

Se nos voltamos para os clássicos romanos, deparamo-nos com o tema em oradores e literatos como Cato (c. 234 a.C. – 149 a.C.), Catulo (c. 87 ou 84 a.C. – 57 ou 54 a.C.), Cícero (106 a.C. – 43 a.C.), Horácio (65 a.C. – 8 a.C.), Lucrécio (c. 99 a.C. – 55 a.C.), Ovídio (43 a.C. – 17 ou 18 d.C.) ou Virgílio (70 a.C. – 19 a.C.), que se singularizaram por saber retratar e manipular a mutabilidade do *ethos* de seus ouvintes e leitores. Dentre os filósofos romanos, podemos encontrá-lo em textos de Marco Aurélio (121 d.C. – 180 d.C.), Rufo (30 d.C. – 102 d.C.), Sêneca (4 a.C. – 65 d.C.) ou Varrão (116 a.C. – 27 a.C.), entre outros.

O advento do Cristianismo representa um marco histórico para a visibilidade do tema, por conta da profundidade, disseminação e estabilidade das mudanças operadas nos *ethes* dos indivíduos e dos grupos sociais. A paulatina transformação de uma estrutura social baseada na escravidão, na violência e na crueldade, hegemônicas no mundo pagão, em uma sociedade baseada na caridade é

um dos maiores testemunhos da existência da plasticidade do *ethos*. E por isso, todas as obras teológicas, filosóficas, literárias ou artísticas que se ocuparam de tais mudanças não podem deixar de se reportar ao assunto, de uma forma ou de outra.

Assim, podemos observá-lo perpassando todo o Novo Testamento, bem como em quase todos os autores que se ocuparam, sob esse prisma, do governo e do aperfeiçoamento do *ethos* e da conduta humana. Notamo-lo particularmente nos escritos dos Padres da Igreja, tanto do Oriente como do Ocidente, dentre os quais se destaca Santo Agostinho (354 – 430), ele mesmo exemplo vivo dessa mutabilidade do *ethos*, ao transformar-se de pagão e maniqueu em Doutor da Igreja e inspirador do pensamento cristão para os séculos futuros.

A plasticidade do *ethos* não poderia deixar de se fazer notar em muitas das obras características da Idade Média, cujo dinamismo, examinado por medievalistas de peso como Le Goff (2009) e Pernoud (1977), fazem-na transparecer não somente nos trabalhos escritos, mas também nas artes, na arquitetura, na organização social e até no imaginário popular.

Com um *ethos* marcado pela transcendentalidade, boa parte dos autores dessa quadra histórica se ocupa de temas que envolvem, em maior ou menor grau, a mutabilidade ética do ser humano, seja sob o enfoque teológico, seja sob o filosófico ou o político, como destacam, entre muitos outros, Fernández (1980) ou Fraile (2006), a ponto de tornar pouco praticável a citação de autores desse período, dada a quantidade de nomes que seria preciso registrar.

A Teologia e a Filosofia escolásticas, marcadas pela vastíssima Obra de São Tomás de Aquino (1227 – 1274),⁵ também contemplam o assunto sob diversos ângulos, e de tal maneira, que pode servir de referencial teórico para estudá-lo, como tivemos já ocasião de examinar em outros trabalhos (CAVALCANTI NETO, 2008, 2012).

A ruptura, longamente gestada, da Idade Moderna com o *ethos* medieval refletiu-se, do mesmo modo, na literatura e nas demais manifestações culturais. O retorno, nesse período histórico, aos diversos *ethe* da antiguidade pagã desligou o *ethos* medievo de suas balizas escolásticas, promovendo uma revolução nas tendências, nos costumes, nas ideias, nas artes, na política e nas estruturas sociais, que vêm num crescendo até os dias atuais. Fato somente possível, cumpre ressaltar, dada a plasticidade dos *ethe* envolvidos nessas transformações.

Isso tornou essa mesma mutabilidade cada vez mais dinâmica, intensa e, portanto, observável, seja como fundo de quadro, seja como integrante do contexto social, seja como objeto da atenção dos autores teológicos, literários e filosóficos, sempre com graus variados de “tangencialidade” de abordagem.

É por isso que podemos observá-la nos escritos de autores como Dante (1265 – 1321) ou Petrarca (1304 – 1374), passando por Cervantes (1547 – 1616), Erasmo (1466 – 1536), Maquiavel (1469 – 1527), ou em quase todos os que trataram de questões religiosas nesse período,

⁵ As obras de São Tomás referenciadas no final deste texto são apenas uma pequena parte desse conjunto. Registram tão somente aquelas de que nos servimos, mais direta ou indiretamente, para o presente estudo.

desde Lutero (1483 – 1546) ou Wycliffe (1328 – 1384) até os grandes expoentes da Contrarreforma, como Santo Inácio de Loyola (1491 – 1556) ou Santa Teresa de Jesus (1515 – 1582), entre inúmeros outros.

Do mesmo modo, o tema não poderia estar alheio aos escritos dos seus filósofos mais conhecidos, como Bacon (1561 – 1626), Hobbes (1588 – 1679), Descartes (1596 – 1650), Pascal (1623-1662), Espinosa (1632 – 1677), Locke (1632 – 1704), Leibniz (1646 – 1716), Berkeley (1685– 1753), Hume (1711 – 1776) ou Kant (1724 – 1804), para apresentá-los numa sequência mais ou menos cronológica, muitos deles tomados como marcos das reformulações do *ethos* que se consolidaram nos tempos seguintes.

O mesmo fenômeno de ruptura com as balizas ético-morais⁶ prévias, que propiciou um aumento da evidência da plasticidade do *ethos* na Idade Moderna, atingiu uma espécie de paroxismo na contemporânea, seja nos comportamentos individuais, seja nos acontecimentos e transformações sócio-econômico-políticas, seja na produção filosófica, artística ou científica. Pelo que seria necessário dispor de um espaço que ultrapassaria completamente os limites deste artigo para indicar a presença do tema apenas naquelas obras ou eventos mais paradigmáticos da contemporaneidade.

Ainda que limitássemos tal análise a alguns dos seus principais protagonistas, como os integrantes do

⁶ Empregamos esta expressão de modo conjugado para não termos de entrar, neste artigo, na discussão entre a homogeneidade ou heterogeneidade de significado entre os conceitos de “moral” e de “ética”. Como já tivemos ocasião de examinar o assunto mais detidamente em outro trabalho (CAVALCANTI NETO, 2011), remetemos ao mesmo o leitor interessado.

movimento iluminista, ou os do complexo universo dos filósofos alemães que eclodiu a partir do século XVIII, cujas derivações marcaram indelevelmente as duas centúrias seguintes, principalmente a partir de Hegel (1770 – 1831), Marx (1818 – 1883) e Engels (1820 – 1895), precisaríamos redigir praticamente um novo artigo para cada personagem.

O mesmo se diga se focássemos nossa atenção nas múltiplas modificações comportamentais, econômicas, sociais, políticas e geopolíticas desse período histórico, bem como sobre a importância e o papel que progressivamente sobre elas foram assumindo todas as teorias, tecnologias e, sobretudo, práticas de persuasão, de marketing e de propaganda. Seria mesmo necessário um estudo à parte para avaliar as relações entre a eclosão e desenvolvimento dos diversos tipos de mídias e as concomitantes modificações nos *ethe* individuais e sociais.

De tal modo esse fervilhar filosófico, artístico, científico, social e político tornou patente a capacidade do ser humano de mudar ativa, passiva ou até febrilmente o seu *ethos*, que dificilmente podemos encontrar uma obra (não estritamente técnica) ou acontecimento nos séculos XX e XXI nos quais, de algum modo, não seja possível identificar uma forma de manifestação dessa plasticidade.

Por essa razão, e para não nos estendermos ainda mais sobre este ponto, limitamo-nos a remeter o leitor interessado numa análise mais detalhada da questão na Idade Contemporânea à tese doutoral referida na nota de número 2.

Interdisciplinaridade e metodologia de estudo

Essa multiplicidade de ângulos pelos quais o *ethos* e a sua dinamicidade vêm atraindo a atenção dos estudiosos ao longo dos tempos, ainda que tangencialmente, tem como corolário evidente que várias ciências interajam para estudá-lo. E por isso se pode afirmar que o tema é abordável de forma não somente interdisciplinar, mas também multi e transdisciplinar, no sentido de que não somente abrange várias disciplinas, como necessita ser por elas examinado transversal e longitudinalmente, numa sistemática de mútua colaboração.

Essa sua característica talvez esteja na raiz da escassez de estudos explícitos sobre o tema, pois dá ocasião a consideráveis dificuldades metodológicas. E explicaria, por outro lado, o porquê de tantos ângulos de visão diferentes nas diversas abordagens “tangenciais”, como são o teológico, o filosófico, o literário, o artístico, o antropológico, o sociológico, o psicológico, o político, entre outros. Tal dificuldade metodológica deu-nos ocasião, aliás, de examinar a eficácia da Psicologia Tomista enquanto instrumento de estudo para a plasticidade do *ethos* (CAVALCANTI NETO, 2012, 2013), razão pela qual a adotaremos aqui, remetendo o leitor interessado nessa demonstração aos referidos estudos.

O instinto de sociabilidade segundo o enfoque tomista

Dada a impossibilidade de resumir aqui toda a Psicologia Tomista, abordaremos sinteticamente apenas aspectos relevantes da mesma sobre o instinto de sociabilidade. Para isso faz-se necessário recordar alguns conceitos básicos.

A Psicologia Tomista é uma psicologia filosófica. Não que ela seja incompatível com a epistemologia e a metodologia experimental. Tanto que um livro clássico dessa corrente na primeira metade do Século XX intitulava-se *Introducción a la psicología experimental* (BARBADO, 1943), e estudos que tivemos ocasião de conduzir (CAVALCANTI NETO, 2012) identificaram vários trabalhos empíricos atuais de alta qualidade científica que corroboram, de modo ora mais, ora menos direto, o referencial teórico tomista na matéria.

O contexto histórico-epistemológico em que o Aquinate desenvolveu sua Obra, contudo, era eminentemente filosófico, bem como, por influência sua e do seu mestre e precursor, Santo Alberto Magno (1193 ou 1206 – 1280), de cunho marcadamente aristotélico. Onde a necessidade de compreender alguns dos conceitos básicos de Aristóteles de Estagira (384 – 322 a.C.) para se situar na Psicologia Tomista.

Esta se fundamenta, portanto, na metafísica aristotélica, a qual parte de alguns conceitos fundamentais como substância e acidente, matéria e forma, ato e potência. Segundo Aristóteles (2005), os seres contingentes, isto é, aqueles que podem deixar de existir, apresentam atos e potências em sua natureza. Um ato se realizará se um determinado ente⁷ tiver o potencial de

⁷ Como este artigo não está dirigido exclusivamente ao público filosófico especializado, empregamos nele os termos “ser” e “ente” no sentido em que são mais geralmente entendidos, isto é, com significados equivalentes. Convém ter presente, porém, que há escolas que discutem os respectivos significados. O leitor interessado em aprofundar a questão recorrendo diretamente a São Tomás de Aquino (2011b) poderá encontrar abundantes subsídios na leitura do seu livro *De ente et essentia*.

realizá-lo. Em outros termos, nos seres contingentes, todo ato é, em certo sentido, precedido por uma potência.

Aplicando essa doutrina ao ser humano, Aristóteles (2011) identificava distintas potências que nos propiciam os diversos tipos de atos que praticamos. Vale notar que ele já empregava um método autenticamente científico como é a observação sistemática, tanto exterior, quanto interior (introspecção).⁸ Esta sua concepção persiste até nossos dias, apenas com uma terminologia um pouco diferente, pois quando falamos de faculdades mentais e físicas, estamos nos referindo às potências humanas.

Em seus escritos, São Tomás de Aquino adotou e desenvolveu essa concepção aristotélica que pode ser resumida, em termos muito sintéticos, do seguinte modo. O homem apresenta três ordens de potências, que lhe facultam os atos de suas três modalidades de vida: a racional, a sensitiva e a vegetativa.

A ordem racional, que é própria aos seres humanos, apresenta o gênero de potência cognoscitivo (ou cognitivo), que tem como espécie a potência intelectual ou inteligência, a qual nos faculta entender a essência dos seres, formular juízos e raciocínios. A ordem racional inclui também o gênero de potência apetitivo, cuja espécie é o apetite racional ou vontade.

A ordem de potências sensitivas, que existe também nos animais irracionais, inclui, do mesmo modo, o gênero cognitivo e o apetitivo, mas suas espécies de potências são diversas. A potência cognitiva sensitiva abrange os sentidos externos (visão, audição, olfato,

⁸ Sobre essa questão veja-se, por exemplo, Barbado (1943), que defende a tese de que Aristóteles foi o fundador da metodologia científica, e cita vários outros autores em abono da sua opinião.

paladar e tato) e os sentidos internos, que são o sentido comum (que nos propicia a percepção), a imaginação, a memória e a cogitativa. Esta última é a potência que nos viabiliza a realização dos atos instintivos, desde os mais simples até os mais complexos, como logo veremos.

Já a potência apetitiva sensitiva subdivide-se em apetite concupiscível, quando se volta para a aquisição de bens fáceis de obter ou males fáceis de evitar, e o irascível, quando para os difíceis ou árduos de obter e/ou evitar. O apetite sensitivo tem como ato o que São Tomás denominava paixões, e a terminologia moderna chama de emoções. A ordem sensitiva inclui ainda o gênero locomotor, que tem como espécie a potência locomotora, que nos permite executar as decisões da vontade, moduladas pelos influxos das emoções.

Por fim, a ordem vegetativa inclui o gênero vegetativo, o qual contém a potência vegetativa, comum a todos os seres vivos desde os vegetais, e que lhes permite nutrir-se, desenvolver-se e reproduzir-se.

A potência cogitativa e os instintos

Os sentidos internos abrangem, portanto, a potência cogitativa, e dentre os atos que ela nos faculta estão os instintos. Estes últimos são alvo de muita atenção por parte dos diversos ramos das ciências de saúde atuais. O mesmo já não se pode dizer da potência cogitativa, apesar dela ser a origem ontológica da atividade instintiva. Em outros termos, quase não existem pesquisas científicas sobre ela.

Ora, dentre as finalidades da ciência está estudar as relações de causa e efeito entre os diversos objetos e fatos,

portanto, entre os atos e as potências. Donde se depreende a conveniência do aprofundamento do seu estudo.

Dentre os instintos, destaca-se, por sua importância para a Psicologia Social, o de sociabilidade. Estudar este instinto do ponto de vista de sua origem ontológica importa, portanto, em investigar a cogitativa. E para isso a Psicologia Tomista tem se revelado um eficaz instrumento de estudo, como logo veremos.

Brennan (1969, p. 233) sintetiza o conceito de cogitativa formulado por São Tomás (cf. Suma Teológica, P. I, q.78, a. 4) como sendo “a faculdade de perceber, sem exercício ou experiência prévia, tanto as coisas úteis como as nocivas para o organismo”.

A prova de sua existência pode ser dada por nossa própria experiência pessoal. Quando percebemos um objeto que pode nos ser nocivo, como um animal agressivo ou uma substância em putrefação, não sentimos atração por ele, enquanto o contrário ocorre na presença de um alimento nutritivo ou de uma habitação agradável. E isto sem a necessidade da menor aprendizagem prévia.

Podemos dizer, portanto, que, do ponto de vista cognitivo, a função da cogitativa é captar as relações concretas existentes entre os objetos, para avaliar seu valor ontobiológico, isto é, sua utilidade ou nocividade para o próprio ser, e que tal conhecimento se situa num nível pré-racional, embora inteiramente harmonizável com a razão.

Do ponto de vista da ação concreta, tal conhecimento está na raiz de uma série de reações fisiológicas que visam à manutenção da vida e do seu equilíbrio, conhecida como atividade instintiva.

Para retomar o exemplo, em presença do animal agressivo desencadeamos nosso instinto de luta ou fuga, e em face do alimento, o instinto de nutrição.

Baseando-se em São Tomás, Brennan (1969) identifica três elementos constitutivos dessa atividade. O cognitivo, que é o conhecimento (sensitivo, no caso dos animais, e ligado ao racional, no dos seres humanos) da utilidade ou nocividade de um objeto; o emotivo, que é a experiência de uma emoção como resultado desse conhecimento e está ligado ao apetite sensitivo; e o elemento motor ou cinético, que se manifesta através de uma conduta motora. Esta variará segundo a natureza do conhecimento e das emoções que a originam, e está relacionado com a potência locomotora.

Como consequência dessa tripla composição, Brennan (1969) observa que o processo instintivo, desencadeado pela cogitativa, obedece a determinadas etapas, que, em suas linhas gerais, são as seguintes:

1ª) Senso-percepção, que mobilizará a imaginação, fornecendo imagens do que se pode ou se deve fazer. É por isso que, ao percebermos algo que nos será de algum modo útil, logo nos imaginamos fazendo o que é necessário para obtê-lo, e inversamente no caso da percepção do inútil ou nocivo.

2ª) Baseado nessas imagens, um conhecimento estimativo, isto é, que gosta ou não gosta do objeto. Vale notar que se trata de um conhecimento ainda apenas sensitivo, embora no homem logo entre em ação o intelecto.

3ª) Uma emoção ou um conjunto de emoções correspondentes a este conhecimento, em geral do tipo amar ou odiar, desejar ou rejeitar.

4^a) Essas emoções determinam ou condicionam uma conduta motora, ou seja, o agir para obter ou evitar o objeto, segundo o seu valor ontobiológico. Naturalmente, no ser humano, a inteligência e a vontade podem interferir em qualquer etapa do processo, e por isso elas nem sempre seguirão rigidamente essa sequência, podendo apresentar múltiplas variações que dependerão das circunstâncias concretas.

É por essa razão que, no seu elemento cognoscitivo, devido à interação da inteligência, os instintos são mais facilmente modificáveis. Em seu componente emocional, movido pelos apetites sensitivos, que são desencadeados pelo conhecimento sensitivo pré-racional, os instintos são muito menos modificáveis. Uma pessoa continuará gostando de um doce muito apetitoso, mesmo tendo decidido não comê-lo porque que sua razão lhe mostra que ele lhe é nocivo por ser diabético.

É em seu elemento motor, contudo, que os instintos são mais facilmente moduláveis, pois sobre ele a inteligência e a vontade podem atuar com maior eficácia. E por isso a mesma pessoa do exemplo não terá dificuldade de se afastar fisicamente do doce que lhe é nocivo, como modo de diminuir a intensidade do apelo instintivo.

Isso explica também porque os animais, carentes de inteligência, têm seus instintos muito menos modificáveis e dependam muito mais deles para a sua sobrevivência. E que, no homem, a principal característica dos instintos seja a sua plasticidade, remota raiz da modificabilidade do *ethos*, dado o papel que os instintos, mormente o de sociabilidade, têm em sua formação.

Classificação tomista dos instintos

Lastreado em São Tomás e em aportes do psicólogo inglês William McDougall (1871 – 1938), Brennan (1969) nos oferece uma classificação dos instintos, delineada do ponto de vista do seu componente emocional. Ele os divide em emocionalmente diferenciados e indiferenciados.

Os instintos indiferenciados são os relacionados com a sobrevivência, a alimentação e a reprodução, nos quais o caráter imperativo das emoções é mais forte, por haver uma predominância do apetite sensitivo irascível, embora o concupiscível também possa se fazer presente.

Os emocionalmente diferenciados são aqueles em que as emoções, embora vivas, são mais moduláveis por haver uma predominância do apetite sensitivo concupiscível. Entre os diferenciados ele situa os instintos relacionados com a preparação do organismo para a defesa em situações especiais, como o temor, a fuga, a luta, a repulsa, a autoafirmação, a curiosidade, o instinto paterno e materno, entre outros.

Ele considera ainda, neste grupo, a existência de um subgrupo no qual as emoções são ainda mais diferenciadas e têm relação com a vida intelectual-social do indivíduo, onde se inserem a imitação, a recreação, a sugestão e a simpatia, que são mais relacionados, portanto, com o instinto de sociabilidade.

Outro modo de classificar os instintos segundo a Psicologia Tomista é reuni-los em três grupos: os vegetativos, os sensitivos e os intelectivos. Brennan (1969) os correlaciona com a classificação anterior, considerando como instintos vegetativos aqueles que têm a ver com a vida vegetativa, ou seja, a nutrição, o

desenvolvimento e a reprodução. Como sensitivos os que estão relacionados com a vida sensitiva ou animal, englobando, de certa forma os instintos vegetativos. E como intelectivos os que dizem respeito às atividades mais especificamente humanas, incluindo as que pertencem ao último subgrupo dos emocionalmente diferenciados.

Convém observar que tais classificações, bem como as oferecidas por outras escolas, não são aplicáveis segundo esquemas rígidos, pois elas têm uma finalidade primordialmente didática. Na prática, todos os instintos interagem de forma sinérgica, sejam mais, ou menos diferenciados, mais, ou menos relacionados com os diversos níveis biológicos de vida do ser humano. Sem embargo do que, as distinções oferecidas pelo enfoque tomista contribuem inegavelmente para a compreensão dessa complexa realidade humana.

Cogitativa e instinto de sociabilidade

Para mantermo-nos dentro dos objetivos do presente estudo, restringiremos o exame do instinto de sociabilidade ao enfoque especificamente tomista, deixando a análise das demais escolas para ocasião mais oportuna. Pela mesma razão, nos dispensaremos da explicação de alguns conceitos básicos da Psicologia Social que serão utilizados, tomando como pressuposto que nosso leitor já os domina, ou que pode facilmente identificá-los em glossários e/ou autores especializados.⁹

⁹ Como, por exemplo, Atkinson et al. (2007), Bandura (1961, 1963, 1979), Braghirolli et al. (2005), Braghirolli, Pereira e Rizzon (1994), Edwards (1995), Festinger (1975), Festinger e Carlsmith (1959), Hamlin, Wynn e Bloom (2007), Lippmann (2008), Newcomb, Turner e Converse (1965), Olmsted (1970), Papalia e Olds (1988), Rodrigues,

Se o conjunto da atividade instintiva nasce na potência cogitativa, o instinto de sociabilidade também tem nela a sua origem. E não é difícil entender o porquê. A cogitativa nos mostra o que convém e o que não convém para a manutenção da vida. Em condições normais, essa manutenção é facilitada pela presença de outros elementos da mesma espécie, e dificultada pela sua ausência ou deficiência. E por isso, a grande maioria das espécies animais, mesmo as mais rudimentares, tende a viver em grupos.

Como o conhecimento cogitativo precede o racional, essa necessidade de companhia se faz sentir mesmo na criança que ainda não atingiu o uso da razão, e por isso, ao sentir-se sozinha ou desacompanhada daqueles a quem já conhece, ela externa o medo. E tenderá a se aproximar e a pedir auxílio, se já for capaz disso, àqueles que lhe demonstrem afeto e interesse. Tudo isso de maneira instintiva, sem necessidade de ensino prévio.

Atingido o uso da razão, a criança passará a formular juízos e raciocínios cada vez mais complexos, de modo a encontrar condições e maneiras que assegurem a proximidade daqueles que configuram seus grupos sociais, tanto primários, quanto secundários. Considerando que um grupo social é uma pluralidade de indivíduos que estão em “contato uns com os outros, que se consideram mutuamente, e que estão conscientes de que têm algo significativamente importante em comum” (OLMSTED, 1970,

Assmar e Jablonsky (2009), Rodrigues e Newcomb (1980), Sanderson (2009), Tarde (1922), Taylor, Peplau e Sears (2006), Torres e Neiva (2011) ou Wicklund (1974), que são alguns dos autores de cujos subsídios nos servimos nesse estudo, e que mencionamos aqui por razões metodológicas, em que pesem as discrepâncias de critérios e opiniões quanto a diversos aspectos de conteúdo.

p. 12), tais juízos e raciocínios se voltarão cada vez mais para este “algo significativamente importante em comum” – como, por exemplo, valores, crenças, convicções, símbolos, costumes – de modo a garantir a manutenção desse significado, ou conjunto de significados, para que a pessoa continue entre “os que se consideram mutuamente”, e “em contato” com os outros.

Assim, pouco a pouco, em função desse dinamismo, a pessoa tenderá a desenvolver os diversos tipos de processos grupais estudados pela Psicologia Social, de modo a consolidar sua posição nos diversos grupos a que pertence, seus níveis de status, seus papéis e suas variadas formas de adaptação para suplantar os conflitos de papéis, suas múltiplas manifestações de conformidade e/ou de dissidência, de modelagem e/ou imitação, em sua interação passiva e ativa com as diversas formas de liderança.

Nesse processo, adquirirão um papel cada vez mais decisivo os diversos tipos de julgamentos ético-morais que a pessoa venha a formular, explícita ou implicitamente, com suas consequentes atitudes e performances comportamentais. Estas, com o tempo, acabarão se transformando em hábitos e regras grupais, com as quais o indivíduo interagirá.

Desse modo, ao atingir a adolescência ou a primeira fase da idade adulta, normalmente a pessoa estrutura para si um entorno social complexo e abrangente no qual se integra, entorno este que será influenciado por motivações de incontáveis tipos, mas que remontam à necessidade básica de garantir a própria existência pessoal, mesmo que ela não se dê conta.

A consolidação dessa estrutura social de cada indivíduo é influenciada e fortemente condicionada pelo *ethos* que ele irá, concomitantemente, formando, modificando e adaptando. Trata-se, portanto, de uma consolidação simultânea: a formação do *ethos* e da estrutura social individual é interdependente e interativa. Ela tem como motor, portanto, o instinto de sociabilidade, que nasce na potência cogitativa.

Cogitativa, primeiros princípios e formação do *ethos*

A cogitativa tem ainda um importante papel na formação do processo cognitivo humano, em particular no do juízo moral, que vale a pena examinar dadas as suas repercussões sobre a formação do *ethos*.

Por sua capacidade de nos mostrar o que é útil ou nocivo ao ser, a cogitativa está relacionada com a formação do que a filosofia aristotélico-tomista chama de primeiros princípios da razão especulativa (ou teórica) e da razão prática. A razão especulativa poderia ser entendida como aquela que empregamos para pensar abstratamente, e a prática como a que utilizamos para pensar em termos operativos (FERRATER MORA, 2004).

O conhecimento obtido pela cogitativa é denominado conhecimento por conaturalidade porque é capaz de identificar aquilo que é de acordo com nossa natureza, avaliando como bom o que é conatural com o ser, e como mau o que lhe é contrário. A cogitativa nos dá, portanto, o que poderíamos chamar de senso do ser (CLÁ DIAS, 2009).

Este advém, primordialmente, das informações que lhe chegam através dos demais sentidos externos e

internos, e será complementado pela luz da razão, quando esta raiar no horizonte mental da criança. Ao captar a presença de um ente que existe, a criança percebe, portanto, ainda pré-racionalmente, que esse algo não pode ser e não ser ao mesmo tempo.

Dessa percepção da presença ou ausência de ser decorre o que São Tomás chama de primeiro princípio da razão especulativa:

Com efeito, o que por primeiro cai na apreensão é o ente, cuja intelecção está inclusa em todas aquelas coisas que alguém apreende. E assim o primeiro princípio indemonstrável é que ‘não se pode afirmar e negar ao mesmo tempo’, que se funda sobre a razão de ente e não ente, e sobre esse princípio todas as outras coisas se fundam, como se diz no livro 4 da Metafísica [de Aristóteles]. (AQUINO, Suma Teológica, P. I-II, q. 94, a. 2, 2005, p. 562).

Desse modo, ao chegar aos primeiros lampejos do uso da razão, devido a essa apreensão fundamental do ser, a criança é capaz de formular, ainda que de modo muito rudimentar, o princípio de não-contradição. Os tomistas denominam princípio de identidade à formulação positiva deste princípio. Ele pode ser expresso nos seguintes termos: o que é, é; o que não é, não é. Ou também, todo ser é aquilo que é, e, na sua existência, cada ser é separado dos outros seres.

Com base nesses dois princípios básicos, a razão especulativa formula espontaneamente um terceiro, chamado de princípio do terceiro excluído, que se pode enunciar assim: já que não se pode admitir simultaneamente o ser e o não-ser para um mesmo objeto num mesmo intervalo de tempo, pode-se constatar que não

existe uma terceira posição: todo ser, ou é ou não é, e um semi-ser seria ontologicamente impossível (CLÁ DIAS, 2009).

Vale recordar que, apoiados nessas explicitações, os tomistas deduzem ainda outros princípios básicos, como o da razão suficiente, o da contingência, o da finalidade e os da causalidade. O leitor interessado poderá aprofundar este ponto em autores especializados, como Clá Dias (2009), Derisi (1978), Gardeil (1967), Garrigou-Lagrange (1944) ou Webert (1927).

Dessas explicitações dos primeiros princípios especulativos, a pessoa dotada do uso da razão passa facilmente para o primeiro princípio da razão prática, pois, por conaturalidade, tende a associar o ser com o bem, e o não-ser, ou ausência de ser (ainda que parcial), com o mal. E até mesmo antes do uso da razão, pois tal associação se verifica de modo instintivo, e por isso a criança chora na ausência da mãe ou do alimento, e se alegra na presença deles.

É o que nos ensina São Tomás quando explica que:

Assim como o ente é o primeiro que cai na apreensão de modo absoluto, assim o bem é o primeiro que cai na apreensão da razão prática, que se ordena à obra: todo agente, com efeito, age por causa de um fim, que tem razão de bem. E assim, o primeiro princípio na razão prática é o que se funda sobre a razão de bem que é 'Bem é aquilo que todas as coisas desejam'. Este é, pois, o primeiro princípio da lei, que o bem deve ser feito e procurado, e o mal, evitado. E sobre isto se fundam todos os outros preceitos da lei da natureza. (AQUINO, Suma Teológica, P. I-II, q. 94, a. 2, 2005, p. 562).

Em outras palavras,

assim como o *primeiro olhar* da *inteligência* tem como objeto o *ser*, e leva à *verdade*, o *primeiro olhar* da *vontade* leva ao *bem* — ou àquilo que convém ao *ser* (CLÁ DIAS, 2009, p. 83, itálicos do original).

Essa concepção pode ser considerada de capital importância para a formação e para a futura atividade judicativa moral humana. Pois toda pessoa, em condições de normalidade física e mental, é capaz de perceber, como que instintivamente, o que convém e o que não convém para o seu ser, ou o de outrem, e tenderá a considerar correto aquilo que o favorece, e incorreto, o contrário.

Esse dinamismo tem tal força que, mesmo quando a pessoa percebe que determinado objeto ou ação não favorecerá o ser, próprio ou alheio, considerado em sua totalidade e em suas finalidades, ela procura justificar seus atos volitivos e comportamentais com a apresentação de benefícios aparentes ou parciais. É o que acontece, por exemplo, com o enfermo que quebra a sua dieta alegando estar com muita fome, ou com o ladrão que rouba, argumentando que não ganharia tão bem se se dedicasse ao trabalho honesto.

Assim, ao conhecer racionalmente algo, a pessoa tende a formular julgamentos sobre a conveniência ou inconveniência ontobiológica do objeto conhecido, e a agir em consequência, renovando os julgamentos a cada ciclo de conhecimento e ação.

Quando seu conhecimento atinge uma dimensão teleológica, considerando finalidades mais altas e transcendentes de sua própria existência, os julgamentos adquirem um caráter moral propriamente dito.

A formação, ao longo dos anos, de uma estrutura de critérios éticos e morais, de hábitos comportamentais, de atitudes, de gostos e de comportamentos subsequentes, constituirá o *ethos* individual, sempre condicionado pelo dinamismo e pela interação com o *ethos* de cada grupo social no qual a pessoa se insere. Na raiz de todo esse processo situa-se, portanto, a potência cogitativa de cada um.

Cogitativa, instinto de sociabilidade e plasticidade do *ethos*

A plasticidade do *ethos*, no sentido em que empregamos a expressão, pode ser entendida como “uma propriedade do mesmo *ethos*, a qual o torna capaz de modificações, transformações e modulações, realizadas ativa ou passivamente, ao longo dos tempos e com referência aos lugares, ambientes, grupos sociais ou indivíduos em que o *ethos* se manifesta” (CAVALCANTI NETO, 2012, p. 366). Os pressupostos da Psicologia Tomista nos facultam, sem embargo, aprofundar tanto o conceito de *ethos*, como o de sua plasticidade.

Com efeito, eles nos permitem deduzir que o *ethos* nasce, basicamente, da interação entre a potência intelectual e a volitiva. Apesar de ter sua sede própria na inteligência, por ser esta a faculdade capaz de formular os critérios ético-morais decorrentes dos primeiros princípios da razão especulativa e da prática, sua formação depende também da interação com o conjunto das demais potências cognoscitivas e apetitivas, em particular com a cogitativa e os instintos, que dela decorrem, com os apetites sensitivos e as emoções, que neles têm sua origem.

Como a simples observação pode comprovar, o conjunto desses critérios ético-morais condicionarão os

atos, que por sua vez se transformarão em hábitos e costumes. A interação destes últimos com as demais potências estimulará o desenvolvimento das capacidades morais, intelectivas, artísticas e sociais do indivíduo.

Por sua vez, a interação desse desenvolvimento com o dos demais integrantes dos grupos sociais em que interagem plasmarão os ambientes, a cultura, os modos de vida em sociedade e as civilizações, configurando, desse modo, tanto o *ethos* individual, como o dos grupos sociais de que faz parte.

A Psicologia Tomista nos capacita também a entender a plasticidade do *ethos* como um acidente (no sentido aristotélico do termo) ou propriedade de uma realidade – o *ethos* – que, embora basicamente formal, está intrinsecamente vinculada à substância do ser humano, que é ontologicamente mista, isto é, material e formal.

Essa dicotomia ontológica pode dar origem a um dinamismo tendente a sobrepor a valorização do conhecimento dos entes e valores singulares ao dos universais, e a um atendimento prioritário das injunções dos apetites sensitivos, que são mais mobilizáveis pelos singulares, do que às do apetite racional, ou vontade, que o são pelos universais.

Esse dinamismo está na origem da aceitação ou negação dos critérios valorativos delineados pela inteligência, bem como na das múltiplas formas de reformulação de tais critérios para tentar adaptá-los às pressões dos apetites sensitivos e/ou dos instintos, a nível individual, ou à dos grupos sociais.

Esse dinamismo tem como resultante uma plasticidade, isto é, uma capacidade de sofrer e/ou provocar modificações no *ethos*, de modo ativo, quando

originadas no interior do sujeito, ou passivo, quando condicionada por fatores externos, dentre os quais os ambientais, os cronológicos, os econômicos, os políticos, os étnicos, os midiáticos ou os sociais.

Quando se trata desse condicionamento externo, um dos principais focos de incidência desse dinamismo, senão o principal, parece ser o instinto de sociabilidade, dada a sua íntima relação com o instinto ainda mais básico da conservação individual, sobre o qual repousam, remotamente, a maior parte dos demais instintos, das necessidades, motivações e demais processos estudados na Psicologia Social. Donde decorre a força de pressão desse condicionamento externo, pela provocação da percepção instintiva do valor da integração social para a manutenção da vida e do bem estar.

Em condições normais de saúde física e mental, o ser humano é capaz de perceber que, diante das pressões sociais no sentido de modificar o seu *ethos* pessoal, seja no todo, seja em partes, caso ele não os modifique, ele poderá perder suas posições e seus status de inclusão grupais, por prejudicar as percepções sociais e as atribuições que se formem a seu respeito, ou por não balancear devidamente o equilíbrio entre suas manifestações de conformidade e dissidência. Conforme o caso, perceberá também que poderá ser enquadrado ou desenquadrado em determinados estereótipos, ou mesmo se tornar objeto de preconceitos, por mais que desconheça o significado técnico de cada um desses processos.

Podemos dizer o mesmo expressando-nos em termos tomistas. Diante das pressões sociais, os apetites sensitivos do sujeito levam-no a apetecer a proteção, a segurança e o prazer que sente na inserção social. Tais apetites serão continuamente reforçados pelo instinto de

sociabilidade, o qual, cumpre recordar, é propiciado pela potência cogitativa que interage com os apetites sensitivos de modo retroativo.

Essa atividade adaptativa pré-racional oriunda da cogitativa condicionará, portanto, a atividade racional, sobretudo a judicativa e inferencial, condicionamento este que será inversamente proporcional à consolidação da potência volitiva, especialmente em seus atos elícitos (isto é, aqueles que procedem diretamente da vontade), mas também através dos atos imperados (ou seja, os das demais potências quando agem sob o comando da vontade).

Essa robustez da potência volitiva é o elemento-chave do que Brennan (1969, p. 367) chama de caráter ou “eu moral”, no ensaio que faz de uma teoria da personalidade tomista. Pois na resultante do processo, embora seja a inteligência a faculdade incumbida do conhecimento, da formulação dos juízos e dos raciocínios, será a vontade que terá o papel propriamente decisivo, por escolher livremente diante das diversas opções ético-morais que se apresentem e determinar o comportamento em função dessa escolha.

Tal é a força da conjugação da inteligência com a vontade nesse processo que, por conta dela, poderemos encontrar exceções à força de pressão do instinto de sociabilidade. Nesses casos, que podem ser considerados saudáveis exceções à regra, o indivíduo modificará o seu *ethos* pessoal, e por vezes tentará modificar os dos seus grupos sociais, mesmo com prejuízo de sua integração social. Ele estará agindo por uma força motivacional superior, oriunda de juízos e/ou raciocínios bem estruturados que encontram respaldo numa vontade robusta o suficiente para vencer os apelos instintivos e

emocionais, como no caso do religioso que sacrifica sua vida pessoal e social para dedicar-se a enfermos em lugares remotos.

Outra exceção a ser considerada seriam determinadas enfermidades mentais, como pode ocorrer nos vários tipos de esquizofrenia ou de transtorno de personalidade esquizoide, ou em alguns transtornos afetivos, ou ainda em quadros mentais de origem orgânica, nos quais tanto o pensamento, quanto o instinto de sociabilidade se encontrem prejudicados. As modificações de *ethos* podem seguir, nesses casos, padrões anômalos que variarão conforme cada patologia em particular.

Haveria ainda mudanças de *ethos* nas quais o instinto de sociabilidade parece suplantar o de conservação, em vez de mover-se em função dele, mas que na realidade se configuram como exceções aparentes. Seria o caso do torcedor esportivo que se envolve em violentas brigas de rua, ou de pessoas que se engajam em tumultos populares e até em saques, com risco de sua integridade física.

Quando não se trata de manifestação de enfermidades mentais ou de momentâneos erros de avaliação dos riscos por parte do sujeito, parece haver uma avaliação subconsciente, ou mesmo consciente, pela qual o indivíduo estima que vale a pena correr os mencionados riscos para auferir determinadas vantagens e/ou para manter sua afiliação ao grupo a que pertence. Afiliação esta que, no conjunto de sua vida social, se lhe afigura como uma maior garantia para a sua subsistência pessoal, considerada tanto em seu contexto atual, quanto ao longo do tempo.

Considerações finais

Em que pesem as mencionadas exceções, podemos concluir que, se o *ethos* do ser humano é plástico e susceptível às influências interpessoais e dos grupos sociais, o instinto de sociabilidade é, pelo menos, um ponto de apoio eficaz para as alavancas que o movem.

Essa conclusão teórica pode ser, ademais, facilmente comprovada pela observação da realidade. Podemos verificá-lo mediante o acompanhamento do noticiário cotidiano, seja no tocante às questões religiosas, morais, éticas e bioéticas, políticas, comportamentais, nos diversos ramos da produção artística ou literária, científica ou não, e até mesmo na observação dos acontecimentos dos círculos familiares, profissionais ou sociais.

É mesmo um exercício interessante procurar identificar em cada mudança de *ethos* individual e, principalmente, nas dos diversos grupos sociais que venhamos a observar, o papel da atuação sobre o instinto de sociabilidade por parte dos diversos agentes da interação social, sejam eles individuais, interpessoais ou midiáticos.

O leitor fica, assim, convidado a complementar o que possa faltar de enfoque empírico a este artigo, procurando observar e verificar por si mesmo, inclusive de modo experimental, o papel dessa atuação sobre o mencionado instinto, bem como os aportes que as presentes considerações teóricas podem conferir à compreensão da realidade contemporânea.

Referências

ABBAGNANO, Nicola. **História da Filosofia**. Tradução Antônio Borges Coelho, Franco de Souza, Manuel Patrício. 7. ed. Barcarena: Presença, 2006. v. 1. 195 p.

ATKINSON, Rita L. et al. **Introdução à psicologia de Hilgard**. Tradução Daniel Bueno. Supervisão e revisão de Antônio Carlos Amador Pereira. 13. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 790 p.

AQUINO, São Tomás de. **Suma Teológica**. Tradução Aldo Vannuchi et al. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2011a. v. 5. 682 p.

_____. **O ente e a essência**. Tradução Carlos Arthur do Nascimento. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011b. 48 p.

_____. **Suma Teológica**. Tradução Aldo Vannuchi et al. São Paulo: Loyola, 2005. v. 4. 938 p.

_____. _____. Tradução Aldo Vannuchi et al. São Paulo: Loyola, 2003. v. 3. 543 p.

_____. _____. Tradução Aldo Vannuchi et al. São Paulo: Loyola, 2002. v. 2. 894 p.

_____. **Cuestiones disputadas sobre el alma**. Tradução Ezequiel Téllez Maqueo. 2. ed. Pamplona: EUNSA, 2001a. 309 p.

_____. **Suma Teológica**. Tradução Aldo Vannuchi et al. São Paulo: Loyola, 2001b. v. 1. 693 p.

_____. **Sentencia in Aristotelis libri De Anima.** Textum Taurini, 1959. Disponível em: <<http://www.corpusthomicum.org/can2.html>>. Acesso em: 3 ago. 2011.

ARISTÓTELES. **Da alma.** Tradução e notas Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2011. 143 p.

_____. **Metafísica:** ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale. Tradução Marcelo Perine. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005. v. 2. 695 p.

BANDURA, Albert. **Modificação do comportamento.** Tradução Eva Nick e Luciana Peotta. Rio de Janeiro: Interamericana, 1979. 370 p.

_____. The role of imitation in personality development. **The Journal of nursery education**, n. 18, p. 3, 1963. Disponível em: <<http://des.emory.edu/mfp/Bandura1963.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2008.

_____; ROSS, Dorothea; ROSS, Sheila. **Transmission of aggression through imitation of aggressive models**, 1961. Disponível em: <<http://psychclassics.yorku.ca/Bandura/bobo.htm>>. Acesso em: 29 set. 2008.

BARBADO, Manuel. **Introducción a la psicología experimental.** 2. ed. Madrid: Instituto Luís Vives de Filosofia, 1943. 675 p.

BRAGHIROLI, Elaine Maria et al. **Psicologia geral**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 219 p.

_____; PEREIRA, Siloé; RIZZON, Luiz Antônio. **Temas de psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 1994. 180 p.

BRENNAN, Robert Edward, O. P. **Psicología general**. Trad. Antonio Linares Maza. 2. ed. Madrid: Morata, 1969.

_____. **Psicología tomista**. Trad. Efen Villacorta Saiz, O. P. Revisão José Fernandez Cajigal, O. P. Ed. atualizada pelo Autor. Barcelona: Editorial Científico Médica, 1960.

CAVALCANTI NETO, Lamartine de Hollanda. A Psicologia Tomista como instrumento de estudo da plasticidade do *ethos*. **Lumen Veritatis**, v. 6, n. 23, p. 56-72, 2013.

_____. **Contribuições da Psicologia Tomista ao estudo da plasticidade do ethos**. 2012. 2v. Tese (Doutorado em Bioética) – Centro Universitário São Camilo, São Paulo, 2012.

_____. Repercussões éticas do processo psicológico de formação de certezas: um enfoque tomista. In: CONGRESSO INTERNACIONAL VIRTUAL DE PSIQUIATRIA E NEUROCIÊNCIAS – INTERPSIQUIS, 12, fev. 2011. Disponível em: <<http://www.bibliopsiquis.com/bibliopsiquis/bitstream/10401/2472/1/14conf949961.pdf>>. Acesso em: 2 dez. 2013.

_____. **Psicologia geral sob o enfoque tomista**. São Paulo: Instituto Lumen Sapientiae, 2010. 234 p.

_____. **Contribuições de São Tomás de Aquino à psicologia.** São Paulo: Instituto Lumen Sapientiae, 2008. 390 p.

CLÁ DIAS, João Scognamiglio. **La ‘primera mirada’ del conocimiento y la educación:** un estudio de casos. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Universidad Católica de Colômbia, Bogotá, 2009.

DERISI, Octavio Nicolás. **La palabra.** Buenos Aires: Emecé, 1978. 292 p.

EDWARDS, David C. **Manual de psicologia geral.** Tradução Álvaro Cabral. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1995. 437 p.

FERNÁNDEZ, Clemente. **Los filósofos medievales:** selección de textos. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1980. v. 2, 1257 p.

FERRATER MORA, José. **Dicionário de Filosofia.** 2. ed. Tradução Maria Stela Gonçalves et al. Rev. Renato da Rocha Carlos. São Paulo: Loyola, 2004. v. 3, 796 p.

FESTINGER, Leon. **Teoria da dissonância cognitiva.** Tradução Eduardo Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 249 p.

_____.; CARLSMITH, James M. Cognitive consequences of forced compliance. **Journal of Abnormal and Social Psychology**, 58, p. 203-210, 1959. Disponível em: <<http://www.psychclassics.yorku.ca/Festinger/>>. Acesso em: 15 out. 2011.

FRAILE, Guillermo. **Historia de la filosofía**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2006. v. 2, 1°. 569 p.

GARDEIL, Henri Dominique. **Iniciação à filosofia de São Tomás de Aquino**. Tradução Wanda Figueiredo. São Paulo: Duas Cidades, 1967. 2 v.

GARRIGOU-LAGRANGE, Réginald. **El sentido común, la filosofía del ser y las fórmulas dogmáticas**. Tradução Octavio Nicolas Derisi. Buenos Aires: Desclée de Brouwer, 1944. 363 p.

HAMLIN, J. Kiley; WYNN, Karen, BLOOM, Paul. Social evaluation by preverbal infants. **Nature**, v. 450, n. 22, p. 557-600, 2007. Disponível em: <<http://pantheon.yale.edu/~kw77/HamlinWynnBloomNature2007.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2011.

LE GOFF, Jacques. **Heróis e maravilhas da Idade Média**. Tradução Stephania Matousek. Petrópolis: Vozes, 2009. 330 p.

LIMA VAZ, Henrique Cláudio de. **Escritos de filosofia IV**. Introdução à ética filosófica 1, p. 17 e p. 35. São Paulo: Loyola, 1999. 488 p.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Tradução Jacques A. Weinberg. Petrópolis: Vozes, 2008. 350 p.

NEWCOMB, Theodore Mead; TURNER, Ralph Herbert; CONVERSE, Philip Ernest. **Social psychology: the study of human interaction**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1965. 591 p.

OLMSTED, Michael. **O pequeno grupo social**. Tradução Maria Ignez Guerra Molina e Célia Maria M. Fávero de Fravet. São Paulo: Herder, 1970. 186 p.

PAPALIA, Diane E.; OLDS, Sally Wendkos. **Psicologia**. Tradução Anne Marie Holm Nielsen e cols. México: McGraw-Hill, 1988. 762 p.

PERNOUD, Régine. **Pour en finir avec le moyen âge**. Paris: Seuil, 1977. 158 p.

RODRIGUES, Aroldo; ASSMAR, Eveline Maria Leal; JABLONSKI, Bernardo. **Psicologia social**. 27. ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 2009. 486 p.

RODRIGUES, Aroldo; NEWCOMB, Theodore Mead. The balance principle: its current status and its integrative function is social psychology. **International Journal of Psychology**, v. 14, p. 85-136. 1980.

SANDERSON, Catherine. **Social Psychology**. Somerset: John Wiley & Sons, 2009. 640 p.

TARDE, Gabriel de. **L'opinion et la foule**. 4. ed. Paris: Alcan, 1922. 226 p

TAYLOR, Shelley Elisabeth; PEPLAU, Letitia Anne; SEARS, David. **Social psychology**. 12. ed. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 2006. 576 p.

TORRES, Cláudio Vaz; NEIVA, Elaine Rabelo. (Orgs.). **Psicologia social: principais temas e vertentes**. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 13-30.

VERGNIÈRES, Solange. **Ética e política em Aristóteles:** physis, ethos, nomos. Tradução Constança Marcondes Cesar. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2003. 301 p.

WICKLUND, Robert Arnold. **Freedom and reactance.** Oxford: Lawrence Erlbaum, 1974. 205 p.

WEBERT, Jordan. **Essai de métaphysique thomiste.** Paris: Revue des Jeunes, 1927. 400 p.

CAPÍTULO 6

PRINCÍPIOS TERAPÊUTICOS DECORRENTES DO ENFOQUE PSICOLÓGICO TOMISTA

*Trabalho apresentado no 16º Congresso Virtual de
Psiquiatria – Interpsiquis, em fevereiro de 2015.¹*

Resumo

Este trabalho toma como referência e desenvolve temas abordados em nossa tese de doutorado em bioética, na qual apresentamos a Psicologia Tomista com seus pressupostos, metodologia, conceitos básicos, estrutura teórica, aplicações e consequências em diversas áreas do conhecimento. No presente texto, após recordarmos brevemente alguns dos pressupostos teóricos do enfoque psicológico tomista, analisamos mais detidamente alguns de seus aportes referentes ao conceito de normalidade psíquica, à psicopatologia, ao psicodiagnóstico, aos princípios terapêuticos gerais e às linhas mestras psicoterapêuticas que os mencionados pressupostos permitem deduzir. Examinamos a seguir a cientificidade desse enfoque terapêutico e concluímos com considerações sobre sua utilidade clínica, bem como sobre a conveniência do aprofundamento dos estudos nesta área.

Palavras-chave: Psicologia Tomista. Psicoterapia. Psicopatologia.

¹ Este capítulo é uma versão revisada e aprimorada do trabalho apresentado no mencionado congresso. O leitor encontrará maiores informações sobre os motivos dessa revisão no final da pág. 7 deste livro.

Resumen

Este trabajo toma como referencia y desarrolla temas tratados en nuestra tesis doctoral en la bioética, en la que presentamos la Psicología Tomista con sus supuestos, metodología, conceptos básicos, marco teórico, aplicaciones y consecuencias en muchas áreas del conocimiento. En el presente texto, tras recordar brevemente algunos de los supuestos teóricos del enfoque psicológico tomista, analizamos más de cerca algunas de sus aportaciones en relación con el concepto de normalidad psíquica, la psicopatología, el psicodiagnóstico, los principios terapéuticos generales y los lineamientos psicoterapéuticos que los mencionados supuestos permiten deducir. Examinamos, a continuación, la científicidad de este enfoque terapéutico y concluimos con consideraciones sobre su utilidad clínica, así como la conveniencia de estudios más profundos en esa área.

Palabras-clave: Psicología Tomista. Psicoterapia. Psicopatología.

Abstract

This work takes as reference and develops themes addressed in my doctoral thesis in bioethics, in which I present the Thomistic Psychology with its assumptions, methodology, basic concepts, theoretical framework, and applications to some areas of knowledge. In this paper, after briefly recalling theoretical presuppositions of the Thomistic psychological approach, I analyze more closely some of its contributions on the concept of psychic normality, psychopathology, psychodiagnostic, general therapeutic principles and psychotherapeutic general lines that mentioned assumptions allow deducing. I examine

below the scientificity of this therapeutic approach and I conclude with considerations on its clinical utility, as well as the convenience of more detailed researches in this area.

Keywords: Thomistic Psychology. Psychotherapy. Psychopathology.

Introdução

A Psiquiatria e a Psicologia estavam muito longe de adquirir suas respectivas configurações contemporâneas na época em que São Tomás de Aquino escreveu suas obras. Os enfoques epistemológicos, metodológicos e científicos do Doutor Angélico, ademais, eram notavelmente diferentes dos atuais. Nem sequer o termo psicologia existia então, como asseveram Braghirolli et al. (2005) ou Brennan (1969), por exemplo, tendo sido cunhado apenas no século XVI.

Os princípios filosóficos desenvolvidos pelo Doutor Comum, entretanto, são de tal maneira dotados de coerência com a realidade, e, em consequência, de riqueza de consequências práticas, que dão ocasião a reflexões e desenvolvimentos aplicáveis até mesmo à terapêutica na área da saúde mental.

O presente trabalho desenvolve e adapta excertos de nossa tese de doutorado em bioética (CAVALCANTI NETO, 2012), na qual analisamos, com a devida profundidade, a Psicologia Tomista, apresentando seus pressupostos, sua metodologia, seus conceitos básicos, sua estrutura teórica, suas aplicações e consequências em diversas áreas do conhecimento, além do exame de possíveis objeções à sua validade científica.

Impossibilitados de resumir aqui tamanha quantidade de informações, remetemos o leitor interessado ao texto integral da mesma, cujo acesso é facilitado pelo fato de estar disponível na internet, sempre que se façam necessários maiores esclarecimentos sobre aspectos referentes ao tema que não sejam tratados aqui com suficiente penetração.

Quem deseje obter maiores informações sobre os pressupostos tomistas necessários à completa compreensão das reflexões que serão aqui apresentadas também poderá obtê-las primordial e diretamente nas Obras de São Tomás,² bem como em trabalhos de autores como Andereggen (2005), Barbado (1943), Brennan (1960, 1969), Butera (2010a, 2010b), Cantin (1948), Cavalcanti Neto (2010, 2012, 2013), Clá Dias (2009, 2010), Collin (1949), DeRobertis (2011), Echavarría (2004, 2005a, 2005b, 2006, 2007, 2009), Faitanin (20--a, 20--b, 2007, 2008, 2010), Gallo (20--), Gardeil (1967), Garrigou-Lagrange (1944), Gilson (1939, 1986), Kinghorn (2011), Krapf (1943), Megone (2010), Mercier (1942), Thompson (2005), Verneaux (1969), Zaragüeta Bengoetxea (1925), entre muitos outros.

Convém deixar claro desde o princípio que não pretendemos formular propostas terapêuticas estruturadas nem técnicas específicas. A dificuldade em encontrar referências bibliográficas específicas, bem como a neces-

² São Tomás de Aquino (1959, 2000, 2001, 2002) expõe sua doutrina sobre a alma humana em diversas partes de várias de suas Obras. Porém é na primeira parte de *Suma Teológica*, bem como em livros como *Sentencia in Aristotelis libri De Anima*, *O ente e a essência*, *Cuestiones disputadas sobre el alma* que podemos encontrá-la com mais facilidade. O conjunto de suas Obras, ou *Opera Omnia*, pode ser localizado no site: <http://www.corpusthomicum.org/>.

cidade de um maior aprofundamento na vastíssima Obra de São Tomás, aliadas à falta de dados empíricos metodologicamente reunidos, nos obrigam a limitarmo-nos ao delineamento dos princípios gerais terapêuticos que se podem deduzir dos pressupostos tomistas.

Tal esboço, entretanto, poderá servir de base e de estímulo para novos estudos sobre a matéria, tanto mais necessários quanto mais se pode entrever sua utilidade concreta. É este, aliás, o principal objetivo do presente texto, que não visa senão a contribuir ao esforço conjunto que, ao mesmo tempo, almeja estimular.

Pressupostos teóricos

O princípio filosófico básico para compreender as reflexões que se depreendem dos ensinamentos do Aquinate em matéria de Psicologia é a constatação, já oferecida por Aristóteles (2005) no seu IX livro da *Metafísica*, de que o ser humano é um composto de forma e matéria. Aristóteles considerava o homem, assim como as demais criaturas materiais, como um composto hilemórfico, palavra que vem do Grego, formada por *hyle*, ou matéria, e *morphe*, ou forma. Em outros termos, considerava que todos os corpos materiais são compostos por forma (ou informação, na linguagem de nossos dias) e matéria.

Embora possa parecer um arcaico princípio metafísico, desprezível para a ciência moderna, trata-se de uma das mais geniais descobertas da razão humana, sem a qual, por exemplo, toda a civilização baseada na informática, na qual vivemos, seria impossível. Pois, para funcionar, qualquer computador necessita ter sua materialidade, ou *hardware*, e sua formalidade, que inclui os *softwares*.

Embora o exemplo possa não ser exato do ponto de vista filosófico estrito, pois a forma e a matéria são necessárias também para a existência do próprio *hardware*, ele pode servir para dar uma ideia de uma das inúmeras consequências práticas dessa interessante teoria.

Também podem servir para ilustrar o acerto e a atualidade da concepção hilemórfica aristotélica as pesquisas sobre o genoma, tanto humano, quanto de outros seres vivos. Pois o que elas procuram é justamente a informação, ou forma na linguagem metafísica, que transparece no código genético das diversas espécies. Forma esta que determinará a configuração e o funcionamento dos corpos materiais que elas informam.

Outro princípio da metafísica aristotélica no qual se baseia o Doutor Angélico é o de que os compostos hilemórficos são dotados de potências (ou faculdades), as quais organizam e põem em movimento a matéria, dando origem aos seus atos. Se algo existe em ato é porque existe uma potência que o possibilita. Esta é a razão pela qual uma pedra não pode mover-se por si mesma, enquanto um animal o pode: a primeira não dispõe de uma potência locomotora, enquanto os animais, em seu estado normal, dela dispõem.

Essa outra aparente antiguidade histórica nos permite compreender melhor o objeto da Psicologia. A ciência contemporânea considera que seu objeto é o comportamento. Mas o mencionado princípio nos permite entender este último como a sucessão dos atos humanos e sua estruturação sob a forma de hábitos, atos estes que existem por conta das potências que os possibilitam.

Permite-nos perceber também que a investigação psicológica se autolimita quando para na observação e

experimentação exclusiva do comportamento, e não se interessa pelas potências humanas que estão na raiz do mesmo.

Não haveria espaço aqui para apresentar toda a concepção tomista sobre as potências do homem, suas interações, seu dinamismo e sua relação com o comportamento. O conhecimento desses pressupostos, entretanto, é pelo menos muito conveniente para a completa compreensão das reflexões que se seguirão.

Os que desejarem maiores informações sobre o assunto poderão encontrá-las sem dificuldade na tese acima mencionada (CAVALCANTI NETO, 2012), que procura sintetizar a bibliografia indicada para o mesmo propósito. Tentaremos, contudo, desenvolver as observações e raciocínios concernentes ao nosso tema de modo que mesmo os que estejam desprovidos dos pressupostos sobre a referida concepção possam acompanhá-los com razoável facilidade.

Equilíbrio e desequilíbrio mental

Aplicando ao ser humano os pressupostos filosóficos mencionados, e com base ainda em outros elementos do arcabouço doutrinário de Aristóteles (2011), São Tomás entende o componente formal do ser humano como o responsável pela vitalidade, organização, individuação e autorregulação do componente material. Por essa razão, o Doutor Angélico dedicou boa parte de seus estudos a esse elemento formal, que ele denomina alma ou princípio intelectualivo:

É necessário dizer que o intelecto, princípio da ação intelectualiva, é a forma do corpo humano. Aquilo pelo qual uma coisa, por primeiro, age é

sua forma; a ela é atribuída a ação. [...] Por essa razão: porque nada age senão na medida em que está em ato, por isso, pelo que uma coisa está em ato por ele age. [...] Ela [a alma] é, pois, o primeiro pelo qual nos alimentamos e sentimos, pelo qual nos movemos localmente e igualmente pelo qual, por primeiro, conhecemos. Por conseguinte, esse princípio, pelo qual, por primeiro, conhecemos, quer se diga intelecto ou alma intelectual, é a forma do corpo. – Tal é a demonstração de Aristóteles. (SÃO TOMÁS DE AQUINO, 2002, p. 374. *S. Th.*, I, q. 76, a. 1).³

Entendendo a alma como a forma do corpo, ele deduz que nela se radicam as potências que permitem ao composto hilemórfico humano produzir seus atos e hábitos. Ele enumera as seguintes potências: as cognitivas, que subdivide em inteligência, sentidos internos (sentido comum, imaginação, memória e cogitativa) e sentidos externos; as apetitivas, que reparte em apetite racional, apetite sensitivo e apetite natural; a potência locomotora e a vegetativa.

Ele mostra também que, para que estas potências possam permitir normalmente a realização dos seus atos, elas precisam funcionar segundo sua ordem intrínseca, isto é, a inteligência governando a vontade, e esta, os sentidos (externos e internos), bem como os demais apetites, a

³ Nas citações das Obras de São Tomás de Aquino, tentaremos conciliar as normas de referências bibliográficas contemporâneas com as clássicas, acrescentando a abreviação do nome da obra, bem como a parte (em números romanos), questão e artigos (em números arábicos) em que se situa o trecho citado. *S. Th.* é a abreviação de *Summa Theologiae*, ou *Suma Teológica*.

potência locomotora e a vegetativa.⁴ Essa hierarquia das potências humanas favorece a realização de atos equilibrados, os quais produzirão hábitos saudáveis e virtuosos que se reforçam retroativamente, propiciando uma adequada capacidade de ajustamento face aos fatores desestabilizantes que podem ocorrer ao longo da vida.

Este estado de sanidade decorre da harmonia entre os componentes da natureza hilemórfica do homem, isto é, de sua estrutura biológico-material e da sua realidade formal. Em consequência, qualquer alteração significativa em algum deles pode prejudicar tal sanidade.⁵

A adequada operação dessas potências propicia o equilibrado funcionamento dos atos e dos hábitos, e, portanto, do comportamento, que é a resultante deles, bem como da materialidade executora desses atos, que é o organismo biológico. O equilíbrio comportamental está, pois, ligado ao biológico, num sistema de interação recíproca.⁶

⁴ A potência vegetativa e as funções da vida vegetativa, por estarem em boa parte sob o controle do sistema nervoso autônomo, são, naturalmente, menos moduláveis pela vontade.

⁵ A síntese que acabamos de apresentar baseia-se completamente nos ensinamentos de São Tomás, bem como em aportes de seus comentaristas. Escusamo-nos de apresentar aqui as referências das Obras do Doutor Angélico em que tais ensinamentos são apresentados, bem como as dos comentaristas, para evitar a inclusão de um grande número de citações, o qual seria incompatível, ademais, com o objetivo sintético da mesma apresentação.

⁶ É o que sustentam, aliás, os autores ligados à Medicina psicossomática. Podemos encontrar argumentos em favor dessa proposição em trabalhos como os de Mello Filho e Burd (2010), Paiva e Silva (1994) ou Pinheiro (1992), por exemplo. Vale notar que tais autores estão muito longe de serem considerados tomistas, e, por isso mesmo, são insuspeitos de parcialidade ou viés em suas proposições.

Em sentido contrário, os diversos graus de desequilíbrio são decorrentes das falhas na referida ordenação. Em termos tomistas, o equilíbrio mental pode ser entendido, portanto, como o equilíbrio decorrente da devida ordenação das potências do ser humano. E deste equilíbrio mental decorrerá o comportamental, bem como, em maior ou menor grau, o biológico.⁷

Um exemplo concreto pode facilitar a compreensão dessa tese. Uma pessoa que reaja com explosões temperamentais a estímulos de pequena monta na interação social pode ser considerada como portadora de algum tipo de desequilíbrio emocional. A explosão emocional pode ser entendida, em termos tomistas, como uma conduta determinada pelo apetite sensitivo, potência cujos atos São Tomás chama de paixões (ou na terminologia hodierna, as emoções).

Conduta esta na qual essas emoções não se desenvolvem em conformidade com o que a inteligência, em seu estado normal, identificaria como razoável. Ou ainda, mesmo que o intelecto mostre a não razoabilidade de sua reação, a vontade não tem força suficiente para moderar tais emoções, e acaba cedendo às mesmas.

Em suma, essa pessoa estará emocionalmente desequilibrada porque sua inteligência não estará governando a vontade, e esta não estará comandando o apetite sensitivo, nem os sentidos externos, nem, principal-

⁷ Dizemos ‘em maior ou menor grau’ porque, evidentemente, muitas enfermidades podem ser provocadas por fatores que não dependem diretamente do equilíbrio mental, como doenças congênitas, infecciosas ou degenerativas, por exemplo. Mesmo assim, tal equilíbrio não deixará de influenciar a reação do organismo enfermo. Podemos exemplificar com a resposta imunitária de um estressado ou de um deprimido, que costuma ser inferior à de um eutímico.

mente, os internos. Sempre que essa ordenação interior das potências estiver desordenada, seus atos e hábitos tenderão a estar desajustados. Consequentemente, também o comportamento (fruto desses atos e hábitos) e, mais cedo ou mais tarde, o equilíbrio biológico tenderão ao desequilíbrio.⁸

Aportes tomistas sobre a psicopatologia

Temos bem presente, contudo, que as concepções sobre equilíbrio e desequilíbrio psíquicos que acabamos de expor estão longe de serem consideradas uma unanimidade nas ciências psicológicas contemporâneas. Não entramos aqui na discussão da validade científica dessas concepções sobre este ponto específico porque, de um lado, já o fizemos com adequada profundidade em outro trabalho (CAVALCANTI NETO, 2012) e, de outro, porque seria necessário um artigo completamente dedicado ao tema, dada a sua extensão.

Temos presente também que o próprio conceito de mente encontra-se sob discussão em nossos dias, como se pode inferir de proposições como a de Marmer (2006, p. 116), para quem “a nova era da psiquiatria científica” dispensaria as teorias da mente, por considerar as enfermidades mentais como meros transtornos neuro-anátomo-fisiológicos. Proposição que coloca em cheque, consequentemente, também o conceito de psicopatologia.

⁸ Haveria ainda muito que aduzir sobre a concepção de São Tomás sobre a saúde e a doença mental. O leitor que deseje encontrar mais elementos sobre este ponto específico, incluindo os aportes do Doutor Comum à psicopatologia e à terapêutica das enfermidades mentais, poderá encontrá-los em trabalhos como os de Echavarría (2005a, 2005b, 2006, 2007, 2009) ou Krapf (1943), por exemplo.

Conceito este, sem embargo, que outros continuam a considerar como um setor solidamente definido na Psicologia, que se ocuparia dos “fenômenos psíquicos patológicos e da personalidade desajustada” (BRAGHIROLI et al., 2005, p. 201). E que vários preferem situar dentro do enfoque fenomenológico, como Callieri, Maldonato e Di Petta (1999), Messas (2012), Tatossian e Moreira (2012) ou Zannetti (2009), entre outros.

Física, cronológica e doutrinariamente distante dessa discussão, entretanto, São Tomás de Aquino formulou uma concepção que permite um interessante aprofundamento do próprio conceito de doença mental e, portanto, da sua etiopatogenia.

Como vimos acima, seu enfoque epistemológico não se limita ao estudo dos chamados fenômenos mentais, ou seja, daquilo que aparece como observável, mas possibilita aprofundar até à sua raiz ontológica, ao investigar as potências que possibilitam a realização dos referidos ‘fenômenos’. Para entendermos melhor o conceito de enfermidade mental que se pode depreender desse seu enfoque, entretanto, é necessário penetrar um pouco mais na sua concepção sobre o elemento formal do ser humano.

São Tomás considera que “o princípio da operação do intelecto, que é a alma humana, é um princípio incorpóreo e subsistente” (SÃO TOMÁS DE AQUINO, 2002, p. 358. *S. Th.*, I, q. 75, a. 2). Ele o comprova com o seguinte raciocínio:

É claro que o homem pode conhecer, pelo intelecto, a natureza de todos os corpos. Para que possa conhecer algo, não se deve possuir nada em si de sua natureza, porque tudo aquilo

que lhe fosse por natureza inerente o impediria de conhecer outras coisas. [...] Assim, se o princípio intelectual tivesse em si a natureza de algum corpo, não poderia conhecer todos os corpos. Cada corpo tem uma natureza determinada, sendo, por isso, impossível que o princípio intelectual seja corpo. É igualmente impossível que se o entenda por um órgão corpóreo, porque a natureza própria daquele órgão corpóreo impediria o conhecimento de todos os corpos. [...] Portanto, o princípio intelectual, que se chama mente ou intelecto, opera por si sem participação do corpo. Ora, nada pode operar por si, a não ser que subsista por si. Somente o ente em ato pode operar, e por isso uma coisa opera segundo o modo pelo qual é. (SÃO TOMÁS DE AQUINO, 2002, p. 358-359. *S. Th.*, I, q. 75, a. 2).

O Doutor Angélico desenvolve essa noção de subsistencialidade mostrando que, por se tratar de uma realidade puramente formal e subsistente, a alma humana é incorruptível, pois só poderia se corromper, se se corrompesse por si, o que é impossível:

Que isso aconteça é absolutamente impossível, não só para alma humana, como também para todo subsistente que é só forma. Com efeito, é claro que aquilo que por si convém a uma coisa é inseparável dela. Ora, ser por si convém à forma, que é ato. Por isso a matéria recebe o ser em ato ao receber a forma, e, assim, acontece que ela se corrompe ao se separar dela a forma. Ademais, é impossível que a forma se separe de si mesma. Por isso é impossível que a forma subsistente cesse de ser. (SÃO TOMÁS DE AQUINO, 2002, p. 367. *S. Th.*, I, q. 75, a. 6).

Visto que o ser humano não tem um conhecimento inato da verdade, faz-se necessário que, “com a ajuda dos sentidos, ela o retire da multiplicidade das coisas” (SÃO TOMÁS DE AQUINO, 2002, p. 392. *S. Th.*, I, q. 76, a. 5).
E por essa razão

Era preciso, portanto, que a alma intelectual possuísse não só o poder de conhecer, mas ainda o de sentir; e, visto que a ação do sentido não se realiza sem um órgão corporal, era necessário que a alma intelectual estivesse unida a um corpo apto a servir de órgão para os sentidos. (SÃO TOMÁS DE AQUINO, 2002, p. 392. *S. Th.*, I, q. 76, a. 5).

Procuremos, então, sintetizar os pressupostos da concepção tomista:

- O princípio intelectual, ou alma, é a forma do corpo.
- Esta forma é subsistente, isto é, capaz de existir por si sem depender de outra criatura para isso.
- Por ser uma forma subsistente, ela é incorruptível, pois para se corromper, precisaria se separar de si mesma, e isto é impossível.
- Como é evidente, a alma não tem conhecimento inato da realidade. Por não ter este conhecimento inato, nem poder conhecer imediatamente a realidade material por sua própria natureza, necessita estar unida ao corpo para poder conhecer e viver.

Põe-se, então, um primeiro problema. Se a alma é incorruptível e toda doença é uma forma de corrupção,

como ela pode adoecer? Como se pode falar de uma enfermidade psíquica, isto é, da alma? Deve-se, pois, concluir que, no caso das doenças mentais, quem adoece é o corpo, como sustentam as correntes biológicas ou somaticistas?

Dentre os (infelizmente) poucos autores que se interessaram pela questão, alguns parecem chegar a esta conclusão, a nosso ver equivocada. Alonso-Fernández, por exemplo, ao apresentar a interpretação que Wyrsh (1956, 1957) dá a essa concepção do Aquinate, comenta que “o outro problema no qual as teses tomista e cartesiana são beligerantes se refere à natureza da enfermidade psíquica” (ALONSO-FERNÁNDEZ, 1979, v. 1, p. 28, tradução nossa) parecendo, assim, associar-se ao parecer do mesmo Wyrsh, para o qual:

Não há mais que psicoses orgânicas. A alma é indestrutível e não pode ser afetada pela enfermidade. Só o corpo, do qual ela é a forma, pode sucumbir à enfermidade, e nesse momento, as manifestações da alma resultam alteradas. (WYRSCH, 1956, apud ALONSO-FERNÁNDEZ, 1979, v. 1, p. 28, tradução nossa).

Donde o mesmo Wyrsh concluir que

Tomás e os escolásticos não são, por conseguinte, como se poderia supor pela aparência espiritualista da Idade Média, os precursores dos ‘psiquistas’, mas dos somaticistas do século XIX. (WYRSCH, 1957, apud ALONSO-FERNÁNDEZ, 1979, v. 1, p. 28, tradução nossa).

A nosso ver, esta interpretação parece um tanto simplista. O Doutor Angélico não foi ‘precursor’ nem de

uns, nem de outros pela simples razão de que sua epistemologia era de cunho hilemórfico, de influência aristotélica, portanto, e nunca dicotômica, como a platônica, a cartesiana e a dos ligados à herança filosófica destes. Razão pela qual sua concepção leva em consideração não somente a alma, mas também o corpo, o que tem consequências tanto no que diz respeito à personalidade, à psicopatologia e à terapêutica.

Podemos encontrar opiniões procedentes de diversas escolas psiquiátricas e psicológicas que dão apoio ao nosso parecer. O próprio Alonso-Fernández, por exemplo, sustenta que:

TOMÁS DE AQUINO y René DESCARTES, em frase de ROTH (1966), são rivais antropológicos em psiquiatria. Esta rivalidade se manifesta, especialmente, em dois problemas. Em primeiro lugar, no das relações entre a alma e o corpo ou, mais particularmente, entre o cérebro e o pensamento. Frente à dicotomia cartesiana da “res extensa” (objeto, mundo ou corpo) e “res cogitans” (sujeito ou pensamento consciente), aparece a tese tomista da unidade substancial, integrada por duas substâncias parciais: a alma ou forma do corpo e a matéria. O dualismo cartesiano, por via do monismo materialista, é a base antropológica das concepções mecanicistas da atividade do cérebro. (ALONSO-FERNÁNDEZ, 1979, v. 1, p. 29, maiúsculas do original, tradução nossa).

Posição análoga tem Aviel Goodman (1991, 1997) que propõe uma teoria da unidade orgânica integradora do corpo e da mente para a Psiquiatria, entendendo que esta tem como campo de ação “a interseção e síntese potencial de perspectivas oferecidas pela fisiologia, psicologia e

filosofia” (GOODMAN, 1991, p. 553, tradução nossa), sugerindo que essa inter-relação tanto mais se desenvolverá, quanto maior for essa visão integradora.

Goodman sustenta ainda, respaldando-se em vários outros autores, que a divisão entre componentes psíquicos (psicodinâmicos, interpessoais e sociais) e físicos (biológicos e comportamentais) põe em risco a integridade da Psiquiatria como ciência: “o potencial da psiquiatria como uma ciência integradora tem sido impedido por um cisma interno, que deriva da dualidade entre o mental e o físico” (GOODMAN, 1997, p. 357, tradução nossa).

Outro autor que critica tal dicotomia é Carr (1996), que a atribui a uma resistência ao modelo biopsicossocial da assistência à saúde, presente, hoje em dia, tanto nos cursos de Ciências da Saúde, quanto nos diversos ramos em que se subdivide sua prática profissional. Carr (1996) põe em relevo o fato de que esses mesmos profissionais estão na origem do problema, por sua adesão, ainda que não consciente, à dualidade filosófica mente-corpo proposta por Descartes no século XVII.

Recorrendo à concepção tomista, entretanto, podemos encontrar distinções e explicitações conceituais, de cunho filosófico, que podem ajudar a elucidar a questão. Uma forma ‘enferma’ deixaria de ser, metafisicamente, aquela determinada forma. Podemos exemplificar com um vaso quebrado. A partir do momento em que a quebra desfaça a sua forma (aliás, não subsistente), ele deixaria de ser vaso por não ter mais a forma de vaso.

Ora, a alma humana, que é substancial e subsistente como acima vimos, não pode, por isso mesmo, se modificar substancialmente. Dentre as potências da alma,

apenas a inteligência e a vontade são puramente espirituais, isto é, não dependem de um órgão material específico para existir, ao contrário das demais potências. Donde se pode concluir que a inteligência e a vontade, enquanto potências, continuam intactas, mesmo quando o indivíduo está comportamental e/ou psiquicamente enfermo.

Essa proposição, que poderia parecer absurda quando pensamos num esquizofrênico em atividade delirante, ou num deprimido grave que sequer se levanta do leito, tem, entretanto, uma explicação simples.

O ser humano é, como vimos, um composto hilemórfico de alma e de corpo. Sua alma, através do corpo, recebe as informações fornecidas pelos sentidos externos, que são 'virtualizadas' pelos internos, os quais, em especial pelo mais elevado deles que é a cogitativa, vão desencadear a ação imediata do apetite sensitivo e dos instintos, além de apresentá-las à inteligência.

Com base em tais informações, a inteligência trata de entender, julgar e raciocinar, para apresentar à vontade aquilo que ela deve escolher e decidir, e assim governar as mencionadas potências inferiores, bem como a locomotora e, indiretamente, a vegetativa, estabelecendo o processo que Brennan (1969) chama de ciclo da vida consciente.

Por essa razão, se houver alguma alteração material significativa no organismo que prejudique esse dinamismo, como, por exemplo, uma intoxicação, um traumatismo, uma enfermidade neurológica ou endocrinológica, por mais que o intelecto e a volição continuem potencialmente intactos, como realidades formais incorruptíveis que são, eles não terão as condições adequadas, ou mesmo necessárias, para funcionar normalmente. Essa é a razão pela qual, quando a enfermidade orgânica é

apenas passageira e permite a recuperação da materialidade injuriada, a inteligência e a vontade podem voltar a operar como antes.

É fato de observação corrente, entretanto, que existem muitos casos em que apesar da materialidade orgânica da pessoa estar perfeitamente normal, tanto do ponto de vista clínico, quanto do laboratorial, ela pode apresentar desajustes psíquicos e/ou comportamentais. Desajustes estes que poderão ser frutos de cognições e volições inadequadas, isto é, embora sua inteligência e sua vontade permaneçam substancialmente intactas, seu funcionamento pode não o estar.

Segundo a concepção tomista isso se deve ao fato da vontade dispor de livre arbítrio e, assim, poder escolher usar tanto a inteligência, quanto a própria vontade de maneira parcial ou até totalmente inadequada às suas finalidades. Como, entretanto, a potência volitiva depende da intelectiva, convém examinar se esta pode falhar, e como.

Baseando-se no III livro *De Anima* de Aristóteles, São Tomás trata especificamente dessa questão na primeira parte da Suma Teológica, questão 85, artigo 6. Ele mostra que o conhecimento humano tem uma fase sensitiva (propiciada pelos sentidos externos e internos) que é pré-racional, e outra intelectiva. Esta última progride da simples apreensão da quiddidade do objeto conhecido (ou seja, aquilo que ele é, *quid est*, em Latim), passando pelos juízos até chegar aos raciocínios ou inferências.

Analisando esse processo, que ele chama de conhecimento discursivo porque se faz compondo e

dividindo os dados da realidade,⁹ São Tomás aponta onde pode ocorrer o erro:

Os sentidos não se enganam a respeito de seu objeto próprio, assim a vista em relação à cor, a não ser talvez por acidente, em razão de um impedimento proveniente do órgão. [...] A razão dessa retidão dos sentidos é clara. Toda potência, enquanto tal, está por si ordenada ao seu objeto próprio. [...] O objeto próprio do intelecto é a quiddidade. Por isso, falando de maneira absoluta, o intelecto não erra sobre a quiddidade da coisa. Mas o intelecto pode enganar-se sobre os elementos que têm relação com a essência ou quiddidade, quando ele ordena um elemento para o outro, por composição, divisão ou mesmo raciocínio. Por isso, o intelecto tampouco pode se enganar sobre as proposições, que são imediatamente compreendidas desde que se compreende a quiddidade dos termos, como acontece com os primeiros princípios. São eles que asseguram a verdade das conclusões, no que se refere à certeza da ciência. Pode, entretanto, o intelecto se enganar acidentalmente sobre a quiddidade nas coisas compostas. Isso não se deve a um órgão, pois o intelecto não é uma faculdade que usa um órgão, mas à composição que é requerida para uma definição; ou porque a definição de uma coisa é falsa a respeito da outra, por exemplo, a definição do círculo aplicada ao triângulo; ou porque uma definição é em si mesma falsa, implicando uma composição impossível, por exemplo, se se toma como definição de uma coisa: animal racional alado. Por conseguinte,

⁹ Cf. *S. Th.*, I. q. 85, a.5, co.

não podemos nos enganar quando se trata de coisas simples, em cuja definição não pode haver composição, mas nos enganamos não as apreendendo totalmente, como diz o livro IX da *Metafísica*. (SÃO TOMÁS DE AQUINO, 2002, p. 539-540. *S. Th.* I, q. 85, a. 6. Itálicos do original).

Sintetizando, podemos dizer que, segundo o Aquinate, as falhas significativas no processo cognitivo podem se verificar quando se trata da composição ou divisão dos dados da realidade, isto é, dos julgamentos, ou, na etapa seguinte, das inferências ou raciocínios, seja por comparar julgamentos falsos, seja por tirar conclusões de modo imperfeito.

É dessa forma que se pode compreender afirmações aparentemente contraditórias que ele faz quando diz que “deve-se dizer que o Filósofo diz que o falso está na mente que compõe e divide” (SÃO TOMÁS DE AQUINO, 2002, p. 540. *S. Th.*, I, q. 85, a. 6, ad 1^a) e que “a verdade está no intelecto que compõe e que divide” (SÃO TOMÁS DE AQUINO, 2002, p. 362. *S. Th.*, I, q. 16, a. 2).

A contradição é apenas aparente porque, como acabamos de comprovar, seu ensinamento é de que e justamente no processo de composição e divisão que o indivíduo tanto pode errar, quanto acertar.

Aqui se põe outra pergunta decisiva: o que levaria o indivíduo a errar? Dado que o homem não é um ser perfeito, sua inteligência pode errar por debilidade ou insuficiência da maturação neurológica necessária para seu perfeito funcionamento, como pode ocorrer com crianças, oligofrênicos ou pacientes com sequelas neurológicas. Em tais casos o erro intelectual de origem orgânica em geral

importará também em algum grau de distúrbio comportamental e/ou mental.

Mas a inteligência pode errar também por falta de informações suficientes, ou de adequada compreensão (principalmente no caso das quiddidades compostas, como referido pelo Doutor Angélico), ou por inabilidade na aplicação das informações apreendidas, como no caso do erro de julgamento e de raciocínio. Tais erros, entretanto, são perfeitamente compatíveis com o estado de normalidade psíquica: um aluno que se sai mal num exame não pode ser, apenas por isso, classificado como doente mental.

A inteligência pode errar ainda por influência retroativa da vontade. Embora o Aquinate sustente que “de maneira absoluta, o intelecto é mais nobre que a vontade” (SÃO TOMÁS DE AQUINO, 2002, p. 480. *S. Th.*, I, q. 82, a. 3), ele mostra que a vontade também pode mover o intelecto.¹⁰ Ademais, tratando do apetite sensitivo (que dá origem às emoções, ou paixões na terminologia tomista), ele recorda o fato de observação corrente de que este também pode mover a vontade, e, portanto, a inteligência, embora o normal e o desejável fosse o contrário.¹¹ Apetite sensitivo este, por sua vez, que é desencadeado pela potência cogitativa,¹² que é o mais elevado dos sentidos internos, responsável pela identificação (pré-racional) da utilidade ou nocividade imediata do objeto conhecido ao sujeito conhecedor.

A vontade será então mobilizada por duas vias, pela intelectiva e pela sensitivo-apetitiva. Nesta segunda

¹⁰ *S. Th.*, I, q. 82, a. 4.

¹¹ *S. Th.*, I, q. 81, a. 3.

¹² *S. Th.*, I, q. 81, a. 3

via, a vontade será movida pelos sentidos internos e, dentre estes, em especial pela cogitativa, que desencadeia os instintos, bem como pelo apetite sensitivo, que desencadeia as paixões (emoções).

Dependendo da intensidade de tais mobilizações, a vontade pode não querer seguir os que lhe mostra como razoável a inteligência. Pode mesmo mover o intelecto em sentido contrário ao da razão, levando-o a procurar fabricar justificativas racionais ou pseudoracionais para seus apetites desordenados.

É por essa razão que uma pessoa, mesmo apreendendo inequivocamente as quiddidades das coisas, poderá fazer composições e divisões, isto é, julgamentos e inferências de tal maneira que procurará atender primordialmente às suas inclinações sensitivo-emocionais, apesar da inalterável evidência da quiddidade que conheceu, bem como dos primeiros princípios¹³ que lhe mostram a irracionalidade da sua escolha ou decisão.

Estamos, portanto, diante de um desequilíbrio na hierarquia das potências, pois o móvel desse erro é a submissão da inteligência aos instintos (oriundos da cogitativa) e às emoções (procedentes do apetite sensitivo). Ou seja, fruto do amor desordenado a si mesmo, desconectado

¹³ Segundo São Tomás, os primeiros princípios da razão estão, por assim dizer, inscritos na natureza humana e, por essa razão, são tidos como evidentes, dispensando demonstração. Dentre estes princípios está o de que uma coisa não pode ser e não ser ao mesmo tempo, bem como os que decorrem desta evidência primeira. O Doutor Comum se ocupa deles em várias de suas Obras, como, por exemplo, na *Summa Theologiae*, I-II, q. 94, a. 2; no *De Veritate*, q. 14, a. 2, c.; na *Summa Contra Gentiles*, L. 4, c. 11; no *De Magistro*, a. 1; ou no *Commentarii in quatuor Libros Sententiarum Petri Lombardi*, L. II, d. 39, q. 2, a. 2, ad. 4.

do amor ao bem universal e completo, dado que o amor é a primeira emoção (ou paixão) que põe em movimento as demais.¹⁴

O amor egocêntrico a um bem imediato e contingente, portanto, pode levar o indivíduo a optar, voluntariamente, por não amar o Bem necessário que lhe daria uma participação mais completa no ser. Ao formular juízos e raciocínios para tentar justificar essa opção, de modo a tentar torná-la aparentemente compatível com os primeiros princípios, a inteligência irá se habituando a funcionar de modo inadequado.

Este hábito, com o passar do tempo, terá um efeito retroativo sobre as paixões e o apetite sensitivo, tornando-os cada vez mais dominantes. Dada a hilemorficidade do ser humano, esse funcionamento contrário à normal hierarquia das potências acabará por influenciar até mesmo seu organismo biológico, inclusive a nível neurofisiológico.

E neste ponto a concepção psicopatológica tomista se encontra com a concepção etiopatogênica neurobiológica, que entende as doenças mentais como fruto de desequilíbrios dos neurotransmissores, nas sinapses nervosas. Com a diferença de que esta última limita-se a constatar, inclusive laboratorialmente, tais desajustes neuroquímicos, enquanto que a tomista procura entender o que os provoca. O que tem inegáveis consequências do ponto de vista diagnóstico e terapêutico.

Esta retroatividade do funcionamento mental desajustado sobre o organismo é, aliás, um dos princípios básicos da Medicina Psicossomática, como a leitura tanto

¹⁴ *S. Th.*, I-II, q. 25, a. 2 e a. 3.

dos já mencionados autores, quanto de quaisquer outros dessa corrente poderá comprovar. Paiva e Silva (1994, p. 4), por exemplo, definem a Medicina Psicossomática como

O estudo pormenorizado da correlação íntima entre o psiquismo e as manifestações orgânicas ou funcionais, incluindo reações individuais a certas doenças assim como as implicações pessoais e a sua conduta social, motivadas pela doença.

Esse é o princípio pelo qual uma dieta inadequada, ou uma reação desajustada diante das diversas formas de stress do cotidiano pode levar a doenças como diabetes, hipertensão, gastro ou cardiopatias, bem como a diversos tipos de enfermidades mentais.

A concepção tomista levanta, ademais, uma interessante questão. Quais serão os efeitos do desequilíbrio das potências humanas e da conseqüente desordem do processo cognitivo-volitivo-comportamental sobre a produção e a metabolização dos neurotransmissores? Não seria este um instigante campo de pesquisa para a Psiquiatria biológica? Os aportes teóricos da Psicologia Tomista não poderiam ajudar no desenvolvimento desses estudos empíricos?

O enfoque psicológico-tomista da questão permite-nos concluir, portanto, que, além dos casos de deficiência material neurológica (congênitos, tóxicos, infecciosos, degenerativos ou pós-traumáticos), o que pode levar à doença mental, ou seja, ao emprego desequilibrado e desequilibrante da inteligência, é o uso inadequado da vontade. Essa inadequação se caracteriza pela quebra da hierarquia das potências, isto é, pela submissão da inteligência e da vontade aos imperativos dos sentidos, dos

instintos e das emoções. A essa conclusão chegam mesmo autores não tomistas, ainda que por vias de raciocínio não escolásticas. Alónso-Fernández, por exemplo, a corrobora quando diz que:

É preciso captar algum denominador comum válido para a coleção dos diversos modos de enfermar psiquicamente. *Um ser psiquicamente enfermo, em sentido, ao mesmo tempo, doutrinal e clínico, é aquele que perdeu a liberdade de escolher e conduzir-se, ao menos em um setor da norma* (ALONSO-FERNÁNDEZ, 1979, v.1, p. 29, tradução nossa, itálicos do original).

Este mesmo autor consigna opiniões semelhantes de outros especialistas quando recorda que “Não falta razão a Ey (1948) para definir a psiquiatria como a patologia da liberdade” (ALONSO-FERNÁNDEZ, 1979, v.1, p. 29, tradução nossa), ou quando refere o que

diz LÓPEZ IBOR: ‘A enfermidade tem a ver com a verdade, dizia v. WEIZSAECKER. Mais que com a verdade, tem a ver com a liberdade, com essa liberdade que tem o homem normal de dispor de si mesmo’ (ALONSO-FERNÁNDEZ, 1979, v. 1, p. 29, tradução nossa, maiúsculas do original).

Pode-se afirmar também que, segundo a concepção tomista, até certo ponto há uma espécie de *continuum* entre a opção voluntária pelo bem,¹⁵ pelo verdadeiro e

¹⁵ Para evitar mal entendidos, convém recordar que a concepção do Doutor Angélico quanto ao bem e ao mal nada tem a ver com o maniqueísmo, mas com a maior ou menor participação no ser. Ele associa o bem à essa participação e o mal à ausência de bem, ou seja, de participação no ser.

pelo belo, portanto pela participação no ser e nos seus transcendentais,¹⁶ e o equilíbrio mental, enquanto que, inversamente, há também uma continuidade entre as opções inversas e o desequilíbrio mental.

Convém ressaltar que não se trata sempre, e por isso dizemos ‘até certo ponto’, de uma questão de culpabilidade moral objetiva. Esta é uma questão muito mais complexa, e que envolve vários outros enfoques, tais como o teológico, o sociológico, o antropológico, o cultural, etc. Pois as escolhas ético-volitivas pessoais sofrem influências de fatores tão diversos como a formação do caráter, as influências educacionais, do *ethos* social e familiar,¹⁷ das interações sociais, da força do hábito, dos costumes, da cultura, das pressões do ambiente, pelo que parece conveniente dedicar-lhes um estudo mais específico.

Sem entrar no mérito da questão, portanto, convém recordar que, exceto nas doenças mentais de origem pura ou predominantemente orgânica, como retardos mentais, epilepsias, enfermidades metabólicas, tóxicas, infecciosas e neurodegenerativas, com frequência se pode observar certa noção de responsabilidade subjetiva, seja por parte dos pacientes, seja de seus familiares ou do seu entorno social. Noção esta oriunda, da noção subjacente do mau uso da liberdade que lhe confere sua potência volitiva.

¹⁶ São Tomás apresenta seus ensinamentos sobre os transcendentais do ser em várias de suas obras, como, por exemplo, no *De Veritate*, q. 1, a. 1; q. 21 aa. 1-3, nas *Quaestiones disputatae de Potentia*, q. 7, a. 2, ad 9; q. 9, a. 7, ad 6, nas *Sententia in IV Metaphysicam*, lect. 2, no *Expositio Libri Peryermeneias*, lect. 3, ou em diversas passagens da *Summa Theologiae*.

¹⁷ Sobre este particular, ver, por exemplo, Cavalcanti Neto (2013).

A prática da anamnese psiquiátrica ou psicológica, bem como da psicoterapia, permite constatá-lo sem dificuldade.¹⁸ Constatação esta que deve ser levada em conta tanto do ponto de vista diagnóstico, quanto do terapêutico.

Convém ressaltar, entretanto, que o fato de um enfermo mental poder ter maior ou menor grau de responsabilidade no uso inadequado de sua liberdade não significa que a concepção tomista o considere doente ‘porque quer’. Tampouco que poderia curar-se a si mesmo se usasse sua força de vontade, como certos ambientes de cultura popular parecem, por vezes, acreditar.

O enfoque tomista considera, pelo contrário, que justamente pelo fato do enfermo estar habituado ao uso inadequado de sua vontade, e, portanto, da sua liberdade, estas estarão tanto mais debilitadas quanto mais longo e profundo tenha sido esse mau uso.

Considera também que, dada a natureza hilemórfica e social do homem, a doença mental é a resultante de uma confluência múltipla de variáveis, e que o mencionado mau uso é apenas uma delas, embora de notável importância. Considerações estas que também são dotadas de importantes consequências para o diagnóstico e a terapêutica.

¹⁸ Essa percepção de responsabilidade subjetiva, por parte do enfermo mental ou do seu ambiente, ocorre com tal frequência que foi tomado como pressuposto implícito de pesquisa num estudo multicêntrico conduzido por integrantes do departamento de Saúde Mental Pública da Áustria, do departamento de Saúde Pública da Universidade de Cagliari, na Itália, dos de Psiquiatria da Universidade de Medicina de Viena, Áustria, e da Universidade de Greifswald, na Alemanha (ANGERMEYER et al., 2011).

Aportes tomistas à compreensão diagnóstica

As reflexões que acabamos de fazer podem facilitar a compreensão dos aportes que a Psicologia Tomista pode prestar à formulação de um diagnóstico ou de hipóteses diagnósticas. Cumpre recordar que tais aportes nunca dispensam, mas antes pressupõem, a utilização de todos os recursos diagnósticos clínicos e laboratoriais disponíveis e cientificamente comprovados.

Não pretendemos fazer aqui uma aplicação da concepção tomista a cada uma das enfermidades mentais atualmente catalogadas porque isto ultrapassaria por completo os objetivos do presente texto. Por essa razão, cingiremos nossas reflexões a apenas algumas delas, a mero título exemplificativo, inclusive para que possam servir de estímulo ao desenvolvimento de novas pesquisas neste campo.

Podemos começar ensaiando a compreensão do processo pelo qual se estabelece um transtorno neurótico de ansiedade, com base nos pressupostos tomistas. As emoções de inquietude, impotência, apreensão e mal estar difusos, que costumam ocorrer em quadros clínicos do gênero, podem ter como consequência a perda de controle dessas emoções.

Este descontrole pode ser provocado por um predomínio da imaginação sobre a avaliação objetiva da utilidade e/ou nocividade das situações ou objetos que desencadeiam a ansiedade, avaliação esta primariamente realizada pela cogitativa, e em seguida pela potência intelectual. O referido predomínio imaginativo poderá ainda ser coadjuvado e intensificado por uma polarização da memória e da atenção, fixando-as nos fatores ansiogênicos. Tais interferências sobre a normal função da

cogitativa poderá fazer com que esta dê origem a um desregramento do apetite sensitivo, o qual dará origem a emoções desequilibradas. Estas últimas, por sua vez, retroagirão sobre o conjunto das potências mencionadas, estabelecendo, assim, um círculo vicioso emocional.

A disfunção dessas potências, tanto individual, quanto conjuntamente, acabará prejudicando o normal funcionamento do intelecto, em especial nos seus processos de juízos e de raciocínios. Estes últimos, funcionando desequilibradamente, tenderão a desequilibrar também a avaliação objetiva da realidade, isto é, da quiddidade dos objetos conhecidos, que é a função básica do intelecto.

Função esta, entretanto, que, no que diz respeito à quiddidade, permanecerá preservada, embora a interpretação que os juízos e inferências lhes dão possa estar alterada. É o que pode acontecer, por exemplo, com uma pessoa que continue identificando uma casa como casa, embora, influenciada pelo predomínio da imaginação e da emoção de temor, possa estar julgando erroneamente que ela seja ‘mal assombrada’, e por isso, sofrendo toda a seqüela de sintomas acima mencionados.

Do desequilíbrio da função cognitiva, seja no nível da potência cogitativa, seja no da intelectiva, decorrerá também uma diminuição do domínio da vontade sobre o apetite sensitivo, potência esta que dá origem às emoções, as quais, dessa forma, reforçam seu predomínio sobre a inteligência e a vontade, invertendo cada vez mais a normal hierarquia das potências.

Essa conjunção de desequilíbrios no funcionamento das potências dará origem a atos e hábitos cada vez mais desajustados, determinando o surgimento dos distúr-

bios comportamentais característicos do quadro clínico considerado. Esses hábitos desequilibrados retroagirão nos novos atos, os quais influenciarão as mesmas potências, estabelecendo o peculiar círculo vicioso que frequentemente ocorre nos desequilíbrios emocionais, e a consequente propensão para o agravamento da sintomatologia. O que pode explicar, ademais, a tendência para a cronicidade que caracteriza esse gênero de enfermidades.

Poderíamos fazer reflexões análogas para a compreensão etiopatogênica e diagnóstica dos demais transtornos neuróticos, mas isto ultrapassaria, como já mencionado, os limites do presente estudo. Cabe-nos, agora, tão somente exemplificar como os pressupostos tomistas podem facilitar a referida compreensão.

Compreensão esta, entretanto, que não se limita aos transtornos mentais mais leves, mas que pode ser de utilidade mesmo nos transtornos psicóticos, nos quais, além do desequilíbrio no funcionamento das potências acima considerado, pode haver também a confluência de fatores genéticos e ambientais mais intensos. E dada a hilemorficidade do ser humano, tal confluência pode favorecer uma desestruturação mais profunda e duradoura, debilitando de modo ainda mais grave o processo cognitivo-volitivo normal.

Esse prejuízo parece ser de tal maneira significativo que não somente o juízo e os raciocínios se desviam da realidade objetiva, mas, ao menos para o observador externo, até a própria simples apreensão da quiddidade parece ser afetada. Um esquizofrênico paranoico em atividade delirante, por exemplo, pode ver uma casa e identificá-la como disco-voador repleto de alienígenas que o perseguem, ou outro objeto que não condiga com a realidade.

Convém observar, contudo, que a coerência com os pressupostos tomistas leva a supor que se trate principalmente de um erro de julgamento e não da apreensão da quiddidade, que continuaria intacta *in potentia*, embora prejudicada pela enfermidade, isto é, pelo hábito do uso desajustado dos juízos e das inferências. Poderia estar havendo, também, um grave desvio patológico da atenção, desinteressando-se dos seres cuja quiddidade objetiva o paciente continua a captar, ainda que involuntariamente, e focando-a naquilo de que sua imaginação estivesse povoada.

Com base nesses desvios cognitivos, o paciente em questão poderia formular uma série de juízos desajustados e de pseudoraciocínios descolados da realidade, desenvolvendo e estruturando, desse modo, sua atividade delirante. O defeito, portanto, não está na simples apreensão da quiddidade, mas no intelecto enquanto “compõe e divide” segundo ensina o Doutor Angélico (SÃO TOMÁS DE AQUINO, 2002, p. 540. *S. Th.*, I, q. 85, a. 6, ad 1^a), ou seja, nos juízos e nos raciocínios.

Considerando ainda os transtornos esquizofrênicos, o enfoque tomista nos permite supor que, quando ocorre uma predominância dos chamados sintomas negativos (desinteresse, pobreza cognitiva, desatenção, apatia, retração social), embora a potência intelectual continue apta a conhecer a quiddidade dos entes, ela de tal maneira se habituou a não se interessar pelo ser enquanto ser, que vai paulatinamente deixando de fixar sua atenção e suas emoções sobre os entes que a circundam. E em alguns casos, com o passar do tempo, até sobre si mesmo, ao menos para o observador externo.

Cumprido observar que, nos transtornos neuróticos, o paciente sofre com seus desajustes cognitivo-volitivos e

com os sintomas a que dão origem, enquanto que nos psicóticos ele passa a acreditar voluntariamente nos juízos e inferências desajustados que faz, embora sua apreensão da quiddidade e seus primeiros princípios lhe digam que não são compatíveis com a realidade objetiva.

A progressão dessa inversão no funcionamento das potências pode fazer com que a imaginação e a memória de um esquizofrênico cheguem a dominar sua atividade cognitivo-volitiva, levando-o a acreditar que capta, pelos sentidos externos (no todo ou em parte), aquilo que imagina ou recorda, dando origem, assim, às alucinações. Pode também comprometer sua potência locomotora, dando origem aos diversos sintomas psicomotores próprios a essa enfermidade, como as estereotípias, os maneirismos, as agitações psicomotoras ou os sintomas catatônicos em suas diversas formas.

Poderíamos tecer ainda considerações análogas para sintomatologias decorrentes dos chamados transtornos afetivos ou dos da personalidade, mas preferimos deixá-las para ocasião mais propícia, para não ultrapassar nossos objetivos principais. Convinha exemplificar com ao menos um tipo de enfermidade psicótica grave, para comprovar a utilidade da concepção tomística à compreensão diagnóstica e psicopatológica, e por isso o fizemos apenas com a esquizofrenia.

Faz-se necessário ressaltar, entretanto, que as precedentes reflexões não excluem os achados empíricos que identificam alterações anátomo-fisiológicas por meio de estudos histológicos, radiológicos, de neuroimagem ou outros. Antes nos parece que tais alterações são perfeitamente compatíveis com os aportes tomistas, dado que estes consideram o homem como um ser hilemórfico, no qual as alterações formais necessariamente se refletirão

nos desequilíbrios materiais, conforme já comentado. Pode-se discutir qual seja o agente causal primário, se as alterações anátomo-fisiológicas cerebrais, se o desequilíbrio cognitivo-volitivo, ou se seriam concomitantes.

Tanto quanto seja de nosso conhecimento, contudo, os mais recentes estudos empíricos que se voltaram para o assunto ainda não conseguiram fechar essa questão. Porém, mesmo que, em determinado momento, fique cientificamente comprovado que a etiologia dos transtornos psicóticos seja puramente orgânica, parece-nos que as precedentes considerações continuam válidas. Pois as potências da alma permanecem ativas mesmo nos enfermos graves e necessitam da materialidade biológica para se expressar. E caso esta esteja debilitada, pela hilemorficidade humana, tal debilidade tenderá a influenciar, em maior ou menor grau, o dinamismo das potências, provocando seu desequilíbrio.

É por essa razão que a concepção tomista pode facilitar até mesmo a compreensão da sintomatologia dos transtornos mentais de comprovada origem orgânica, como as psicoses pós-traumáticas, tóxicas ou epiléticas, as oligofrenias ou as enfermidades neurodegenerativas como as enfermidades de Alzheimer, Parkinson e Pick. Pois as alterações materiais que lhes dão origem prejudicarão, em maior ou menor grau, a capacidade de atualização (no sentido de pôr-se em ato) de cada uma das supra-mencionadas potências, bem como de suas interações, prejuízo este que, por sua vez, provocará uma ação retroativa sobre o comportamento.

Em algumas de suas Obras, aliás, São Tomás se refere mesmo a algumas enfermidades mentais que considera provocadas por lesões orgânicas, segundo os critérios da Medicina de sua época, em geral relacionados com o

Canon Medicinae de Avicena, como recorda Echavarría (2009). O leitor interessado poderá encontrar no estudo deste último interessantes esclarecimentos sobre este particular, bem como sobre os ensinamentos do Aquinate no tocante à enfermidade psíquica propriamente dita.

Princípios terapêuticos tomistas básicos

A compreensão psicopatológica e diagnóstica propiciada pelo enfoque tomista não se limita, entretanto, ao campo teórico, mas pode acarretar interessantes consequências para o tratamento concreto das enfermidades mentais. Naturalmente, não encontramos na Obra do Doutor Angélico nenhum livro dedicado à terapêutica das mencionadas doenças, mesmo porque este não era seu objetivo. Mas podemos deduzir tais consequências, num esforço análogo ao até aqui realizado.

Convém, primeiramente, procurar identificar os seus princípios norteadores básicos. Com base no conjunto de pressupostos apresentado, pode-se considerar que uma terapêutica de inspiração tomista deva lançar mão de todos os recursos disponíveis que possam favorecer o equilíbrio entre os atos, hábitos e potências, bem como a mencionada hierarquia do normal funcionamento destas últimas. Para isso, ela deve ser, tanto quanto possível, etiológica, hilemórfica, escalonada e progressiva.

Abordagem etiológica e hilemórfica

A abordagem terapêutica etiológica é um princípio não exclusivamente tomista, mas oriundo do mais elementar bom senso, do qual, aliás, o Doutor Comum é um exímio observador. Depreende-se, ademais, de sua

metodologia expositiva, segundo a qual todos os problemas teológicos e filosóficos que apresenta em seus escritos são por ele examinados em sua origem e causa, como modo de encaminhar a solução.

Encontramo-lo também nas passagens em que comenta enfermidades psíquicas ou corporais concretas, ainda que com base nos princípios da ciência médica de sua época, como se pode constatar no mencionado trabalho de Echavarría (2009), por exemplo.

O tratamento da causa básica pressupõe a elaboração de um diagnóstico também tanto quanto possível etiológico. Como examinamos acima, este poderá identificar tanto alterações psíquicas, quanto orgânicas, isoladas ou concomitantes.

Do ponto de vista clínico, os distúrbios orgânicos, em todos os seus níveis, inclusive nos neurotransmissores, têm uma maior força de desestruturação imediata sobre o comportamento. Em consequência, o escalonamento das ações terapêuticas baseadas no enfoque tomista tenderá a começar pelo tratamento dos transtornos anátomo-fisiológicos e suas respectivas sintomatologias.

Por exemplo, em se tratando de uma psicose decorrente de um quadro neuroinfecioso ou neurotóxico agudo, o tratamento medicamentoso específico poderá ser suficiente para obter a cura do paciente. Já nos transtornos predominantemente psicogênicos, a simples administração de psicofármacos pode se revelar de efeitos apenas sintomáticos, embora atue efetivamente nos distúrbios neuroquímicos. O que pode acarretar, até com certa frequência, a tolerância e a dependência destas medicações, bem como uma tendência à cronificação da enfermidade psíquica de base.

A abordagem etiológica deve nos levar a procurar as causas desta última, inclusive no seu nível mais profundo, que é o desequilíbrio na hierarquia do funcionamento das potências da alma. Já a hilemórfica nos conduzirá a considerar significativo o alívio sintomático promovido pelos psicofármacos ou outras terapias médicas, como, por exemplo, a estimulação magnética transcraniana, ou por corrente contínua, ou outras técnicas de neuromodulação.

Tal alívio sintomatológico poderá ser indispensável para ajudar a inteligência e a vontade a readquirirem sua natural soberania sobre as demais potências. Em outros termos, um paciente num quadro de extrema ansiedade, ou em atividade delirante aguda, em geral não terá condições para avaliar intelectivamente sua situação, nem força de vontade para agir em consequência, sendo necessário atenuar seus sintomas para iniciar uma abordagem psicoterapêutica. Uma terapêutica de orientação tomista não vê motivos, portanto, para deixar de empregar psicofármacos ou outras terapêuticas médicas e coadjuvantes que, comprovadamente, permitam abrir o acesso à mencionada abordagem.

Terapêutica escalonada e progressiva

Contudo, uma terapêutica de orientação tomista não se satisfaz com o mero alívio dos sintomas. Obtido este efeito, ela procurará voltar-se para a progressiva recuperação do equilíbrio das potências. Uma primeira etapa para a obtenção desse resultado parece ser a reeducação dos atos e dos hábitos. Esta fase tem um enfoque que se poderia chamar predominantemente comportamental, uma vez que o comportamento é justamente

formado pelo conjunto dos atos e dos hábitos. Tal fase tem por objetivo um progressivo fortalecimento da potência volitiva. Como os atos e os hábitos procedem dela, a ela podemos chegar por via retroativa através deles.

Vale notar que, em conformidade com os pressupostos tomistas, a terapêutica dos distúrbios da vontade, de um modo geral, deve preceder a dos distúrbios intelectivos, dado o papel chave que tem a potência volitiva na etiopatogenia dos distúrbios mentais, como exposto acima.

Outra razão é que, se levarmos em conta uma espécie de hierarquia de poder desestruturador do normal funcionamento das potências, parece ser que em primeiro lugar vêm os distúrbios orgânicos, conforme já comentado. Logo em seguida parecem vir os distúrbios volitivos, pelo enfraquecimento, que provocam, da capacidade responsiva do paciente às iniciativas terapêuticas. Razão pela qual convém primeiramente diminuir a intensidade dos seus efeitos para permitir um melhor acesso à potência intelectual e seus distúrbios, com uma abordagem que, então, se poderia chamar predominantemente cognitiva.

Convém considerar ainda que a terapêutica da volição engloba a da apetitividade sensitiva e, até certo ponto, também a dos sentidos internos, em especial dos distúrbios do funcionamento da potência cogitativa, dado o seu papel no desencadeamento tanto do apetite sensitivo (e das emoções a que dá origem), quanto dos instintos.

Como o apetite sensitivo e os sentidos (internos e externos, mas em especial a cogitativa) têm um caráter e um modo de operar eminentemente prático, ao contrário da potência intelectual, convém que as estratégias terapêuticas para aqueles também o tenham. Esta nota concreta

pode ser obtida, principalmente, por meio da adequação dos atos e dos hábitos desajustados do indivíduo, pois o 'idioma' compreensível pelas mencionadas potências e, sobretudo, pela vontade (que deve governá-las mais imediatamente) é a linguagem dos fatos. Essa é a razão pela qual a vontade e as mencionadas potências são muito mais modificáveis por atos e hábitos do que por raciocínios.

Podemos exemplificar com um paciente com um grave transtorno fóbico, como pode acontecer com alguém que tenha intenso medo de usar elevadores. Antes mesmo de ajudá-lo a compreender os distúrbios cognitivos (juízos e raciocínios inadequados) que estão na origem do seu desajuste comportamental, faz-se necessário atuar sobre os mesmos atos e hábitos desequilibrados. Por exemplo, entrando junto com o paciente no elevador parado e depois, progressivamente, subindo com ele alguns andares, até fazê-lo perder o medo por via experimental. Nesse ponto, seu intelecto estará muito mais acessível à abordagem cognitiva propriamente dita, permitindo a consolidação racional e comportamental da cura.

É preciso considerar ainda que os atos e hábitos se desenvolvem num contexto social. Razão pela qual o relacionamento pessoal nos ambientes familiares, educacionais, laborais e sociais de um modo geral, precisam ser devidamente levados em conta.

A intervenção terapêutica se pautará, logicamente, pelo grau de interferência que os distúrbios de relacionamento em cada uma dessas esferas tenham na etiopatogenia e na sintomatologia. E objetivará manejá-los de modo a resolver concretamente, tanto quanto possível, os exemplos nocivos ou conflitos desajustantes. No aludido caso do paciente fóbico, por exemplo, poderia

haver um modelo¹⁹ familiar cuja conduta lhe moldou e reforçou o medo de elevadores. E seria preciso atuar adequadamente sobre tal parente, de modo a suprimir ou atenuar sua influência.

Essa etapa terapêutica pressupõe, portanto, a identificação e a paulatina supressão ou adaptação dos atos e hábitos inadequados, bem como dos seus fatores causais, internos e externos. Tanto mais que estes promovem uma espécie de círculo vicioso reforçador da sintomatologia, tanto a nível individual, quanto social. Além disso, parece lógico que ela tenha por meta instaurar, progressivamente, hábitos que facilitarão à vontade recuperar a soberania e a liberdade necessárias para operar em conformidade com a razão.

Princípios psicoterapêuticos propriamente ditos, decorrentes dos aportes tomistas

Atingidos os objetivos das duas fases anteriormente consideradas, isto é, o alívio sintomático decorrente da intervenção sobre os distúrbios orgânicos, bem como sobre os derivados da disfunção da potência volitiva, pode-se passar à etapa psicoterapêutica propriamente dita, ou seja, aquela que tem por meta intervir nos distúrbios intelectivos.

O quadro clínico e a evolução de cada paciente determinarão o quanto tal intervenção deve ser progressiva e/ou concomitante com as etapas anteriores. Sua meta deve ser a recuperação do domínio da inteligência sobre a vontade e as demais potências, e, por isso, precisará aguar-

¹⁹ Entendendo este termo no sentido que lhe dá a teoria da aprendizagem social de Bandura (1963, 1971, 1979), por exemplo.

dar que o intelecto tenha suficiente liberdade de ação para poder ser abordado.

Em termos tomistas, seu objetivo deverá ser identificar, primeiramente, quais os julgamentos e raciocínios que estão dissociados da quiddidade dos seres objetivamente apreendida, ou seja, da realidade concreta. E qual o papel dessas dissociações no desajuste do apetite sensitivo e das paixões, às quais aquele dá origem, no dos sentidos internos (imaginação, memória e cogitativa) do paciente, bem como sobre os seus atos e hábitos.

Em termos da psicologia contemporânea, poder-se-ia falar na fase propriamente cognitiva da terapia, que tem por meta ajudar o paciente a detectar suas cognições dissociadas da realidade, e qual o papel dessas dissociações no desencadeamento de suas emoções e condutas desajustadas.

Identificados os mencionados distúrbios, o terapeuta procurará ajudar o paciente a dar-se conta dos mesmos, bem como das cognições coerentes com a realidade de que necessita para modificar seus modos patológicos de vê-la e/ou interpretá-la, modos estes que desajustavam seus juízos e inferências. E, por consequência, todo o seu comportamento.

Nesta etapa, o terapeuta de inspiração tomista irá abrindo novos horizontes e propondo novos ideais, como preconizado por Brennan (1969b), como modo de vencer a axiologia egocêntrica do enfermo. Não havendo aqui espaço para desenvolver este último aspecto, remetemos o leitor interessado à nossa já mencionada tese (CAVALCANTI NETO, 2012), bem como a trabalhos como o de Verneaux (1969), que mostram o papel da paixão (ou emoção) amor no desencadeamento das

demais, e o papel do amor desordenado de si mesmo nos desequilíbrios desse desencadeamento.

Cumprido recordar, contudo, o antigo axioma de que “não existem doenças, existem doentes”. Em consequência, o escalonamento aqui proposto não pode ser rígido, como nada que diga respeito ao tratamento de qualquer enfermidade, mas inteiramente adaptado às características de cada paciente, de sua sintomatologia, do seu ambiente social, de seus antecedentes pessoais, do estágio e/ou gravidade do seu quadro clínico, e assim por diante. Razão pela qual poderá se fazer necessária uma concomitância, interpolação ou alternância de cada uma das etapas terapêuticas aqui propostas, em função das mencionadas características individuais.

Cientificidade do enfoque psicoterapêutico tomista

O profissional de saúde mental que conheça as principais escolas terapêuticas da atualidade não terá dificuldade para notar as analogias e semelhanças das propostas tomistas com as existentes nas diversas correntes psicoterapêuticas cognitivas e cognitivo-comportamentais. Direta ou indiretamente, o assunto já tem sido objeto de estudos científicos, como se pode constatar em trabalhos como os de Butera (2010a, 2010b), DeRobertis (2011), Megone (2010) ou Thompson (2005).

A Psicologia cognitiva não somente se situa, em nossos dias, entre as mais destacadas formas de psicoterapia nos Estados Unidos, como, na opinião de alguns especialistas, tem superado as demais, como sustenta o acurado estudo de Robins, Gosling e Craik (1999).

É interessante notar que estes últimos creditam o fato, entre outras razões, à difusão do uso dos computadores, cujo funcionamento fornece analogias com a mente humana, analogias estas que os terapeutas cognitivos aproveitam em sua abordagem.

Esta constatação parece reforçar o acerto da abordagem tomista. Pois se a mera analogia com os sistemas informáticos já pode ser de proveito para a psicoterapia cognitiva, uma completa sistematização da estrutura e do funcionamento da psique humana, como a que oferece o enfoque tomista, sê-lo-á muito mais. Particularmente por não se servir apenas de analogias, mas de instrumentos de compreensão racional da etiopatogenia, da sintomatologia e da terapêutica, motivando, assim, a adesão e a cooperação do paciente.

Em que pese a aparente hegemonia contemporânea das escolas psicofarmacoterapêuticas entre os psiquiatras, pode-se observar um crescimento no número de estudos sobre a eficácia da abordagem psicoterapêutica cognitiva e cognitivo-comportamental, mesmo para enfermidades mentais mais graves, como as de cunho psicótico. Aumento este que, naturalmente, se reflete também no seu emprego na prática clínica, como revelam estudos como os de Robins, Gosling e Craik (1999).

Quanto à sua eficácia, trabalhos como os de Andersson et al. (2014), Barreto e Elkis (2007), Cirici Amell (2003), desta autora junto com Sumarroca (2007), Gutiérrez López et al. (2012), Knapp (2004), Martínez e Tomàs (2012), Ojeda del Pozo et al. (2012), Pérez-Álvarez (2012), Rector e Beck (2002), Temple e Ho (2005), Tyrer et al. (2014) ou Veale et al. (2014), entre outros, apresentam evidências e reúnem as de varias outras investigações que comprovam a eficácia clínica das

psicoterapias cognitivo-comportamentais no tratamento de psicoses e outras enfermidades psíquicas.

Talvez por essa razão autores como Butera (2010a, 2010b), DeRobertis (2011), Kinghorn (2011) ou Thompson (2005) estejam redescobrando a Psicologia Tomista, destacando justamente o fato de que a compreensão dos seus contributos teóricos e de suas consequências práticas, por parte dos pacientes, facilita enormemente a abordagem terapêutica cognitiva e cognitivo-comportamental.

Parece mesmo que, embora talvez sem referências expressas a São Tomás de Aquino, concepções análogas ou parecidas com as suas já começavam a aparecer nos primórdios das propostas cognitivas com Beck (1979) ou Ellis e Dryden (1987). Pois um dos fundamentos deste enfoque é justamente, de modo ora mais, ora menos explícito, o governo que a inteligência pode exercer sobre as demais faculdades como pressuposto para a recuperação dos distúrbios comportamentais.

Embora a psicoterapia cognitivo-comportamental não esteja inteiramente conforme com os princípios que a Psicologia Tomista propõe para a psicoterapia, e até pareça ter algumas notáveis discrepâncias com ela, parece-nos que pelo menos caminha em direção a uma conformidade com tais princípios. Donde se pode concluir que, nos pontos em que seus princípios são convergentes, as evidências da eficácia clínica das terapias cognitivo-condutuais também falam a favor da eficácia de uma psicoterapia de orientação tomista.

Considerações finais

Em vista do conjunto das reflexões aqui apresentadas, cremos que o leitor não terá dificuldade em concordar que haveria ainda muito que examinar e deduzir, com base nos aportes tomistas, do ponto de vista teórico. E que, por outro lado, teríamos de ir ainda muito mais longe se nos focássemos também nos aspectos práticos e metodológicos decorrentes de tais aportes, como a formulação de técnicas terapêuticas específicas para cada enfermidade psíquica. Donde a necessidade de nos mantermos dentro dos limites traçados desde a introdução deste estudo, isto é, apenas dentro das linhas gerais teóricas e dos princípios terapêuticos que tais aportes nos permitem elaborar.

Tanto mais que outra área que faltaria desenvolver seria a verificação empírica dos resultados clínicos dos mencionados aportes, mediante o emprego das diversas metodologias científicas reconhecidas e pertinentes. Neste particular, o testemunho de nossa experiência clínica pessoal parece-nos pouco significativo, do ponto de vista metodológico e estatístico, embora a objetividade científica mande informar que ele tem sido muito positivo e, por isso mesmo, assaz estimulante.

Sem embargo, a translação dos mencionados princípios e lineamentos gerais para estratégias terapêuticas concretas representa um interessante desafio para os estudiosos empenhados na recuperação das enfermidades mentais.

Pelo que não podemos concluir sem antes apresentar um convite aos que se interessam pela matéria, no sentido de uma união de esforços investigativos e permuta de informações, hoje em dia tão facilitada pela

correspondência eletrônica.²⁰ Bem como augurar que as presentes reflexões possam servir de estímulo para este novo e instigante campo de pesquisa.

Referências

ANDEREGGEN, Ignacio Eugenio Maria. Santo Tomás, psicólogo. **E-Aquinas**, 3/2, p. 24-36, 2005.

ANDERSSON, Gerhard et al. Guided Internet-based vs. face-to-face cognitive behavior therapy for psychiatric and somatic disorders: a systematic review and meta-analysis. **World Psychiatry**, v. 13, n. 3, p. 288-295, 2014.

ARISTÓTELES. **Da alma**. Tradução e notas Edson Bini. São Paulo: EDIPRO, 2011. 143 p.

_____. **Metafísica**: ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale. Tradução Marcelo Perine. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005. v. 2. 695 p.

BANDURA, Albert. **Modificação do comportamento**. Tradução Eva Nick e Luciana Peotta. Rio de Janeiro: Interamericana, 1979. 370 p.

²⁰ Endereço para correspondência eletrônica do autor: lamartine.cavalcanti@gmail.com.

_____. **Social learning theory**. New York: General Learning Press, 1971. 46 p.

_____. The role of imitation in personality development. **The Journal of nursery education**, n. 18, p. 3, 1963. Disponível em: <<http://des.emory.edu/mfp/Bandura1963.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2008.

BARBADO, Manuel. **Introducción a la psicología experimental**. 2. ed. Madrid: Instituto Luís Vives de Filosofia, 1943. 675 p.

BARRETO, Eliza Martha de Paiva; ELKIS, Hélio. Evidências de eficácia da terapia cognitiva comportamental na esquizofrenia. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 34, supl. 2, p. 204-207, 2007.

BECK, Aaron Temkin. **Cognitive therapy and the emotional disorders**. Boston: International Universities Press, 1979. 368 p.

BRAGHIROLI, Elaine Maria et al. **Psicologia geral**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2005. 219 p.

BRENNAN, Robert Edward, O. P. **Psicología general**. Trad. Antonio Linares Maza. 2. ed. Madrid: Morata, 1969.

453 p.

_____. **Psicología tomista**. Trad. Efren Villacorta Saiz, O. P. Revisão José Fernandez Cajjal, O. P. Ed. atualizada pelo Autor. Barcelona: Editorial Científico Médica, 1960. 381 p.

CALLIERI, Bruno; MALDONATO, Mauro; DI PETTA, Gilberto. **Lineamenti di psicopatologia fenomenologica**. Napoli: Guida, 1999. 284 p.

CANTIN, Stanislas. **Précis de psychologie thomiste**. Québec: Université Laval, 1948. 173 p.

CARR, John E. Psychology and mind-body segregation: are we part of the problem? **Journal of Clinical Psychology in Medical Settings**, v. 3, n. 2, p. 141-144, 1996. Disponível em:

<<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/24226641>>.

Acesso em: 9 set. 2015.

CAVALCANTI NETO, Lamartine de Hollanda. A Psicologia Tomista como instrumento de estudo da plasticidade do *ethos*. **Lumen Veritatis**, v. 6, n. 23, p. 56-72, 2013.

_____. **Contribuições da Psicologia Tomista ao estudo da plasticidade do ethos**. 2012. 571f. Tese (Doutorado em Bioética) – Centro Universitário São Camilo, São

Paulo, 2012. Disponível em:
<<http://philpapers.org/rec/CAVCDP-2>>.

_____. **Psicologia geral sob o enfoque tomista**. São Paulo: Instituto Lumen Sapientiae, 2010. 234 p.

CIRICI AMELL, Roser. Psicosis y terapia cognitiva. **Anales de Psiquiatria**, v. 19, n. 4, p. 162-171, 2003.

_____.; SUMARROCA, Xavier. Avances en el tratamiento psicológico de la psicosis: la terapia cognitivo-conductual como tratamiento de elección. **Anales de Psiquiatria**, v. 23, n. 7, p. 362-373, 2007.

CLÁ DIAS, João Scognamiglio. O primeiro olhar da inteligência. **Lumen Veritatis**, São Paulo, n. 12, p. 9-31, jul.-set. 2010.

_____. **La ‘primera mirada’ del conocimiento y la educación**: un estudio de casos. 2009. 246f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidad Católica de Colômbia, Bogotá, 2009.

COLLIN, Henri. **Manuel de philosophie thomiste**. Psychologie. Reedición de Robert Terribilini. Paris: Téqui, 1949. v. 2. 488 p.

DEROBERTIS, Eugene M. Prolegomena to a thomistic child psychology. **Journal of Theoretical and Philosophical Psychology**, v. 31, n. 3, p. 151-164, 2011.

ECHAVARRÍA, Martín Federico. Las enfermedades mentales según Tomás de Aquino [II]. Sobre las enfermedades (mentales) en sentido estricto. **Scripta Mediaevalia**, n. 2, p. 85-105, 2009.

_____. Principios filosóficos para una teoría de la enfermedad psíquica. Comunicación. **XXXII Semana Tomista – Congreso Internacional “Filosofía del Cuerpo”**. Buenos Aires, 10-14 set. 2007.

_____. La enfermedad psíquica (*aegritudo animalis*) según Santo Tomás. **Proceedings of the International Congress on Christian Humanism in the Third Millennium: The Perspective of Thomas Aquinas**. Vatican City: Pontificia Academia Sancti Thomae Aquinatis, 2006. p. 441-453.

_____. **La praxis de la psicología y sus niveles epistemológicos según Santo Tomás de Aquino**. Girona:, Documenta Universitaria, 2005a. p. 444-451.

_____. Santo Tomás y la enfermedad psíquica. In: AA. VV., **Bases para una psicología cristiana**. Buenos Aires: Ediciones de la Universidad Católica Argentina, 2005b. p. 113-152.

_____. **Memoria e identidade según Santo Tomás.** 2004. Disponível em: <<http://www.rudolfallers.info/echevarria4.html>>. Acesso em: 7 jun. 2011.

ELLIS, Albert; DRYDEN, Windy. **The practice of rational-emotive therapy (RET).** New York: Springer, 1987. 243 p.

FAITANIN, Paulo Sérgio. **A dignidade do homem:** a antropologia filosófica de Santo Tomás de Aquino. Niterói: Instituto Aquinate, 2010. 48 p. (Cadernos da Aquinate, n. 7).

_____. O papel dos sentidos internos na teoria do conhecimento de Tomás de Aquino. **Aquinate**, n. 6, p. 234-241, 2008.

_____. A metodologia de São Tomás de Aquino. **Aquinate**, n. 4, p. 122-135, 2007.

_____. **A gnosiologia tomista.** [20--a]. Disponível em: <<http://www.aquinate.net/portal/Tomismo/Filosofia/a-gnosiologia-tomista.php>>. Acesso em: 15 jun. 2012.

_____. **A psicologia tomista.** [20--b]. Disponível em: <<http://www.aquinate.net/portal/Tomismo/Filosofia/tomismo-filosofia-a-psicologiatomista.htm>>. Acesso em: 7 jun. 2011.

GALLO, Jorge Herrera. **La psicología tomista en la actualidad.** [20--]. Disponível em: <<http://www.enduc.org.ar/comisfin/ponencia/102-06.doc>>. Acesso em: 10 jun. 2011.

GARDEIL, Henri Dominique. **Iniciação à filosofia de São Tomás de Aquino.** Tradução Wanda Figueiredo. São Paulo: Duas Cidades, 1967. 2 v.

GARRIGOU-LAGRANGE, Réginald. **El sentido común, la filosofía del ser y las fórmulas dogmáticas.** Tradução Octavio Nicolas Derisi. Buenos Aires: Desclée de Brouwer, 1944. 363 p.

GILSON, Étienne. **Autour de Saint Thomas.** Avant-propos de J.-F. Courtine. Paris: Vrin, 1986. 126 p.

_____. **Réalisme thomiste et critique de la connaissance.** Paris: Vrin, 1939. 242 p.

GOODMAN, Aviel. Organic unity theory: an integrative mind-body theory for psychiatry. **Theoretical Medicine and Bioethics**, v. 18, n. 4, p. 357-378, 1997. Disponível em: <<http://www.springerlink.com/content/xr314325258p7323/>>. Acesso em: 1 fev. 2012.

_____. Organic unity theory: the mind-body problem revisited. **The American Journal of Psychiatry**, v. 148, n. 5, p. 553-563, 1991. Disponível em:

<http://adteaching.informatik.unifreiburg.de/zbmed/Germany%20PLC/AJP/Entpackt/ajp_148_5.pdf/553.pdf>.
Acesso em: 1 fev. 2012.

GUTIÉRREZ LÓPEZ, María Isabel et al. Terapia cognitivo-conductual en las psicosis agudas. **Revista de la Asociación Española de Neuropsiquiatría**, v. 32, n. 114, p. 225-245, 2012. Disponível em: <<http://www.revistaaen.es/index.php/aen/article/view/16329/16175>>. Acesso em: 2 abr. 2012.

KINGHORN, Warren Anderson. **Medicating the eschatological body**: psychiatric technology for christian wayfarers. 2011. 445 f. Tese (Doutorado em Teologia)-Duke University, Durham, North Caroline, USA, 2011.

KNAPP, Paulo. **Terapia cognitivo-comportamental na prática psiquiátrica**. Porto Alegre: Artmed, 2004. 520 p.

KRAPF, Enrique Eduardo. **Tomás de Aquino y la psicopatología**. Contribución al conocimiento de la psiquiatría medieval. Buenos Aires: Index, 1943.

MARMER, Stephen S. Teorias da mente e psicopatologia. In: HALES, Robert E.; YUDOFKY, Stuart C. **Tratado de psiquiatria clínica**. Tradução Cláudia Dornelles, Cristina Monteiro, Ronaldo Cataldo Costa. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 116-159.

MARTÍNEZ, Javier Travé; TOMÀS, Esther Pousa. Eficacia de la terapia cognitivoconductual en pacientes con psicosis de inicio reciente: una revisión. **Papeles del Psicólogo**, v. 33, n. 1, p. 48-59, 2012. Disponível em: <<http://www.papelesdelpsicologo.es/pdf/2035.pdf>>. Acesso em: 21 fev. 2012.

MELLO FILHO, Júlio; BURD, Miriam (Orgs.). **Psicossomática hoje**. Porto Alegre: Artmed, 2010. 611p.

MEGONE, Christopher. Thomas Aquinas and cognitive therapy. **Philosophy, Psychiatry, & Psychology**, v. 17, n. 4, p. 373-376, Dec. 2010.

MERCIER, Desiré Joseph. **Curso de filosofia**. Psicología. Buenos Aires: Anaconda, 1942. 718 p.

MESSAS, Guilherme Peres. Observações sobre estrutura e materialidade na psicologia fenomenológica. **Psicopatologia Fenomenológica Contemporânea**, v. 1, n. 1, p. 181-197, 2012.

OJEDA DEL POZO, Natalia et al. REHACOP: programa de rehabilitación cognitiva en psicosis. **Revista de Neurología**, v. 54, n. 6, p. 337-342, 2012. Disponível em: <<http://www.neurologia.com/pdf/Web/5406/bh060337.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2012.

PAIVA, Luiz Miller de; SILVA, Alina M. A. de Paiva N.

da. (Orgs.). **Medicina psicossomática**: psicopatologia e terapêutica. 3. ed. rev., aum. e atual. São Paulo: Artes Médicas, 1994. 874 p.

PÉREZ-ÁLVAREZ, Marino. Esquizofrenia y cultura moderna: razones de la locura. **Psicothema**, v. 24, n. 1, p. 1-9, 2012. Disponível em: <<http://www.psicothema.com/pdf/3970.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2012.

PINHEIRO, Raimundo. **Medicina psicossomática**: uma abordagem clínica. São Paulo: Fundo Editorial Byk, 1992. 125 p.

RECTOR, Neil A.; BECK, Aaron T. Cognitive therapy for schizophrenia: from conceptualization to intervention. **Canadian Journal of Psychiatry**, v. 47, n. 1, p. 39-48, 2002.

ROBINS, Richard W.; GOSLING, Samuel D.; CRAIK, Kenneth H. An empirical analysis of trends in psychology. **American Psychologist**, v. 54, n. 2, p. 117-128, 1999. Disponível em: <<http://gosling.psy.utexas.edu/wp-content/uploads/2014/09/AmPsych99Trends.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2015.

SÃO TOMÁS DE AQUINO. **Suma Teológica**. Tradução Aldo Vannuchi et al. São Paulo: Loyola, 2002. v. 2. 894 p.

_____. **Cuestiones disputadas sobre el alma.** Tradução Ezequiel Téllez Maqueo. 2. ed. Pamplona: EUNSA, 2001. 309 p.

_____. **De Magistro:** sobre o mestre (Questões discutidas sobre a verdade, XI). Tradução e notas de Maurílio José Oliveira Camello. Lorena: Centro Universitário Salesiano de São Paulo, 2000.

_____. **O ente e a essência.** Introdução, tradução, notas e apêndice de Maria José Figueiredo. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

_____. **Le questioni disputate.** La verità (De Veritate), questioni 10-20. Testo latino dell'Edizione Leonina e traduzione italiana. Tradução Roberto Coggi. Bologna: Studio Domenicano, 1992. v. 2.

_____. **Summa Contra Gentiles.** Textum Leoninum emendatum ex plagulis de prelo Taurini, 1961. Liber I a capite XLIV ad caput LXXI. Disponível em: <<http://www.corpusthomicum.org/scg1044.html>>. Acesso em 10 nov. 2014.

_____. **Sentencia in Aristotelis libri De Anima.** Textum Taurini, 1959. Disponível em: <<http://www.corpusthomicum.org/can2.html>>. Acesso em: 3 ago. 2011.

_____. **Scriptum super Sententiis magistri Petri Lombardi.** Textum Parmae, 1858. Disponível em: <<http://www.corpusthomisticum.org/snp3026.html>>. Acesso em: 8 nov. 2014.

TATOSSIAN, Arthur; MOREIRA, Virgínia. **Clínica do Lebenswelt:** psicoterapia e psicopatologia fenomenológica. São Paulo: Escuta, 2012, 304 p.

TEMPLE, Scott; HO, Beng-Choon. Cognitive therapy for persistent psychosis in schizophrenia: a case-controlled clinical trial. **Schizophrenia Research**, v. 74, n. 2, p. 195-199, 2005.

THOMPSON, Christopher J. Preliminary remarks toward a constructive encounter between St. Thomas and clinical psychology. **The Catholic Social Science Review**, n. 10, p. 41-52, 2005.

TYRER, Peter et al. Clinical and cost-effectiveness of cognitive behaviour therapy for health anxiety in medical patients: a multicentre randomised controlled trial. **The Lancet**, v. 383, n. 9913, p. 219-225, 2014.

VEALE, David et al. Efficacy of cognitive behaviour therapy versus anxiety management for body dysmorphic disorder: a randomised controlled trial. **Psychotherapy and psychosomatics**, v. 83, n. 6, p. 341-353, 2014.

VERNEAUX, Roger. **Filosofia do homem**. Tradução Cristiano Maia e Roque de Aniz. São Paulo: Duas Cidades, 1969. 229 p.

WYRSCH, Jakob. Über Geschichte der Psychiatrie. **Bibl. Psychiatr. Neurol**, Basel-New York, n. 100, p. 21-41, 1957.

_____. **Zur Geschichte und Deutung der endogenen Psychosen**. Thieme: Stuttgart, 1956. 98 p.

ZANETTI, Marcus Vinicius. Psicopatologia fenomenológica contemporânea. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 31, n. 2, p. 194-194, 2009.

ZARAGÜETA BENGOETXEA, Juan. **Los rasgos fundamentales de la psicología tomista**. Madrid: La Enseñanza, 1925. 39 p.

CAPÍTULO 7

LAS EMOCIONES Y SU DINAMISMO, SEGÚN EL ENFOQUE PSICOLÓGICO TOMISTA

*Trabalho apresentado no 17º Congresso Virtual de
Psiquiatria – Interpsiquis, em fevereiro de 2016.*

Resumo

As modernas técnicas de neuroimagem vêm aportando novos conhecimentos sobre a fisiologia e a fisiopatologia do sistema nervoso central, inclusive no que diz respeito às atividades emocionais do ser humano. Os demais enfoques científicos que se interessam por elas, por sua vez, continuam a fornecer novos e extensos estudos sobre o tema. Contudo, investigações que se interessem por sua natureza e fundamentos ontológicos não são tão fáceis de encontrar. Assim como as investigações sobre a genética se interessam mais, hoje em dia, por decodificar as informações que subjazem nas estruturas celulares e condicionam seu funcionamento, se fazem necessários maiores estudos sobre os aspectos formais (no sentido aristotélico de forma, ou informação) das emoções que permitam melhor distingui-las entre si e compreender mais a fundo seu dinamismo. Sobre este particular, o enfoque psicológico aristotélico-tomista tem interessantes aportes a fornecer. O presente estudo faz uma sintética apresentação dos mesmos, tendo em vista as contribuições que eles podem oferecer à compreensão diagnóstica e à terapêutica em saúde mental.

Palavras-chave: Psicologia Tomista. Emoções. Personalidade.

Resumen

Las modernas técnicas de neuroimagen vienen aportando nuevos conocimientos sobre la fisiología y la fisiopatología del sistema nervioso central, incluso en lo que dice respecto a las actividades emocionales del ser humano. Los demás enfoques científicos que se interesan por ellas, a su vez, continúan a fornecer nuevos y extensos estudios sobre el tema. Con todo, investigaciones que se interesen por su naturaleza y fundamentos ontológicos no son tan fáciles de encontrar. Así como las investigaciones sobre la genética se interesan más, hoy en día, por decodificar las informaciones que subyacen en las estructuras celulares y condicionan su funcionamiento, hacen falta mayores estudios sobre los aspectos formales (en el sentido aristotélico de forma, o información) de las emociones que permitan mejor distinguir las entre sí y comprender más a fondo su dinamismo. Sobre este particular, el enfoque psicológico aristotélico-tomista tiene interesantes aportes a fornecer. El presente estudio hace una sintética presentación de los mismos, teniendo en vista las contribuciones que pueden ofrecer a la comprensión diagnóstica y a la terapéutica en salud mental.

Palabras-clave: Psicología Tomista. Emociones. Personalidad.

Abstract

Modern neuroimaging techniques are contributing to new knowledge about the physiology and physiopathology of the central nervous system, including what pertains to the emotional human activities. In turn, other scientific approaches that are interested in them, continue to provide new and extensive studies on the subject. However, investigations interested in its nature and its ontological

foundations are not so easy to find. As investigations on genetics are more interested today for decoding the information underlying the cellular structures and affecting their operation, so more studies are needed on the formal aspects (in the Aristotelian sense of form, or information) of emotions, so as to better distinguish them from each other and understand more deeply their dynamism. On this particular the Aristotelian-Thomistic psychological approach is able to provide interesting contributions. This study is a synthetic presentation of this approach, given the contributions it can offer to diagnostic understanding and mental health therapy.

Keywords: Thomistic Psychology. Emotions. Personality.

Introducción

El desarrollo de las técnicas de neuroimagen en los últimos años vienen aportando un gran número de nuevos conocimientos, tanto sobre las estructuras del sistema nervioso central, cuanto sobre su fisiología y su fisiopatología. Con esto se ha consolidado un nuevo ramo de la Psicología conocido, más generalmente, como Neuropsicología, que algunos agregan a otras corrientes generando, así, neuropsicologías cognitivas, del aprendizaje, clínicas, diagnósticas y otras más.¹ De igual modo se ha

¹ En que pese su aparente novedad, la palabra ‘neuropsicología’ parece tener sido empleada por primera vez en una conferencia dictada en 1913 por William Osler, en los Estados Unidos. Aparece también como un subtítulo en un libro de Donald Hebb, publicado en 1949, llamado *The Organization of Behavior: A Neuropsychological Theory* (cf. KRISTENSEN, Christian Haag; ALMEIDA, Rosa Maria Martins de; GOMES, William Barbosa (2001). Desenvolvimento histórico e Fundamentos metodológicos da Neuropsicologia Cognitiva. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 14, n. 2, p. 259-274.

beneficiado la Psiquiatría, a punto de que algunos casi la tomen como sinónimo de Neuropsiquiatría en nuestros días.

Más en particular, estos nuevos conocimientos parecen expresivos también en lo que dice respecto a las actividades emocionales del ser humano, en que pese la complejidad de estas últimas. Tanto que, ya desde los últimos años del pasado siglo, se habla de una neuropsicología de las emociones² como un nuevo y desafiante campo de investigaciones. Desde entonces, los estudios se han multiplicado en esa amplia área,³ y

Disponible en: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v14n2/7853.pdf>>.
Visitado en: 25 oct. 2015.

² Véase, por ejemplo, trabajos como el de DAMASIO, Antonio R. (1996). *El error de Descartes: la emoción, la razón y el cerebro humano*. Barcelona: Crítica. O el de LAKS, Jerson; ROZENTHAL, Marcia; ENGELHARDT, Elias (1996). Neuropsicologia das emoções. *Revista Brasileira de Neurologia*, v. 32, n. 5, p. 177-181. O el de LEDOUX, Joseph E. (1996). *The emotional brain: the mysterious underpinnings of emotional life*. New York: Simon & Schuster. También el de PANKSEPP, Jaak (1998). *Affective neuroscience: the foundations of human and animal emotions*. New York: Oxford University Press.

³ Se puede ver estudios como el del mismo PANKSEPP, Jaak (2015). Toward the Constitution of Emotional Feelings: Synergistic Lessons From Izard's Differential Emotions Theory and Affective Neuroscience. *Emotion Review*, v. 7, n. 2, p. 110-115. Disponible en: <<http://emr.sagepub.com/content/7/2/110.abstract>>. Visitado en: 23 oct. 2015; o también PANKSEPP, Jaak et al (2014). Affective Neuroscience Strategies for Understanding and Treating Depression From Preclinical Models to Three Novel Therapeutics. *Clinical Psychological Science*, v. 2, n. 4, p. 472-494. O el estudio de CORRADI-DELL'ACQUA, Corrado; HOFSTETTER, Christoph y VUILLEUMIER, Patrik (2014). Cognitive and affective theory of mind share the same local patterns of activity in posterior temporal but not medial prefrontal cortex. *Social Cognitive and Affective*

prometen aún evolucionar “mucho en su capacidad de ayudar en la comprensión del funcionamiento del cerebro humano”⁴.

Sin embargo, hay que tener presente que, como recuerdan Hurley, Fisher y Taber, “los exámenes de imagen funcional cerebral miden alteraciones relacionadas con la actividad neuronal”,⁵ y tales técnicas utilizan más comúnmente mediciones indirectas, tales como “flujo sanguíneo, metabolismo y extracción de oxígeno”,⁶ o aún medidas del contraste dependiente del nivel de oxigenación de la sangre, que “constituye la base de los estudios actuales”⁷ de la resonancia magnética funcional.

Y no podría ser de otro modo, pues las emociones no son entidades materiales cuyas imágenes sean capturables. Sea cual fuere la tecnología empleada, hay que estudiarlas siempre por medio de sus manifestaciones indirectas, sean verbales o comportamentales, o aún por técnicas de laboratorio (tanto por imágenes, cuanto por los

Neuroscience, v. 9, n.8, p. 1175-1184. O aún el de LINDQUIST, Kristen A. et al. (2012). The brain basis of emotion: A meta-analytic review. *Behavioral and Brain Sciences*, v. 35, n. 3, p. 121- 143.

⁴ MOLL NETO, Jorge; BRAMATI, Ivonei E. (2010). Neuroimagem por ressonância magnética. In: LENT, Roberto (Org.). *Cem bilhões de neurônios?* 2. ed. São Paulo: Atheneu. p. 485. Traducción nuestra.

⁵ HURLEY, Robin A.; FISHER, Ronald E., TABER, Katherine H. Neuroimagem clínica e funcional em neuropsiquiatria (2014). In: YUDOFISKY, Stuart C.; HALES, Robert E. (Eds.). *Fundamentos de Neuropsiquiatria e Ciências do Comportamento*. 2. ed. Tradução Maiza Ritomy Ide, Marina Dalcorsso Fodra e Vinícius Ordakowski de Oliveira. Porto Alegre: Artmed. p. 67. Traducción nuestra.

⁶ *Ibidem*.

⁷ MOLL NETO y BRAMATI (2010), op. cit., p. 485.

demás parámetros por los cuales puedan ser investigadas). Tal vez por esta razón, si bien que

más recientemente [...] los estudios de neuroimagen vienen procurando testear el cuanto medidas cerebrales específicas pueden ser utilizadas para corroborar el diagnóstico en la práctica clínica⁸

hasta el momento sólo pocos estudios

aplicaron técnicas de reconocimiento de padrones para la clasificación individualizada de exámenes de pacientes con trastornos afectivos y psicóticos con resultado promisorios (pero aún preliminares).⁹

Y mismo autores como Panksepp,¹⁰ que tiene varios trabajos publicados sobre la neurociencia de los afectos, no se basan solamente en estudios de neuroimagen u otros exámenes que recurren a parámetros físico-químicos, pero se sirven también de visiones más amplias de las emociones, como las presentadas por Carrol Izard en su *Differential emotions theory*,¹¹ por ejemplo, para formular un modelo comprensivo de su dinamismo.

⁸ ZANETTI, Marcus Vinicius et al. (2012). Exames subsidiários ao diagnóstico psiquiátrico. In: FORLENZA, Orestes Vicente; MIGUEL, Eurípedes Constantino (Eds.). *Compendio de clínica psiquiátrica*. Barueri: Manole, p. 110. Traducción nuestra.

⁹ *Ibidem*.

¹⁰ PANKSEPP (2015), *op. cit.*

¹¹ IZARD, Carrol Ellis (2009). *Differential emotions theory*. In: SANDER, David; SCHERER, Klaus R. (Eds.). *Oxford Companion to the Affective Sciences*. New York: Oxford University Press. p. 117–119. O también IZARD, Carrol Ellis (1977). *Human Emotions*. New York: Plenum.

Por estas razones la literatura psicológica contemporánea continúa abordando las emociones bajo varios enfoques, como el cognitivo-comportamental, el behaviorista, el humanista, el fenomenológico, el psicodinámico, además del neuropsicológico, como se puede verificar mediante un sencillo levantamiento bibliográfico. Sin embargo, estos múltiples puntos de vista y/o metodologías ni siempre consiguen entrar en un acuerdo, pues en verdad estudian una de las más complejas realidades del universo visible.

Una de estas dificultades es, precisamente, delimitar bien cual sea la naturaleza de las emociones, dado que el primer requisito para se estudiar alguna cosa es saber con claridad de qué se trata, para así adaptar a sus características las metodologías de investigación.

Así es que, si uno las toma como funciones cognitivas, corre el riesgo de confundirse con otras de las también llamadas funciones cognitivas (imaginación, memoria, atención, cognición propiamente dicha, etc.). Pues, una cosa es poseer algo virtualmente, en la mente, y otra es poseerla físicamente. En el primero caso, la persona intenta conocer intelectivamente, en el segundo, ama y desea, u odia y rechaza el objeto de su conocimiento que esté presente a sus sentidos, o solamente en su memoria y/o imaginación.

Y tenderá con mayor o menor intensidad hacia el objeto conocido, cuanto mayor o menor sea el empuje, o 'e-moción' (del Latín *emovere*, moción para fuera) que siente. Amar y desear, u odiar y rechazar, por tanto, no son el mismo que conocer. Ni el mismo que imaginar, recordar, fijar la atención, pese a que pueda estar asociado a cada una de estas 'funciones'.

Si una parte de una concepción behaviorista, sea metodológica, sea radical, sea matizada por elementos cognitivistas, puede tender a percibir las emociones como meras conductas o hechos comportamentales. Aún que no llegue a negar la existencia de los afectos en sí mismos, podrá por lo menos tender a confundirlos – y hasta confundir todo lo que llamamos de mente – con el mismo comportamiento. ¿Cómo explicaría, sin embargo, que hasta personas imposibilitadas de manifestar actividades conductuales, como un tetrapléjico grave, o que sufra de parálisis cerebral desde el nacimiento, o hasta en algunos casos de coma, todavía tengan emociones, aunque muchas veces solamente registrables mediante aparatos?

Por otra parte, mismo que los modernos exámenes de neuroimagen nos puedan mostrar las alteraciones cerebrales resultantes y hasta concomitantes con los diversos estados emocionales, ¿cómo distinguirlos claramente entre sí y, sobre todo, de entre la amplia gama de matices que tiene cada emoción? ¿Cómo diferenciar las interacciones de causa y efecto de una emoción sobre otra, o sobre conjuntos de otras, y con los procesos cognitivos propiamente dichos, precedentes y consecuentes, con base solamente en tales imágenes?

Además, las emociones muchas veces dan la impresión de que dependen de informaciones pre-existentes, o de *softwares*, para hacer una analogía con el lenguaje informático. Aunque se exterioricen como actos o conductas, parecen tener una especie de substrato informacional que las posibilita y modula las transformaciones físicas y conductuales que las acompañan.

Las propias emociones por veces dan la impresión de ser informaciones que condicionarán la materialidad del cuerpo, como por ejemplo las expresiones fisionó-

micas, la estimulación de algunas glándulas exocrinas, o los patrones reactivos y conductuales complejos a ellas asociados. Por otra parte, parece haber una capacidad o un potencial de tener emociones que varía de persona a persona, razón por la cual reaccionan con tipos e intensidades diferentes de emociones frente a hechos y condiciones iguales.

Tantas interrogaciones sugieren que parece hacer falta más estudios sobre la naturaleza de las emociones, sus fundamentos ontológicos, su clasificación en distintos tipos, subtipos y matices, su dinamismo interno y con relación a las demás actividades mentales, bien como sobre estos sus aspectos informacionales, o formales para usar el lenguaje filosófico.

Pues así como las contemporáneas pesquisas sobre genética que se interesan por decodificar las informaciones que subyacen en las estructuras celulares y condicionan su funcionamiento sirven de base para buen número de otros estudios, investigaciones sobre estos aspectos formales (o informacionales) de las emociones podrían no solamente complementar los de las demás corrientes y metodologías que para ellas se vuelven, como servirles de apoyo para nuevos desarrollos.

Es en este sentido que el presente texto se vuelve hacia un enfoque poco frecuente, en el campo de las emociones, pero que puede aportar significativas contribuciones, o sea, el abordaje filosófico. Pues por se ocupar de la esencia de sus objetos de estudio, aquello que son en sí mismos, tanto en sus aspectos materiales, cuanto en los formales, y hasta sus causas más remotas, el enfoque filosófico tiene un aporte específico a ofrecer cuando se trata de examinar los fundamentos y la naturaleza de un determinado objeto de investigación.

De entre las escuelas teóricas que, directa o indirectamente, se interesaran sobre el tema, los escritos de Santo Tomás de Aquino sobresalen por revelar una clareza, objetividad y coherencia con la realidad que le confieren un vivo interés, incluso para nuestros días. Al examinar su lógica intrínseca, ellos no dejan de sorprender mismo a los estudiosos que ninguna relación tienen con el Tomismo.

El presente trabajo tiene por fin presentar, en sus líneas generales, lo que la doctrina tomista llama de pasiones, hoy en día más conocidas como emociones, sentimientos o afectos, bien como comentar algunas de las contribuciones que dicha doctrina puede ofrecer a su estudio y manejo.

Premisas para la comprensión de la Psicología Tomista

Hace falta, antes de todo, intentar contextualizar el lector poco habituado a la epistemología y a la metodología tomista. Tarea nada fácil, aún que restringiéndola a lo que se puede denominar de Psicología Tomista, dado que sería imposible sintetizar en un solo artículo, aún que muy sumariamente, todo el cuerpo teórico ofrecido por Santo Tomás de Aquino sobre la materia.

El lector interesado en conocer lo que dice respecto a dicho enfoque psicológico con mayor profundidad, además de recurrir directamente a la *Opera Omnia*¹² del Doctor Angélico, tiene a su disposición una extensa bibliografía, de entre la cual se puede destacar trabajos como los de Alibert,¹³ Andereggen,¹⁴ Barbado,¹⁵

¹² Disponible en: <<http://www.corpusthomicum.org/iopera.html>>.

¹³ ALIBERT, Charles (1903). *La psychologie thomiste et les théories*

Brandão,¹⁶ Brennan,¹⁷ Butera,¹⁸ Canals Vidal,¹⁹ Cantin,²⁰
Clá Dias,²¹ Collin,²² De Haan,²³ Derisi,²⁴ DeRobertis,²⁵

modernes. Paris: Beauchesne.

¹⁴ ANDEREGGEN, Ignacio Eugenio María (2005). Santo Tomás, psicólogo. *E-Aquinas*, 3/2, p. 24-36.

¹⁵ BARBADO, Manuel (1943). *Introducción a la psicología experimental*. 2. ed. Madrid: Instituto Luís Vives de Filosofía.

¹⁶ BRANDÃO, José Messias Lins (2012). *A atualidade e importância da potência cogitativa, segundo a doutrina de São Tomás de Aquino*. 257f. Tesis (Doctorado Canónico em Filosofía) – Universidad Pontificia Bolivariana, Medellín.

¹⁷ BRENNAN, Robert Edward, O. P. (1960). *Psicología tomista*. Traducción Efren Villacorta Saiz, revisão José Fernandez Cajigal. Barcelona: Científico Médica; ídem (1969), *Psicología general*. Traducción Antonio Linares Maza. 2. ed. Madrid: Morata.

¹⁸ BUTERA, Giuseppe (2010). Thomas Aquinas and cognitive therapy: an exploration of the promise of the Thomistic Psychology. *Philosophy, Psychiatry, & Psychology*, v. 17, n. 4, p. 347-366.

¹⁹ CANALS VIDAL, Francisco (1987). *Sobre la esencia del conocimiento*. Barcelona: Promociones Publicaciones Universitarias.

²⁰ CANTIN, Stanislas (1948). *Précis de psychologie thomiste*. Québec: Université Laval.

²¹ CLÁ DIAS, João Scognamiglio (2009). *La ‘primera mirada’ del conocimiento y la educación: un estudio de casos*. 2009. 246f. Dissertación (Mestrado en Psicología) - Universidad Católica de Colômbia, Bogotá; ídem (2010). O primeiro olhar da inteligência. *Lumen Veritatis*, São Paulo, n. 12, p. 9-31.

²² COLLIN, Henri (1949). *Manuel de philosophie thomiste. Psychologie*. Reedición de Robert Terribilini. Paris: Téqui, v. 2.

²³ DE HAAN, Daniel D. (2014). Moral perception and the function of the vis cogitativa in Thomas Aquinas’s doctrine of antecedent and consequent passions. In: VV. AA. *Documenti e studi sulla tradizione filosofica medievale XXV*. Firenze: Galluzzo, p. 289-330. Disponible en: https://www.academia.edu/10266404/Moral_Perception_and_the

Echavarría,²⁶ Faitanin,²⁷ Forment,²⁸ Gardeil (Ambroise),²⁹

Function of the Vis Cogitativa in Thomas Aquinas s Doctrine of Antecedent and Consequent Passions?auto=download&campaign=weekly_digest>. Visitado en: 16 fev. 2015.

²⁴ DERISI, Octavio Nicolás (1980). *La Doctrina de la inteligencia de Aristóteles a Santo Tomás*. Buenos Aires: Club de Lectores.

²⁵ DEROBERTIS, Eugene M. (2011). Prolegomena to a thomistic child psychology. *Journal of Theoretical and Philosophical Psychology*, v. 31, n. 3, p. 151-164.

²⁶ ECHAVARRÍA, Martín Federico (2005a). *La praxis de la psicología y sus niveles epistemológicos según Santo Tomás de Aquino*. Girona: Documenta Universitaria, p. 444-451; ídem (2005b). Santo Tomás y la enfermedad psíquica. In: AA. VV., *Bases para una psicología cristiana*. Buenos Aires: Ediciones de la Universidad Católica Argentina, p. 113-152; ídem (2006). La enfermedad psíquica (*aegritudo animalis*) según Santo Tomás. *Proceedings of the International Congress on Christian Humanism in the Third Millennium: The Perspective of Thomas Aquinas*. Vatican City: Pontificia Academia Sancti Thomae Aquinatis, p. 441-453; ídem (2009). Las enfermedades mentales según Tomás de Aquino [II]. Sobre las enfermedades (mentales) en sentido estricto. *Scripta Mediaevalia*, n. 2, p. 85-105; ídem (2011). La sensualitas según Tomás de Aquino. *Intus-Legere Filosofía*, v. 5, n. 2, p. 23-46.

²⁷ FAITANIN, Paulo Sérgio [20--a]. *A gnosiologia tomista*. Disponible en: <<http://www.aquinate.net/portal/Tomismo/Filosofia/agnosiologia-tomista.php>>. Visitado en: 15 jun. 2012; ídem [20--b]. *A psicología tomista*. Disponible en: <<http://www.aquinate.net/portal/Tomismo/Filosofia/tomismo-filosofia-a-psicologiatomista.htm>>. Visitado en: 7 jun. 2011; ídem (2007). A metodologia de São Tomás de Aquino. *Aquinate*, n. 4, p. 122-135; ídem (2008). O papel dos sentidos internos na teoria do conhecimento de Tomás de Aquino. *Aquinate*, n. 6, p. 234-241; ídem (2010). *A dignidade do homem: a antropologia filosófica de Santo Tomás de Aquino*. Niterói: Instituto Aquinate. (Cadernos da Aquinate, n. 7).

²⁸ FORMENT, Eudaldo (1990). El personalismo de Santo Tomás. *Sapientia*. v. 45, n. 178, p. 277-294; ídem (1982). *Ser y persona*.

Gardeil (Henri-Dominique),³⁰ Gilson,³¹ Kinghorn,³²
 Krapf,³³ Kreeft,³⁴ Manzanedo,³⁵ Megone,³⁶ Mercier,³⁷
 Miner,³⁸ Rodríguez,³⁹ Thompson,⁴⁰ Verneaux,⁴¹ Zaragüeta

Barcelona: Edicions de la Universitat de Barcelona.

²⁹ GARDEIL, Ambroise. (1923). La perception expérimentale de l'âme par elle-même d'après Saint Thomas. *Mélanges Thomistes*. Paris: Vrin, 219-236; ídem (1927). *L'estructure de l'âme et l'expérience mystique*. Paris: Gabalda.

³⁰ GARDEIL, Henri Dominique (1967). *Iniciação à filosofia de São Tomás de Aquino*. Traducción Wanda Figueiredo. São Paulo: Duas Cidades.

³¹ GILSON, Étienne (1986). *Autour de Saint Thomas*. Avant-propos de J.-F. Courtine. Paris: Vrin. Ídem (2002). *El tomismo*. Introducción a la filosofía de Santo Tomás de Aquino. Traducción Fernando Múgica Martinema. 4. ed. corregida. Pamplona: EUNSA.

³² KINGHORN, Warren Anderson (2011). *Medicating the eschatological body: psychiatric technology for christian wayfarers*. 445 f. Tesis (Doctorado en Teología)- Duke University, Durham, North Caroline, USA.

³³ KRAPF, Enrique Eduardo (1943). *Tomás de Aquino y la psicopatología*. Contribución al conocimiento de la psiquiatría medieval. Buenos Aires: Index.

³⁴ KREEFT, Peter (2014). *Practical Theology: spiritual direction from Saint Thomas Aquinas*. San Francisco: Ignatius Press.

³⁵ MANZANEDO, Marcos F (1978). *La imaginación y la memoria según Santo Tomás*. Roma: Herder; ídem (2004). *Las pasiones según Santo Tomás*. Salamanca: S. Esteban.

³⁶ MEGONE, Christopher (2010). Thomas Aquinas and cognitive therapy. *Philosophy, Psychiatry, & Psychology*, v. 17, n. 4, p. 373-376.

³⁷ MERCIER, Desiré Joseph (1942). *Curso de filosofía*. Psicología. Buenos Aires: Anaconda.

³⁸ MINER, Robert (2009). *Thomas Aquinas on the passions: a Study of Summa Theologiae 1a2ae 22-48*. Cambridge: Cambridge

Bengoetxea,⁴² entre muchos otros.

Para los que no dispongan de tiempo, otra opción es recorrer a síntesis de la temática como las que hemos presentado en trabajos anteriores, con la facilidad de que algunos de estos trabajos están disponibles en internet.⁴³

Dentro de los angostos límites de un artículo no es posible sino recapitular algunos de los rasgos generales y fundamentales de la Psicología Tomista que nos sirvan de base para las reflexiones que se harán después. Es lo que haremos aquí.

Como se sabe, los escritos de Santo Tomás sobre lo

University Press.

³⁹ RODRÍGUEZ, Victorino (1991). *Estudios de antropología teológica*. Madrid: Speiro.

⁴⁰ THOMPSON, Christopher J. (2005). Preliminary remarks toward a constructive encounter between St. Thomas and clinical psychology. *The Catholic Social Science Review*, n. 10, p. 41-52.

⁴¹ VERNEAUX, Roger (1969). *Filosofia do homem*. Traducción Cristiano Maia y Roque de Aniz. São Paulo: Duas Cidades.

⁴² ZARAGÜETA BENGOETXEA, Juan (1925). *Los rasgos fundamentales de la psicología tomista*. Madrid: La Enseñanza.

⁴³ Véase, por ejemplo, CAVALCANTI NETO, Lamartine de Hollanda (2010). *Psicologia geral sob o enfoque tomista*. São Paulo: Instituto Lumen Sapientiae; ídem (2012). *Contribuições da Psicologia Tomista ao estudo da plasticidade do ethos*. 571f. Tesis (Doctorado em Bioética) – Centro Universitário São Camilo, São Paulo. Disponible en: <<http://philpapers.org/rec/CAVCDP-2>>; ídem (2013). A Psicologia Tomista como instrumento de estudo da plasticidade do ethos. *Lumen Veritatis*, v. 6, n. 23, p. 56-72. Disponible en: <<http://philpapers.org/rec/NETAPT>>; ídem (2014). *Eficácia do belo na educação segundo a Psicologia Tomista*. São Paulo: Instituto Lumen Sapientiae. Disponible en: <<http://philpapers.org/rec/DEHEDB>>.

que hoy en día se llama Psicología se apoyan, más especialmente, en los fundamentos de la metafísica aristotélica.⁴⁴ Ésta concibe los seres cómo compuestos hilemórficos, es decir, formados por la unión de materia (en Griego *hylé*) y forma (*morphe*), bien cómo por actos y potencias, siendo éstas últimas las que posibilitan la realización de los primeros.

El papel de la forma es especificar la materia, o sea, tirarla del estado de potencia y ponerla en acto. Ejemplificando, un trozo de arcilla es una materia que está en potencia para ser una jarra, un plato o una cacerola. Todo depende de la forma que se le dé. Pese a que parezca muy simple, este concepto de potencia es un elemento que posibilita la comprensión de la realidad con recursos que muchas veces hacen falta a los modernos aparatos de investigación, dado que estos se vuelven principalmente para los aspectos materiales y actuales de sus objetos, pero son insuficientes para los formales y virtuales (relativos a las potencias) de los mismos.

Las potencias son aquellas fuerzas o capacidades que propician la realización de los actos. Así es que, por ejemplo, un vegetal no se mueve por sí mismo porque no tiene potencia locomotora (si bien que tenga la vegetativa, que le hace ser un ser vivo), en cuanto que un conejo, u otro cualquier animal sano, se puede mover porque la tiene. Y el animal, desde que no sea racional, no es capaz de entender la esencia de las cosas, dado que, a diferencia de los hombres, le hace falta la potencia intelectual.

⁴⁴ Cf. ARISTÓTELES (2005). *Metafísica*. Ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale. Tradução (do Italiano para o Português) Marcelo Perine. 2. ed. São Paulo: Loyola. v. 2.

Las potencias del alma y el ciclo de la vida humana consciente

Aplicada esta concepción de acto y potencia a los seres humanos, podemos observar que éstos son dotados de potencias que se conjugan entre sí de manera a propiciarle los actos necesarios a su vida racional, volitiva, consciente de sí misma y socialmente interactuante.

Santo Tomás⁴⁵ considera la existencia de cinco potencias en el hombre: las sensitivas (externas e internas), la intelectual (que juntamente con las primeras forma el género de potencias cognoscitivas), las apetitivas (que divide en natural, sensitivas y racional), la locomotora y la vegetativa. De entre ellas, pondremos nuestra atención más especialmente en las potencias apetitivas sensitivas, cuyos actos respectivos son denominados pasiones por Santo Tomás, y son lo que hoy en día se entiende como emociones.

Él las estudia más de cerca en la primera sección de la segunda parte (I-II) de la *Summa Theologiae*, en las cuestiones 22 a 48 (si bien que a ellas se reporte también en otras de la I-II, cómo en la q. 53 a. 1; q. 59; q. 60, aa. 2-5; q. 65 a.1, por ejemplo).

⁴⁵ *Summa Theologiae*, I, q. 78, a. 1, co. De aquí en adelante utilizaremos la abreviatura *S. Th.* para designar la *Summa Theologiae* o Suma Teológica. El número romano dice respeto a la parte de la Suma (I=primera), el 'q.' a la *quaestio* o cuestión en examen, el 'a.' al artículo de la cuestión, y la última letra puede referirse al *corpus* o cuerpo de la cuestión (co.), o a una de las respuestas a las objeciones (ad. 1= *ad primam*, respuesta a la primera objeción). La edición de la *Summa Theologiae* en que nos basamos para el presente trabajo es la del *Textum Leoninum*, publicado en Roma en 1888 y disponible en <<http://www.corpusthomicum.org/iopera.html>>. Las traducciones y versiones, salvo expresas indicaciones en contrario, son nuestras.

Para facilitar la comprensión de su naturaleza y papel, con todo, conviene recordar previamente, aún que de modo conciso, el concepto de ciclo de la vida consciente que se desprende del enseñamiento tomista. El P. Robert Edward Brennan, O. P.,⁴⁶ Dominicano canadiense que se dedicó al estudio del tema, lo desarrolla en términos que podrían ser resumidos de la siguiente manera.

Las potencias o facultades cognoscitivas que poseen los seres humanos los llevan, primeramente, a procurar conocer la realidad que los circunda. Conociendo, tienden a apetecer aquello que les parezca más conveniente, o a rechazar lo que les parezca nocivo. Y apeteciendo (positiva o negativamente), se ponen en acción para obtener lo que desearan, o para evitar lo que rechazaran.

El ciclo de la vida consciente empieza, pues, con el empleo de las facultades cognoscitivas. De esa forma, sus sentidos presentativos o externos (visión, audición, olfato, paladar y tacto, conforme el caso), captan el objeto a ser conocido y lo presentan a los sentidos representativos o internos (sentido común, imaginación, memoria y cogitativa).

Estos últimos transformarán el objeto en una imagen o *phantasma* (como prefiere denominar Santo Tomás, empleando el término griego),⁴⁷ del cual el intelecto extraerá las características singulares para formar una idea abstracta, en el proceso llamado de simple

⁴⁶ BRENNAN (1960). *Psicología tomista*. Op. cit., p. 173.

⁴⁷ Cf. BRENNAN (1960). *Psicología tomista*. Op. cit.

aprehensión.⁴⁸ En seguida, el intelecto retorna a la imagen mental para considerar las características peculiares del objeto, en el proceso llamado de *conversio ad phantasmata*,⁴⁹ obteniendo, de esa manera, el conocimiento de su singularidad.

En la prójima etapa del mencionado ciclo, sus potencias apetitivas, tanto la natural, cuanto las sensitivas y la racional, cada una en su nivel biológico y comportamental propio, llevarán al individuo a reaccionar al conocimiento obtenido, deseando el objeto conocido o rechazándolo. En la fase siguiente, su potencia locomotora lo inducirá a moverse y actuar en coherencia con su entendimiento, con sus apetitos sensitivos y con su voluntad. Ese ciclo o proceso aparentemente complejo nada más es que lo que ocurre con cada uno, a cada momento de la vida diaria, cómo cuando se ve y se apetece un alimento, o cuando se recusa algo nocivo a la salud o a la vida.

Las potencias apetitivas

Los actos que se suceden en el ciclo de la vida consciente dependen, por tanto, de las respectivas potencias que los viabilizan. Si una de ellas no está en su plena disposición, los actos correspondientes no se darán, o se darán de modo proporcionalmente imperfecto. Es lo que puede suceder, por ejemplo, con una persona parapléjica, que por defecto de su potencia locomotora, tendrá dificultades para poner en ejecución lo que sus

⁴⁸ Santo Tomás trata del tema en varias partes de su Obra. Se lo puede encontrar, por ejemplo, en la *S. Th.* I, q. 85, a. 1.

⁴⁹ Véase, por ejemplo, *S. Th.* I, q. 84, a. 7.

potencias cognoscitivas y apetitivas lo hagan conocer, apetecer y desear o rehusar.

De aquí se depende, por analogía, el papel de las potencias apetitivas. Sin ellas, la persona podría conocer perfectamente un objeto, pero permanecería inerte delante de él, casi como un mineral o un vegetal, sin amar ni apetecer u odiar y rechazar dicho objeto.

Santo Tomás examina la cuestión sobre si existe en el alma una potencia apetitiva en cuanto potencia distinguida de las demás. Y lo prueba con base en el siguiente raciocinio:

A toda forma se sigue una inclinación natural: por ejemplo, el fuego, en virtud de su forma, tiende a subir y a producir algo semejante a sí. Ahora bien, la forma se encuentra de un modo superior en aquellos que participan de conocimiento de que en los que carecen de él. [...] Por tanto, cómo las formas de los que conocen existen de un modo superior al de las simples formas naturales, así es necesario que su inclinación sea superior a la inclinación natural, llamada apetito natural. Esa inclinación superior pertenece a la potencia apetitiva del alma; por ella, el animal puede tender para aquello que conoce, y no solamente para las cosas a las cuales se inclina por su forma natural.⁵⁰

Además, como queda claro en la misma cuestión, la finalidad de la potencia apetitiva es la posesión física del objeto, en cuanto que la de las potencias cognoscitivas es su posesión por el conocimiento.

⁵⁰ *S. Th.* I, q. 80, a. 1, co.

En consecuencia, el Doctor Angélico distingue los niveles de apetitos de que son capaces los seres humanos en función de su relación con los estímulos y los actos relativos a sus tres niveles de vida, que son el vegetativo, el sensitivo y el racional. Es así que establece tres géneros de potencias apetitivas: el apetito natural, que dice respeto a nuestra vida vegetativa, el apetito sensitivo, atinente a la vida sensitiva que compartimos con los animales irracionales, y el apetito racional, propio al ser humano.⁵¹

Brennan⁵² sintetiza el concepto de apetito u *orexis* como siendo una tendencia para algo motivada por un deseo. En el caso del apetito natural, esa tendencia es promovida por la potencia vegetativa, que propicia la capacidad de nutrirse, desenvolverse y reproducirse.

Cuando la *orexis* es provocada por los sentidos (externos e internos), entra en acción el apetito sensitivo, y es ésta la causa de su nombre. El apetito racional o voluntad, a su vez, será movilizado por el intelecto, y tenderá a coordinar la acción de los otros dos. Kretzmann da un ejemplo didáctico:

El alma humana, por supuesto, involucra apetitos naturales (por ejemplo, por alimentos de *algún* tipo), pero sus modos de cognición sensitivos e intelectivos traen con ellos apetitos sensitivos, o pasiones (tales cómo por alimentos

⁵¹ Véase, por ejemplo, *S. Th.* I, q. 80, aa. 1-2. El lector interesado en profundizar esto punto puede encontrar más esclarecimientos en BRENNAN (1960). *Psicología Tomista*. Op. cit., y ídem (1969), *Psicología general*. Op. cit.; en ECHAVARRÍA (2001). *La sensualitas según Tomás de Aquino*. Op. cit.; en MANZANEDO (2004). *Las pasiones según Santo Tomás*. Op. cit., o aún en MINER (2009). Op. cit.

⁵² BRENNAN (1969). *Psicología general*. Op. cit.

de *este* tipo) y apetito *racional*, o volición (por alimentos con bajos niveles de colesterol, por ejemplo).⁵³

El apetito sensitivo y las pasiones

De entre estos tres tipos de apetitos dirigiremos nuestra atención sobre el que Santo Tomás denomina de sensitivo:

El término sensibilidad parece ser tomado del movimiento sensible de que habla Agustín en XII de Trin., del mismo modo que el nombre de una potencia se toma del acto, cómo la visión del acto de ver. [...] la operación de la potencia cognoscitiva se completa cuando las cosas conocidas están en él que conoce, en cuanto la del apetito se completa cuando él que desea tiende para la cosa deseada. En consecuencia, la operación de la potencia cognoscitiva se asemeja al reposo, mas la operación de la potencia apetitiva se asemeja antes al movimiento. Por tanto, por movimiento sensible se entiende la operación de la potencia apetitiva. Y así la sensibilidad es el nombre del apetito sensitivo.⁵⁴

Él distingue dos tipos de apetito sensitivo. Cuando tiende a obtener bienes necesarios o convenientes a la

⁵³ KRETZMANN, Norman (2008). Philosophy of mind. In: _____; STUMP, Eleonore. *The Cambridge companion to Aquinas*. 14. ed. New York: Cambridge University Press. p. 144-145. Traducción nuestra, itálicos del original.

⁵⁴ *S. Th.*, I, q. 81, a.1, co. Cuanto al término latino *sensualitas*, algunos prefieren traducirlo como sensualidad, y otros, como sensibilidad. Preferimos esta última para evitar confusiones semánticas.

subsistencia lo denomina de concupiscible, y cuando busca bienes difíciles de obtener o combate males difíciles de evitar, de irascible.⁵⁵ Tales apetitos serán desencadenados por la conjugación de la actuación previa de los sentidos externos e internos, y de entre estos últimos, en especial de la potencia estimativa (en el animal) o cogitativa (en el hombre), puesto que ésta es la que le confiere la noción de utilidad o nocividad del objeto conocido al ser del cognoscente.⁵⁶ Vale notar que este conocimiento de la estimativa/cogitativa todavía no es racional, pero solamente sensitivo, donde el apetito que desencadena tener el mismo nombre.

Dado que toda potencia propicia la realización de actos específicos, también la potencia apetitiva sensitiva tiene sus actos, y Santo Tomás los llama de pasiones. Cómo se depende de lo que él presenta en los tres artículos de la cuestión 22 de la I-IIae.⁵⁷ de la *Summa Theologiae*, él las conceptúa como la actividad del apetito sensitivo que resulta del conocimiento y se caracteriza por las alteraciones corporales que produce.

Cómo demuestra el Doctor Angélico, la palabra pasión tiene tres acepciones, y todas las tres ocurren en el alma humana:

Primero, en sentido general, para significar que todo recibir implica en padecer, aunque nada se retire de la cosa [...] En segundo lugar, en sentido propio, padecer significa recibir algo

⁵⁵ *S. Th.*, I, q. 81, a. 3, co.

⁵⁶ Cf. *S. Th.*, I, q. 78, a. 4 o I, q. 81, a. 3, por ejemplo.

⁵⁷ I-IIae. significa *prima-secundae* o primera parte de la segunda parte de la *Summa Theologiae*.

con exclusión de alguna cosa, lo que se da de dos modos. Algunas veces es excluido lo que no conviene a la cosa, cómo cuando el cuerpo de un animal es curado, se dice que padece, porque recibe la salud, siendo la enfermedad eliminada. En tercero lugar, ocurre el contrario, y así es que estar enfermo es padecer porque se recibe la enfermedad, con pérdida de la salud. Y éste es el modo más apropiado de la pasión. Pues se dice padecer en cuanto una cosa es atraída por aquello que la produce, y lo que es alejado de aquello que le conviene parece ser lo que más es atraído para el otro. [...] Ocurre, pues, que la pasión está presente en el alma en los tres sentidos. [...] Pero [...] cuando la transmutación se realiza para peor, tiene mucho más razón de pasión que cuando se realiza para mejor. Por esto la tristeza é más propiamente pasión de que la alegría.⁵⁸

Lo que caracteriza, pues, la pasión es el influjo o tendencia que padece el sujeto a causa de un objeto que le provoca atracción o repulsa, por el hecho o posibilidad de que se le retire, o acrecente, algún bien o mal. De donde se deduce la propiedad terminológica de la palabra pasión, escogida por Santo Tomás para caracterizar este hecho tan característico del alma y del comportamiento humano.

La terminología psicológica contemporánea, y mismo el lenguaje corriente, no utilizan más el término pasión en este sentido específico. Los psicólogos actuales prefieren emplear expresiones cómo afectos, emociones y/o sentimientos, y el vocabulario corriente tiende a restringir la palabra pasión a las emociones relacionadas al

⁵⁸ *S. Th.*, I-II, q. 22, a. 1, co.

amor. Sin embargo, la terminología tomista parece muy apropiada, pues pasión viene del término latino *passio*, e indica las modificaciones psicobiológicas por las cuales *pasa*, sufre, la persona sometida a una emoción, sea ella cual fuere. Así que describe bien la realidad a que se refiere.

Según Brennan,⁵⁹ la distinción entre emociones y sentimientos en la terminología tomista sería tan solamente de grado y no de naturaleza, pues que ambas son pasiones. Las emociones equivaldrían a las pasiones que producen más alteraciones corporales, cómo algunas del apetito sensitivo concupiscible y las del irascible, mientras los sentimientos corresponderían a las pasiones que provocan menos alteraciones corporales, tales como algunas del apetito concupiscible.

La diferencia se basa, por tanto, en la intensidad de los cambios fisiológicos. Su causa eficiente, todavía, es siempre la misma, o sea, el conocimiento ofrecido por la sinergia de los sentidos, especialmente del más elevado de los sentidos internos, que es la potencia cogitativa, aliada, en el hombre, al intelecto.

De ese modo queda fácil entender porque los tres elementos y etapas constitutivos de las pasiones son: el conocimiento, el apetito o deseo, y los cambios fisiológicos, dado que cada uno es precursor y causa de los otros.

Esta observación de la realidad psicológica, tan simple en sí misma, nos ofrece, sin embargo, una visión más clara de la 'estructura' de las emociones, permitiendo actuar mejor en cada uno de sus componentes o etapas,

⁵⁹ BRENNAN, *Psicología general*. Op. cit.

tanto cuanto sea pasible de influencia intelectivo-voluntaria, bien como en su conjunto.

Dijimos ‘tanto cuanto sea pasible’ porque tanto el amor o el odio (de los cuales derivarán las demás emociones, como más adelante veremos), dependiendo de su intensidad, cuanto las reacciones fisiológicas que les suceden, son menos pasibles de tal influencia, y hasta por veces cerradas a ella. La llave, pues, para la actuación en las emociones es su componente o etapa cognoscitiva, el más asequible de todos.

Aquí se puede agregar otra contribución terminológica. El uso del verbo sentir tanto para expresar los actos de los sentidos, cuanto para los del apetito sensitivo puede, todavía, causar cierta confusión, incluso en él profesional de salud mental, dificultando la comprensión y manejo de las emociones. Pero el conocimiento de los fundamentos aristotélicos de la doctrina tomista facilita la solución del problema.

La senso-percepción está relacionada con las potencia cognoscitivas sensitivas (externas e internas), en cuanto que el sentimiento afectivo/emocional es producto de un apetito, el cual presupone el conocimiento sensitivo. El sentimiento pasional, además, incluye una sensación, en general táctil propioceptiva. O sea, la persona *siente* las alteraciones fisiológicas dentro de sí, provocadas por sus apetitos, en especial las cardíacas. De ahí la asociación del término *corazón* a las emociones, que se pierde en la noche de los tiempos.

La neta distinción entre las potencias (o sea, las cognoscitivas, de una parte, y las apetitivas, de otra) permite, pues, distinguir con claridad los actos diversos a que dan origen.

Clasificación tomista de las pasiones

Otro punto que puede dificultar el estudio y el gobierno de las reacciones emocionales es la falta de claridad en las distinciones existentes entre ellas. Para solucionar el problema hace falta establecer un criterio objetivo que no se base solamente en sus apariencias exteriores, dado que uno puede estar triste y convencer a los demás que está alegre, o que tiene coraje, cuando de hecho siente miedo.

Santo Tomás ofrece otro gran aporte en este particular. Siempre con base en Aristóteles, él clasifica las pasiones según por lo menos tres criterios objetivos. El primer es la manera con la cual se diferencian entre sí, dividiéndolas en esencialmente diversas y accidentalmente diversas,⁶⁰ o sea, si lo que las diferencia es algo que está en la esencia de la pasión, como por ejemplo el amor se diferencia del odio, o si solamente se trata de diferencias accidentales.

Él las clasifica también con base en la naturaleza del estímulo que da origen al apetito sensitivo y en la manera cómo éste reacciona a dicho estímulo.⁶¹ Este criterio es muy importante, pues permite identificar los nexos de causa y efecto cognoscitivo-comportamentales, que son datos fundamentales para cualquier intento de actuación sobre las emociones.

⁶⁰ Tomás de Aquino, Santo. *Scriptum super Sententiis magistri Petri Lombardi*. Textum Parmae, 1858. Lib. 3, dist. 26, q. 1, a. 3, co. Disponible en: <<http://www.corpusthomicum.org/snp3026.html>>. Visitado en: 30 set. 2015.

⁶¹ Cf. *S. Th.*, I-II, qq. 23 y 25.

Según estos dos criterios,⁶² el Doctor Angélico apunta la existencia de 11 pasiones esencialmente diversas y las subdivide en las que dan origen o derivan de reacciones tranquilas o concupiscibles, y las que se originan o desencadenan reacciones de emergencia, atinentes al apetito irascible. Con base en la síntesis de la materia propuesta por Brennan,⁶³ podemos decir que cuando el estímulo es favorable, si se trata de reacciones concupiscibles, tenemos las pasiones:

- Amor, que es un placer producido por un objeto bueno.
- Deseo, que es una inclinación afectiva al bien.
- Alegría, que es la posesión afectiva del bien.

Aún en las reacciones concupiscibles, si el estímulo es desfavorable o malo, tenemos las pasiones:

- Odio, que es un displacer producido por un objeto malo.
- Aversión, que es la repulsión afectiva del mal.
- Tristeza, que es la posesión afectiva del mal.

Cuando se trata de reacciones de emergencia o irascibles, si el estímulo es favorable pero de difícil obtención, o sea, un bien arduo, tenemos:

- Esperanza, que es la inclinación afectiva a un bien obtenible, pero arduo.

⁶² Más adelante veremos el tercer criterio.

⁶³ BRENNAN. *Psicología general*. Op. cit., p. 251 y segs.

- Desesperación, que es la inclinación afectiva a un bien arduo, pero inalcanzable.

Y si se trata de reacciones irascibles delante de estímulos malos y difíciles de evitar, se presentan las pasiones:

- Audacia, que es la consciencia afectiva de un mal arduo, pero vencible, del cual se puede huir o afrontar.
- Miedo, que es la consciencia afectiva de un mal invencible del cual no se puede huir.
- Ira, que es la posesión afectiva de un mal arduo y difícil de evitar.

El Aquinate observa, además, que a cada pasión corresponde una antagonica, cómo de un polo a otro se pasase. Así, al amor corresponde el odio; al deseo, la aversión; a la esperanza, el desespere, y así por adelante. Este hecho es muy interesante por permitir actuar sobre y/o modular el comportamiento humano, sobre todo en las relaciones interpersonales y hasta las terapéuticas.

Pues nada mejor que oponer a una pasión desordenada y desordenante su antagonica específica, dado que muchas veces las pasiones hace ‘oídos sordos’ a la voz de la inteligencia, pero, por connaturalidad, pueden reaccionar o interactuar con más facilidad a otra pasión, o conjunto de pasiones. Para dar un rápido ejemplo, se podría obtener un resultado terapéutico comportamental más fácil transformando el amor a una droga que provoque dependencia en odio a ella, que dando reiteradas argumentaciones racionales.

Esta dicotomía entre las pasiones comporta una excepción en el caso de la cólera o ira, pues esta emoción

se caracteriza por la posesión afectiva de un mal arduo o difícil de evitar, y no existe una pasión específica para la posesión afectiva de un bien arduo, pues la posesión de un bien, sea arduo o no, ya de sí provoca la alegría.

Cómo ejemplo se puede mencionar que una persona podrá sentir cólera al ser reprobada en un examen dificultoso, pero la misma persona sentirá alegría cuando aprobada en un examen, tenga sido difícil o no, aunque la intensidad de la alegría pueda variar conforme el caso.

En cuanto a las pasiones accidentalmente diversas, Santo Tomás las clasifica según las diferencias que se pueden reducir a una misma pasión, o las diferencias que derivan del objeto de la pasión.⁶⁴

De entre las pasiones accidentalmente diversas cuyas diferencias se pueden reducir a una misma pasión (o sea, a una de las esencialmente diversas) se encuentran: la abominación (o intenso odio), la acedia (intensa tristeza que inmoviliza el cuerpo), el celo, la exultación (gozo intenso), el furor (odio que se exterioriza con intensidad), la hilaridad (intenso gozo manifestado en el rostro), la jocosidad (gozo intenso manifestado por palabras y actos), la presunción (exceso de esperanza), la taciturnidad (tristeza que impide la locución) y la temeridad (exceso de audacia).

Y de entre las pasiones accidentalmente diversas que se diferencian por sus objetos, tenemos: la admiración (miedo ante la imaginación de cosas grandes), la agonía

⁶⁴ Tomás de Aquino, Santo. *Scriptum super Sententiis magistri Petri Lombardi*. Textum Parmae, 1858. Lib. 3, dist. 26, q. 1, a. 3, co. Disponible en: <<http://www.corpusthomisticum.org/snp3026.html>>. Visitado en: 30 set. 2015.

(duda angustiosa o trepidación delante de las incertezas del infortunio), la lentitud o negligencia (temor de una acción futura), el estupor (temor delante de cosas desacostumbradas), la envidia (tristeza por el bien de otro), la misericordia (tristeza debida al mal ajeno considerado como propio), la némesis o indignación (tristeza por la prosperidad de los malos), el rubor (miedo de los desprecios) y la vergüenza (temor por los actos torpes).

Definir y darles nombres a tantas de las reacciones emocionales humanas, diferenciándolas entre sí, incluso en lo que dice respeto a su procedencia, puede ser tan útil para un psicólogo cuanto lo es, para un hematologista, distinguir las células sanguíneas de la serie blanca entre sí, por ejemplo. El mismo se puede decir cuando se trata de delinear un estudio empírico, sea con metodologías de observación, de levantamientos, de estudios de caso o experimentales, con o sin técnicas de neuroimagen.

San Tomás se sirve, aún, de un tercer género de criterio para clasificar las emociones. Como recuerdan Manzanedo⁶⁵ y De Haan,⁶⁶ por ejemplo, el Aquinate tipifica también las pasiones en función de su relación con los actos de la inteligencia y de la voluntad.

Cuando una pasión precede el juicio de la razón y el respectivo acto de la voluntad, él la llama de precedente, y cuando los sucede, de pasión consiguiente.⁶⁷ Esta distin-

⁶⁵ MANZANEDO (2004). *Las pasiones según Santo Tomás*. Op. cit.

⁶⁶ DE HAAN (2014). Op. cit.

⁶⁷ Cf. TOMÁS DE AQUINO, Santo. *Questiones disputatae de veritate*, q. 26, a. 7; *Questiones disputatae de malo*, q. 3, a.11; q. 12, a. 1; *S. Th.*, I-II, q. 24, a. 3, ad.1; *S. Th.*, I-II, q. 77, a. 6.

ción procede de la observación de una realidad psicológica muchas veces olvidada, es decir, que las emociones tanto pueden condicionar los actos racionales y volitivos, como pueden ser condicionadas por ellos. Pues el ser humano puede, por el juicio de la razón, elegir “ser afectado por una pasión para actuar más prontamente con la cooperación del apetito sensitivo”.⁶⁸ Cosa que tanto le podrá servir para el bien, cuanto para el mal, en función de los objetivos que tenga.

Es tal vez en este sentido que Gilson⁶⁹ agrega, basado en Santo Tomás,⁷⁰ la distinción entre pasiones corporales y animales, que mejor se traduciría como procedentes del cuerpo y del alma. Las corporales resultarían de una acción del cuerpo sobre el alma, como puede suceder con alguien que se lance en una lucha tomado por la ira. Y las pasiones del alma derivan de la acción del intelecto y de la voluntad sobre el cuerpo, como puede pasar con alguien que decida airarse para mejor luchar.

Pero hay que percatarse para no caer en el error de Descartes,⁷¹ que proponía una dicotomía entre el cuerpo y el alma.⁷² Pues, como lo demuestra Brennan,⁷³ las pasi-

⁶⁸ *S. Th.*, I-II, q. 24, a. 3, ad.1

⁶⁹ GILSON (2002). *El tomismo*. Introducción a la filosofía de Santo Tomás de Aquino. Op. cit.

⁷⁰ Cf. TOMÁS DE AQUINO, Santo. *Questiones disputatae de veritate*, q. 26, a. 2, ad resp.

⁷¹ Criticado incluso por autores no propiamente tomistas, como por ejemplo el ya mencionado DAMASIO (1996). *El error de Descartes: la emoción, la razón y el cerebro humano*. Op. cit.

⁷² Y no es esta la posición de Gilson, como se puede constatar en la obra citada.

ones son actos procedentes del apetito sensitivo, y esta es una potencia del compuesto hilemórfico humano, es decir, del cuerpo y del alma unidos.

Un profesional de salud mental y hasta un lector lego, pero que se interese por las reacciones emocionales de las personas de su entorno familiar, social y profesional, puede percibir, sin dificultad, que de tales distinciones pueden derivar una serie de beneficios prácticos. Pues el primer requisito para se actuar sobre algo es tener bien claro de que algo se trata.

Las distinciones y clasificaciones proporcionadas por el Doctor Angélico no solamente permiten este claro diagnóstico, es decir de cual o cuales emociones se trata, como facilitan percibir con cuales otras pasiones, bien como con cual o cuales otros estímulos un afecto concreto se relaciona. Permiten, además, verificar se son antecedentes o consiguientes a la acción del intelecto y de la voluntad. Y así mejor modular o actuar sobre cada uno de estos componentes del dinamismo emocional.

Pero los beneficios no se limitan a estos. Pues hay que tener presente que, sea cual fuere su subtipo, las pasiones tienen la finalidad de llevar el ser humano a actuar en función de aquello que conoció y apeteció, sea positiva, sea negativamente.

Sin ellas, el individuo permanecería inerte delante del bien o del mal de un objeto conocido, incluso con perjuicio de su propia vida, conforme el caso. En su funcionamiento normal las pasiones tienen, por tanto, un papel esencial para la sobrevivencia y para la vida de relación.

⁷³ BRENNAN (1969). *Psicología general*. Op. cit.

Hay que llevar en cuenta, además, que raramente las pasiones surgen o actúan solas. En general ellas interactúan, unas con las otras, desencadenando reacciones emocionales apropiadas o no para cada estímulo, o conjunto de estímulos que las provoquen. De donde el conocimiento del proceso de este desencadenamiento puede ser de importancia capital tanto para el gobierno afectivo personal, cuanto para la actuación del profesional de salud mental sobre las emociones de sus pacientes, así como de los maestros para con sus estudiantes.

En este particular Santo Tomás⁷⁴ nos ofrece otra preciosa contribución. Con base en Aristóteles, él demuestra que la pasión amor es la primera a ser movilizada por el apetito concupiscible, y que la esperanza es la primera a ser activada de entre las del irascible. Según el Doctor Angélico, en su funcionamiento normal las pasiones ocurren en la siguiente orden:

Primeramente ocurren el amor y el odio; después, el deseo y la fuga; tercer, la esperanza y el desespero; cuarto, el temor y la audacia; quinto, la ira; sexto y último, la alegría y la tristeza, que se siguen a todas las pasiones, como se dice en el libro II da *Ética*. Y de cómo el amor es anterior al odio; el deseo, a la fuga; la esperanza, al desespero; el temor, a la audacia; la alegría, a la tristeza, se puede deducir do lo que fue dicho.⁷⁵

Como se puede verificar en el contexto de esta cita de la Suma Teológica, Santo Tomás nos muestra la se-

⁷⁴ *S. Th.*, I-II, q. 25, a. 2 y a. 3.

⁷⁵ *S. Th.* I-II, q. 25, a. 3. Itálico del original.

cuencia con la cual las emociones tienden a se concatenar, y no lo que ocurre siempre y todas las veces de igual modo. Tal secuencia o concatenación, como es obvio, dependerá de los estímulos y de las circunstancias personales y ambientales, los cuales podrán hacer seguir el desencadenamiento afectivo por uno, otro u otros más caminos. Pero siempre por las opciones de rutas, por así decir, que él aquí nos presenta.

Podemos ejemplificar con una persona que reciba una noticia. Si la noticia es buena, ella amará aquello que la hace buena; si mala, odiará lo que la hace mala. En el primer caso, ella deseará tal bien; en el segundo, intentará huir del mal. Si buena, tendrá esperanza de obtener el bien noticiado; si mala, el desespero por la posesión del mal que le relataron. Y así por delante, teniendo, al final del proceso, alegría por la concatenación de las pasiones correspondientes con el bien noticiado, y tristeza en el caso inverso.

Otro punto de interés es la constatación que él hace de que el amor es anterior al odio. Alguien podría objetar que uno puede sentir odio primeramente, como reacción a algo que le perjudique. Pero si se analiza bien, se puede observar que la persona odia algo o alguien porque primero amó el bien opuesto.

Una persona que no amara, por ejemplo, un tipo especial de comida, no odiaría quien le privara de la misma comida, desde que no le dejara con hambre. Pero podría odiarlo y hasta reaccionar físicamente, caso fuera aficionado a tal alimento. La misma respuesta se podría dar a quien objetara que la primera de las emociones es el deseo: uno sólo desea aquello que amó primero. Y así por delante con las demás.

La razón de esta primacía del amor, y de que las demás pasiones estén fundadas en él, explica Santo Tomás,⁷⁶ es que todas las otras pasiones o implican en un movimiento hacia un objeto o en el descanso el él. En consecuencia, dice el Doctor Angélico, es imposible que alguna otra pasión sea universalmente causa de todo amor, pese a que pueda acaecer que una otra pasión sea causa de un determinado amor, así como un bien es causa de otro. Solamente el amor tiene esta capacidad de ser el móvil de todas las demás pasiones, y esto proviene de cierta conaturalidad o proporción que pertenece a la naturaleza del amor.

Dicho de otro modo, la primacía del amor sobre las demás pasiones deriva del hecho de que, en ciclo de la vida consciente, ella es la primera a entrar en acción después de que las potencias cognoscitivas movilizan el apetito sensitivo. Por acción de la cogitativa (el más elevado de los sentidos internos, vale recordar), el individuo percibe que el objeto conocido conviene a su ser y por esto lo ama.⁷⁷ Si percibe que no le conviene, porque ama el bien opuesto, lo odia y, por tanto, lo rechaza. Y en función de estos amores u odios primeros se concatenarán todas las demás pasiones, con sus respectivas consecuencias conductuales.

⁷⁶ *S. Th.* I-II, q. 27, a. 4.

⁷⁷ Es necesario observar que este conocimiento de la cogitativa todavía no es completo, pues para serlo hace falta que la inteligencia cumpla sus funciones de simple aprehensión, juicios e inferencias, como arriba quedó dicho, para poder evaluar los aspectos universales del objeto y del bien conocido, y no solamente sus aspectos singulares, como lo hace la cogitativa. Del mismo modo hay que distinguir el amor meramente pasional, fruto de la acción de los sentidos, del amor gobernado por la razón, que es el más específicamente humano.

De donde se puede concluir que la llave del control emocional está en saber bien dirigir la pasión amor, sometiéndola al gobierno de la razón y de la voluntad. En función de lo que se ame, las demás pasiones serán desencadenadas, y con ellas, las motivaciones y todo el dinamismo del comportamiento humano.

En sentido inverso, cuando uno presenta problemas conductuales, conflictivos o no, hay que examinar cómo está el dinamismo de sus emociones. Para esto, hay que observar el dinamismo y los objetos de su amor. Actuando sobre estos, se actuará con mucho más eficacia en toda la resultante del comportamiento.

Como un ejemplo rápido podemos aludir un paciente que se presente con quejas de ansiedad generalizada. Dicha ansiedad se puede traducir como una conjugación de varias emociones funcionando de modo desordenado y generando los conocidos síntomas de la enfermedad.

Si el profesional de salud mental consigue, sin embargo, discernir cual es el amor desordenado primero que está en el origen de dicho desencadenamiento emocional, él tendrá lo que se puede llamar de punto de clivaje para solucionar el problema.

Empleando técnicas cognitivo-conductuales, por ejemplo, el terapeuta podrá ayudar su paciente a tomar consciencia de sus amores o apegos inadecuados, de los nexos con las demás emociones desordenadas y así mejor convencerlo racionalmente a cambiarlos, inclusive adquiriendo las emociones opuestas a aquellas que provocan su sintomatología, desde que siempre sometidas a los criterios racionales previamente identificados.

Pasiones, persona y personalidad

De la concepción de Santo Tomás sobre las pasiones se pueden sacar también algunos aportes para el concepto de persona y de personalidad, aunque solo le comentemos rápidamente, dada la extensión que ya toma el presente texto.

El Doctor Angélico adopta el concepto de persona de Boecio, que la define como “substancia individual de naturaleza racional”.⁷⁸ Hay que tener presente que se trata de una definición filosófica y no psicológica. Decir que la persona es una substancia no es decir que ella no cambia nunca ni en nada, como si de una estatua de mármol dotada de razón se tratara. Por lo contrario, afirmar que la persona es substancia significa decir que ella tiene también lo que en metafísica se llama accidentes, es decir aquello que cambia mientras permanece la substancia. Y de entre los accidentes están los llamados accidentes de relación.

En otros términos, emplear la definición de Boecio es considerar, sintéticamente, que las personas humanas también se relacionan unas con las otras, dentro del contexto de su naturaleza individual y racional, por lo que necesitan del dinamismo más arriba llamado de ciclo de la vida consciente.

Por lo que los cambios comportamentales que pueden ocurrir en una persona bajo el efecto de sus

⁷⁸ BOECIO (1847), Anicius M. Torquatus Severinus. Liber de persona et duabus naturis contra Eutychem et Nestorium, ad Joannem Diaconum Ecclesiae Romanae. In: MIGNE, Jacques Paul. *Patrologia Latina*. Paris: Migne, 1847. v. 64,c.3, 1847, col. 1343, traducción nuestra. Disponible en: <http://www.documentacatholicaomnia.eu/02m/0480-0524_Boethius._Severinus,_Liber_De_Persona_Et_Duabus_Naturis_Contra_Eutychem_Et_Nestorium_MLT.pdf>. Visitado en: 28 oct. 2015.

emociones son perfectamente compatibles con el empleo del mencionado concepto de persona, y hasta necesarios para él. Pues el ser humano que no reaccionara delante de los continuos estímulos de la vida o no sería más un ser vivo, o por lo menos no estaría sano. Y para que reaccione adecuadamente, como vimos más arriba, es necesario que sus pasiones funcionen también de modo adecuado.

No hay más espacio, tampoco, para desarrollar lo que Brennan presenta como una teoría de la personalidad tomista. El lector interesado la podrá encontrar en su ya mencionada obra⁷⁹ o en la síntesis que presentamos en nuestra tesis de doctorado.⁸⁰ Lo que sí conviene resaltar es que el adecuado gobierno de las emociones, o pasiones en la terminología tomista, es clave para la comprensión de lo que Santo Tomás entiende como persona humana y para el consecuente desarrollo equilibrado de la personalidad.

Pues si lo que caracteriza el hombre es su naturaleza racional, pese a que esta incluya las potencias de la vida sensitiva y, por tanto, animal (en el sentido que se aplica también a los irracionales), el ser humano será tanto más humano, cuanto más su racionalidad prevalezca sobre sus movimientos pasionales. Y también tanto más, cuanto más el intelecto se sirva adecuadamente de ellos, dado que, como vimos, las pasiones existen para auxiliaren la ejecución de los actos determinados por la inteligencia y por la voluntad.

En otros términos, si se puede llamar de personalidad el funcionamiento dinámico de lo que Santo

⁷⁹ BRENNAN (1969). *Psicología general*. Op. cit.

⁸⁰ CAVALCANTI NETO (2012). *Contribuições da Psicologia Tomista ao estudo da plasticidade do ethos*. Op. cit.

Tomás entiende como persona, o sea, la interacción de todas las potencias y sus respectivos actos que caracterizan el ser humano, una personalidad será tanto más ajustada o equilibrada, cuanto más sus pasiones, demás potencias y actos de la sensibilidad, estén sometidos y gobernados por la razón y por el libre albedrío.

Este puede ser considerado el principio básico de la Psicología Tomista para el concepto de normalidad psíquica, para la comprensión diagnóstica y para la terapéutica de las enfermedades mentales. El mismo principio se puede aplicar al desarrollo de la personalidad, con evidentes consecuencias prácticas para la psicopedagogía y la educación.

Sería necesario, todavía, todo un otro trabajo dedicado al tema, o mejor, un para cada uno de ellos (psicopedagogía y terapéutica), dada su riqueza, extensión, multiplicidad de aspectos y aportes concretos para la formación de la personalidad y para la terapéutica de sus desajustes. El lector interesado podrá encontrar algún material sobre la materia en dos trabajos que tuvimos ocasión de publicar, con la facilidad de que están asequibles en internet.⁸¹

⁸¹ CAVALCANTI NETO (2014). *Eficácia do belo na educação segundo a Psicologia Tomista*. São Paulo: Instituto Lumen Sapientiae. Disponible en: <http://philpapers.org/rec/DEHEDB>; y CAVALCANTI NETO (2015). Principios terapéuticos derivados del enfoque psicológico tomista. *Psicologia.com* [on line], 19:18. Disponible en: <https://www.psiquiatria.com/revistas/index.php/psicologiacom/article/view/1698>. La versión en Portugués de este último trabajo está disponible en este libro, en su capítulo 6.

Consideraciones finales

Como se puede deducir del conjunto de la bibliografía presentada a lo largo de este estudio, mucho habría aún para comentar sobre las proposiciones y aportes teóricos presentados y las consecuencias que de ellos se pueden sacar. Sobre todo cuanto a las consecuencias prácticas, es decir, aquellas que puedan ser aplicadas por los profesionales de salud y de educación, por los padres y madres de familia y hasta por cada uno en particular, para su propio gobierno emocional.

Otra inmensa tarea es emprender estudios empíricos que puedan evaluar los principios y deducciones teóricos aquí presentados. Principios y deducciones estos, todavía, que pueden ser de mucha valía para el delineamiento de las mismas pesquisas, dado que una de las condiciones fundamentales para se encontrar algo en ciencia es tener bien claro aquello que se busca, es decir, el conjunto de criterios y de concepciones teóricas con los cuales se trabajará, y a los cuales se adaptarán las metodologías de investigación.

Tareas estas, evidentemente, muy superiores a las capacidades individuales de cada investigador aislado que se interese por el tema. Así que no podemos concluir sino haciendo una invitación para un esfuerzo común y articulado hacia la realización de mejores y más profundos estudios sobre el asunto.

Este livro é uma coletânea de trabalhos apresentados em congressos pelo autor sobre temas relacionados com a Psicologia Tomista. Apesar de não ser uma exposição sistemática da mesma, sua leitura possibilita uma visão abrangente do enfoque psicológico derivado das Obras de São Tomás de Aquino, complementada pelos desdobramentos específicos de cada assunto tratado.

São abordados temas como o processo do conhecimento humano, as emoções, a formação das opiniões, das certezas e das decisões, a constituição do *ethos* e sua plasticidade, as relações desta com o instinto de sociabilidade, as repercussões desse dinamismo sobre a personalidade e o comportamento, bem como as contribuições que a Psicologia Tomista oferece ao diagnóstico e à terapêutica em saúde mental. Os ensinamentos de São Tomás elucidam estas e várias outras questões do cotidiano que nem sempre são respondidas por correntes psicológicas atuais.

Para facilitar a compreensão, os pressupostos necessários são apresentados em linguagem acessível, com exemplos e aplicações à vida diária, correlacionando-os, quando é o caso, com temas contemporâneos tais como a informática, a neurociência e a psicologia cognitivo-comportamental. Ao leitor comum franqueia-se, assim, um melhor conhecimento de sua própria mente, da dos demais e da interação psicológica na vida em sociedade. E ao leitor especializado, abre-se o convite para novos e instigantes estudos sobre questões de surpreendente atualidade.

ISBN 978-85-66894-18-9



9 788566 894189